

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

**TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE
SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR**

Felipe Rios Pereira

Santa Maria,

18 de Julho de 2016

TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

Felipe Rios Pereira

**Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História
– Mestrado em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,
RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.**

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS, Brasil

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Exame de Qualificação de Pós-Graduação - Mestrado

TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ/RS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

elaborado por

Felipe Rios Pereira

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad (UFSM)

(Presidente/Orientador)

Prof^a. Dra. Lucileide Costa Cardoso (UFBA)

Prof^a. Dra. Débora Krischke Leitão (UFSM)

Prof. Dr. Leonardo Guedes Henn (UNIFRA)

Santa Maria,

18 de julho de 2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pereira, Felipe Rios

TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO
SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR / Felipe Rios
Pereira.- 2016.

146 p.; 30 cm

Orientador: Diorge Alceno Konrad

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2016

1. Ditadura Civil-Militar 2. Trabalhadoras 3.
Trabalhadores 4. Migração 5. São Sepé I. Konrad, Diorge
Alceno II. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a pessoa mais importante de minha vida, minha companheira Julia do Carmo. Sem o seu apoio nos momentos mais difíceis tal pesquisa não seria possível.

“...o futuro nos pertence.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente meu orientador, professor Diorge pelo seu apoio e dedicação ao longo desses últimos dois anos. Pela paciência, amizade e por acreditar no meu trabalho. Também menciono os/as professores/as do curso que auxiliaram reflexões e no acesso a novos conceitos e textos durante essa trajetória.

Também agradeço a meus familiares que me acompanharam e auxiliaram em alguns momentos através de contatos e de indicações, além de pessoas como minha mãe, Denise, que dedicou parte do seu tempo para auxiliar e me receber durante as pesquisas de campo. Do mesmo modo gostaria de lembrar os/as amigos/as que se mantiveram ao meu lado mesmo em momentos que, pelas dificuldades na pesquisa e execução da dissertação, acabei ficando um pouco distante de todos/as.

Por último gostaria, desde já, agradecer a banca por aceitar o convite e ter sido tão paciente para que a defesa da dissertação fosse possível.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AI-2 – Ato Institucional Nº 2.

AI-5 - Ato Institucional Nº 5.

ARENA – Aliança Renovadora Nacional.

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

COTRISEL – Cooperativa Tritícola Sepeense.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PCdoB - Partido Comunista do Brasil.

PDT - Partido Democrático Trabalhista.

PL – Partido Libertador.

PP – Partido Progressista.

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

PSD – Partido Social Democrata.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

TCG - Trabalho de Conclusão de Graduação.

UDN – União Democrática Nacional.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria.

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Mestrado em História

Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Federal de Santa Maria

TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ/RS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

AUTOR: FELIPE RIOS PEREIRA

ORIENTADOR: DIOERGE ALCENO KONRAD

Esta pesquisa visa discutir o cenário de disputas e ressignificações sociais, culturais e políticas ocorridas durante os anos de 1970 a 1973 em São Sepé, Rio Grande do Sul. Considera-se para tal um cenário de migração de zonas rurais para a zona urbana, resultando em um processo de crescimento dos bairros, principalmente os periféricos, e na modificação de espacialidade e realidades no que tocam aos sujeitos do estudo. A demarcação dessa data e do espaço é fruto de um estudo de maior recorte temporal, no qual se busca entender a Ditadura Civil-Militar Brasileira na perspectiva de um município afastado das grandes capitais e dos impactos decorrentes na organização e identificação de trabalhadores e trabalhadoras nesse contexto. Assim, serão discutidas as atuações, identificações e ressignificações envolvendo diversos âmbitos, abordando as mudanças nas estruturas familiar, de gênero, de trabalho, política e de relação com os serviços básicos do Estado. Para tanto, são considerados e sintetizados depoimentos em fonte oral, edições do jornal local *A Palavra* (1971-1973) e atas da Câmara de Vereadores (1964-1976), procurando perceber e textualizar as vivências desse grupo tanto no que se refere à percepção de uma Ditadura Civil-Militar que estava imposta, quanto em relação às modificações no plano econômico e que trouxeram mais poder para a classe dominante, em uma esfera micro e macro, as quais afetaram a essas classes sociais.

Palavras-Chave: Ditadura Civil-Militar; Trabalhadores; Trabalhadoras; Migração; São Sepé.

ABSTRACT

Master's Dissertation

Masters in History

Postgraduate Program in History

Santa Maria Federal University

LABOR, FAMILY AND POLITICS: THE PERSPECTIVE FROM SÃO SEPÉ/RS OF THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

AUTHOR: FELIPE RIOS PEREIRA

ADVISOR: DIOERGE ALCENO KONRAD

This research aims to discuss the scenery of social, cultural and political disputes and resignifications occurred during the years of 1970 to 1973 in São Sepé, Rio Grande do Sul, Brazil. Thereunto, it is considered a scenery of migrations from rural to urban zones, resulting in a process of district growth, mainly marginalized ones, and in the modification of spatiality and realities related to the study subjects. The limitation of time and space is the outcome of a larger time frame study, which seeks to understand the Brazilian Civil-Military Dictatorship from the perspective of a city distant from big capitals and of the impacts resulting in the organization and identification of workers in this context. Therefore, will be discussed the actuations, identifications and resignifications involving different areas, approaching the changes in structures of family, gender, labor, politics and relations to the basic States services. For that, oral testimonys, editions of local journal *A Palavra* (1971-1973) and records of the City Council (1964-1976) are considered and synthetized, trying to understand and textualize the experiences of that group in regards to both the perspective of the imposed Civil-Military Dictatorship and the modifications in the economic scheme that brought more power to the dominant class, in a micro and macro sphere, which affected these social classes.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Workers; Migration; São Sepé.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	9
1 - DITADURA, MIGRAÇÃO E SÃO SEPÉ/RS	11
1.1 São Sepé/RS	13
1.2 O Município e a Migração	17
1.3 A História do Interior e a Ditadura Civil-Militar	27
1.4 Os Trabalhadores e as Trabalhadoras Que Migram	31
1.5 A História Oral e a Memória	46
2 - FAMÍLIAS, MULHERES E TRABALHO: O QUE MUDOU NO PÚBLICO E NO PRIVADO	57
2.1 A Invisibilidade das Mulheres na História.....	58
2.2 A família Que Migra: Saúde, Educação e a Nova Realidade Urbana.....	64
2.3 Permanências e Rupturas: a Realidade das Mulheres e Famílias na Cidade.....	72
2.4 Os Modelos de Indivíduo na Ditadura.....	76
3 – A POLÍTICA EM SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR.....	87
3.1 Os Periféricos, as Classes Dominantes e os Espaços de Memória.....	87
3.2 O Contexto Político do Golpe e São Sepé.....	101
3.3 A Atuação de MDB e da ARENA em São Sepé.....	105
3.4 O Conceito Político de Ditadura.....	120
3.5 Rastros da Repressão em São Sepé.....	121
CONCLUSÃO.....	131
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	134
ANEXOS.....	141

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por intuito apresentar os resultados e reflexões realizados na pesquisa intitulada “**Trabalho, Família e Política: a perspectiva de São Sepé/RS na Ditadura Civil-Militar**”. Tal estudo foi produzido pelo discente durante o mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) sob orientação do Professor Doutor Diorge Alceno Konrad.

Na pesquisa foram consideradas as realidades e vivências de trabalhadores e trabalhadoras que migraram do campo para a cidade durante a Ditadura Civil-Militar, em especial no que toca os anos de 1964 a 1974 (o recorte temporal desta pesquisa). Como espaço para pensar a conjuntura escolheu-se um município interiorano do Rio Grande do Sul. É chamado São Sepé, localizado na Região Central do estado, a cerca de 400 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e 55 km de Santa Maria, centro econômico e político regional.

De certa forma, a pesquisa é um estudo de caso, a partir do município em questão, tentado compreender melhor as mudanças no cenário agrícola nacional ao relacionar as situações micro com as situações macro no que diz respeito ao País. Para tanto pensa-se os contornos políticos nacionais das políticas dos ditadores para o campo, mas não descuidando dos contornos locais de organização das classes dominantes na implementação de políticas econômicas e de mudanças em outras áreas como da cultura e da repressão.

Observa-se, para tanto, que uma aceleração significativa da centralização de terras aconteceu, em especial no fim dos anos 1960 e ao longo dos anos 1970 por todo o Brasil e que acabará, assim, nesse contexto, envolvendo a cidade, profundamente dependente da agropecuária. Além disso, outros contornos culturais e sociais serão observados, atentando para as ressignificações que as famílias alvo dessa centralização de terras sofrerão, em especial, procurando compreender os processos de saída para a cidade, bem como os traumas envolvidos na ida para o espaço urbano e a fixação por lá.

São considerados dois grandes grupos de fontes históricas. De um lado temos fontes documentais, tal como jornais e atas da Câmara de Vereadores e da Prefeitura Municipal, a fim de entender o discurso oficial e da classe dominante da cidade, já que esses materiais são produzidas pela classe dominante local e, logo, com a sua visão do processo histórico que se tornou hegemônica localmente.

Já do outro lado, para observar a voz dos trabalhadores e das trabalhadoras migrantes, serão inseridas na dissertação, principalmente, testemunhos orais desse processo histórico.

Assim, entrevistas orais foram realizadas com trabalhadores e trabalhadoras que vivenciaram o êxodo rural, o qual será apresentado aqui como “expulsão¹”.

Essas fontes se relacionarão com referências bibliográficas sobre a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), principalmente de textos a respeito de política, economia, cultura, trabalho e gênero, os quais apresentam uma conexão mais clara com as temáticas que foram surgindo durante a pesquisa. Tanto no que diz respeito a uma compreensão histórica da conjuntura em questão e das leituras já feitas e de possíveis lacunas, bem como contribuições referentes ao campo metodológico.

Os capítulos serão em número de três, abordando diferentes aspectos das situações e dos sujeitos da pesquisa. O primeiro concentra-se, inicialmente em realizar uma retomada a respeito do que já foi verificado quanto a *expulsão do campo*. Retornarei a algumas informações descobertas em outras pesquisas, fazendo uma ponte para as lacunas sobre as quais essa dissertação pretende-se ocupar.

Além disso, se elaborará quanto aos sujeitos principais da pesquisa: trabalhadores e trabalhadoras que chegam a cidade durante o período. Aponta-se como eles têm seu ambiente de trabalho e família ressignificados e transformados em meio ao processo histórico. Serão trazidas, também, reflexões sobre questões teóricas e a noção de História e que perpassam a dissertação, bem como demarcações de técnicas utilizadas no campo das fontes orais.

O segundo capítulo terá enfoque nas relações sociais e culturais das famílias trabalhadoras, retomando desde seu ambiente nas zonas rurais, o processo de migração e a chegada na zona urbana. Serão considerados os motivos das famílias deixarem o campo e suas aspirações, traumas e modificações no processo. Além disso, o capítulo se propõe a pensar a perspectiva de gênero na migração, compreendendo a conjuntura como um marco para a saída para o mercado de trabalho assalariado para aquelas mulheres, além de outras modificações na estrutura familiar.

Já o terceiro capítulo centra-se na política e nas relações entre classes no âmbito de São Sepé durante a Ditadura Civil-Militar, relacionando posturas e modificações políticas a peculiaridades e similaridades em relação ao plano nacional, muito no que se refere a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partidos da época com representatividades na cidade. Além disso, será feita uma reflexão acerca da violência e da repressão no contexto sepeense e as formas em que a polícia e o Estado eram utilizados para tal fim.

¹ Tal conceito será melhor elaborado no primeiro capítulo

1 - DITADURA, MIGRAÇÃO E SÃO SEPÉ/RS

Situar indivíduos que nunca estiveram em nenhuma textualização histórica é um desafio. Pensar toda uma realidade de sujeitos com memórias relegadas ao esquecimento é deveras instigante, mas é preciso ter a noção que se lida com um terreno difícil. A princípio, o passado no Município de São Sepé, Rio Grande do Sul, é tido como dado pela “história oficial”, considerando a realidade de município interiorano.

Escolas de nível fundamental, a quem é dada a tarefa de trabalhar com os cidadãos a História Local, bem como outros órgãos municipais como a Fundação Cultural² da cidade, preservam o perfil tradicional e estritamente memorialístico do passado de São Sepé, ao venerar os grandes heróis do pretérito, normalmente grandes estancieiros, militares e políticos, além de compor uma versão sem conflitos do que se passou.

O sítio da Prefeitura local, por exemplo, em sua coluna a respeito da História, mantém a maioria do seu texto em homenagem a esses heróis, além de manter essa versão tradicional e constituída da História do Município, baseada na exaltação e no culto memorialístico. Ali aparecem, por exemplo, nomes de figuras como Plácido Gonçalves e Plácido Chiquiti, grandes estancieiros, ou de diversos militares como Capitão Emídio Jaime de Figueiredo, Coronel Chananeco, Major Vicente Simões Pires, etc.

Em um trecho inicial do sítio, que trata do nome da cidade, encerra-se a discussão sobre a dúvida na origem do nome do Município com o seguinte discurso: “Seja qual for a origem do nome do Município de São Sepé, este nome, por si só, é legenda e orgulho, ultrapassando os limites da historicidade formal para situar-se no patamar da consagração popular definitiva.”³ Logo, percebe-se que a narrativa ali constituída é baseada em uma *verdade* dada, sendo que o que ali está constituído faz parte, além da textualização, um perfil de exaltação que perpassa toda a argumentação.

Aos *periféricos*⁴ restaria o silêncio, o esquecimento, o não ser no espaço público e na História. Nessa pesquisa, o desafio é de justamente contribuir criticamente para que essas

² Trata-se da Fundação Cultura Afif Jorge Simões Filho, prédio central da cidade e que funciona com órgão da Secretaria de Educação e Cultura (SMEC)

³ Disponível em: <http://www.saosepe.rs.gov.br/o-municipio/historia/> da seção “o município: história/origem do nome. Acesso às 20h20min, em 30/07/2015.

⁴ Escolhi utilizar esse termo ao longo da dissertação para designar o grupo de pessoas os quais estivessem excluídos, de alguma forma, do poder político e econômico da cidade. Aqueles indivíduos que fossem oriundos das periferias rurais e urbanas de São Sepé. Utilizo essa nomenclatura por entender que se tratam de outros grupos marginalizados para além dos trabalhadores e trabalhadoras, como por exemplo os menores em situação de rua ou as pessoas com doença mental que vagavam pelo centro da cidade no período.

peças tenham através de suas memórias a elevação para a condição de sujeitos históricos. Algo novo percebido, no processo de coleta de fontes, foi o estranhamento dos senhores e senhoras entrevistados que não estavam acostumados a terem seu passado como referência, como História de suas cidades. Inclusive uma negação pessoal de que o seu passado pudesse ter uma relevância para algum texto acadêmico.

Assim, o desafio desta dissertação frente a essa realidade foi de, justamente, contribuir para apresentar esse passado em um terreno de disputa, trazendo novos elementos e destacando sujeitos e classes antes não presentes nas narrativas históricas tradicionais de São Sepé. Entretanto, é preciso considerar que tal ação provoca conflitos e interesses de grupos privilegiados os quais se acostumaram a viver apenas com exaltações e positivamente do que foi. Grupos que acostumaram a ouvir a História de suas famílias como História de suas cidades. Dessa forma, alguns percalços foram encontrados e serão demonstrados aqui.

Dito isso, esse capítulo tem por princípio e necessidade apresentar a cidade pesquisada, seus detalhes, geografia, origens e informações básicas, bem como quem são essas trabalhadoras e esses trabalhadores que serão o foco da síntese. Além disso, se delimitará as técnicas e abordagens para com as fontes orais e também do uso do jornal como fonte, demonstrando em que medida essas pessoas foram tensionadas a abandonar seus lares pelos processos históricos que foram estabelecidos na Ditadura Civil-Militar.

O texto será centro de algumas discussões importantes para a dissertação, como as lacunas na História do Interior Brasileiro, bem como de grupos de trabalhadores e trabalhadoras que necessitam ter seu passado devidamente contado e problematizado na pesquisa que segue, além de elaborar a respeito de alguns interesses políticos das camadas dominantes do Município, quanto ao poder e ao uso da imprensa.

Antes de prosseguir, é necessário deixar claro que este trabalho é, na verdade, um prosseguimento das pesquisas e da síntese de dados iniciada durante o curso de graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Durante a fase final desta trajetória de curso, foi procurado entender a dinâmica agropecuária na Ditadura Civil Militar e suas aplicações em São Sepé quanto à migração de trabalhadores e trabalhadoras.

Naquele momento, pela escassez de fontes e de tempo, bem como do pouco amadurecimento teórico, a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Graduação (TCG)⁵ foi situada

⁵ PEREIRA, Felipe Rios. **O processo de expulsão populacional do campo e o crescimento da cidade**: um olhar sobre São Sepé durante a ditadura civil-militar. Monografia (Trabalho de Conclusão de Graduação). Santa Maria: Curso de História/UFSM, 2014.

no abandono do campo em si, buscando entender os motivos que levaram as pessoas a abandonarem as zonas rurais e ir para a cidade, bem como estabelecer um comparativo com o contexto nacional. Pouco ou nada foi feito naquela pesquisa acerca de como essas pessoas chegaram na cidade, de como a classe dominante defendeu, na mídia local e nas instâncias governamentais, a “modernização” do campo, ou de como houve transformações em segmentos sociais e de gênero, por exemplo.

Desse modo, neste trabalho debruçar-se-á sobre as lacunas deixadas, explorando a complexidade do processo de migração em suas mais variadas faces, desde a imprensa às mudanças na estrutura familiar (além das permanências). No entanto, não se pode iniciar o trabalho já falando dos trabalhadores nos bairros periféricos da cidade, sem situar seu passado, sem contar o porquê de estarem ali, sem dar historicidade a sua condição de empregados e periféricos urbanos no passado de trabalhador rural camponês ou assalariado.

Também é importante ressaltar, através de uma mais demorada síntese de fontes documentais, como atas da Câmara de Vereadores e matérias do jornal local, o processo de “modernização” do campo e de consequente migração. Assim, este capítulo, principalmente nos segmentos 1.2 e 1.3, acabará por fazer uma retomada de alguns elementos do TCG intitulado “O Processo de Expulsão Populacional do Campo e o Crescimento da Cidade: um Olhar Sobre São Sepé Durante a Ditadura Civil-Militar”, adicionando também algumas novidades a partir de novas fontes ou do aprofundamento de outras já utilizadas. Entretanto, antes de qualquer coisa, cabe apresentar o espaço de estudo.

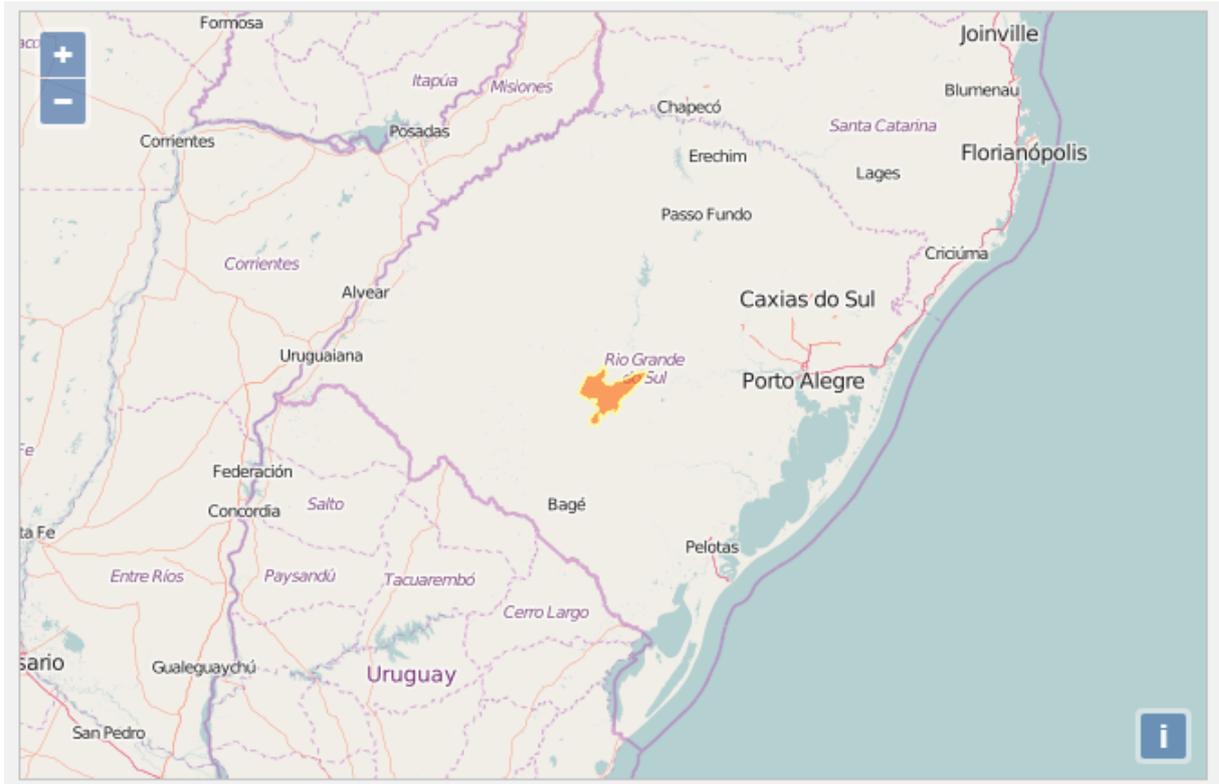
1.1 São Sepé/RS

São Sepé é um município brasileiro que conta atualmente com uma população de 23.789 habitantes, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda conforme o órgão o Município ocupa uma área de 2.202.648 km²⁶ e está posicionado na Região Central do Rio Grande do Sul, Brasil, próximo a municípios como Santa Maria, Cachoeira do Sul e São Gabriel. Abaixo temos uma representação da localização no mapa do Rio Grande do Sul:

Imagem 1:⁷

⁶ Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431960>

⁷ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431960>. Acessado às 22h, em 14/12/2015.



Pela própria posição no mapa, bem como pela questão física nas visitas a campo, pode-se perceber que a cidade faz parte do bioma denominado pampa, presente na chamada Metade Sul do estado e, também, nos países vizinhos do Uruguai e Argentina. Esse bioma é dominado por uma vegetação gramínea e por alguns poucos espaços de vegetação mais alta, denominados capões de mato. Quanto ao relevo esse espaço é basicamente plano, com pequenas elevações chamadas de coxilhas. Na questão hídrica, a cidade é atravessada por um rio de mesmo nome da cidade, além de diversos pequenos afluentes.

Tais elementos precisaram ser descritos para entender economicamente São Sepé, já que dadas essas características ambientais, a formação histórica da cidade tem uma ligação com as estâncias (grandes latifúndios, sobretudo de pecuária) que povoaram a Região do Pampa, durante o século XIX. Uma das histórias de origem da cidade coloca, inclusive, que o título da cidade tem a ver com uma das grandes estâncias que chamava-se “San Sepé” e que dela teria se originado a ocupação do Município. Em outros trechos, presentes na narrativa do sítio da Prefeitura, fala-se que a origem também tem em grandes latifundiários as primeiras intervenções para o início da cidade:

Em 15 de fevereiro de 1830, parte de Formigueiro uma carreta transportando uma grande cruz de ipê e acompanhada por uns quarenta moradores, a cavalo, sob a liderança do carpinteiro Francisco Antônio de Vargas. Após cansativa jornada chegaram ao local escolhido. Mesmo contra a vontade de autoridades

e fazendeiros, levantam a cruz com toda a solenidade e pompa. Em sinal de protesto à invasão da propriedade, os estancieiros do Rincão de São João, entre os quais a família Fraga, faz longa representação ao presidente da província, Caetano Mário Lopes Gama. Em consequência, Francisco Antônio de Vargas foi processado. Com sua morte, o processo foi encerrado. Mas, alguém deveria dar continuidade a iniciativa de Francisco Antonio de Vargas. A solução estava na aquisição das terras. Foi então que os Plácidos entraram na história: Plácido Nunes de Melo, o Chiquiti e Plácido Gonçalves Dias, homem rico e sem descendentes. Chiquiti conseguiu que o proprietário do terreno o vendesse a Plácido Gonçalves. Este o adquire da família Fraga, e, juntamente com sua esposa Maria Joaquina de Lima, doa-o para a construção da capela. Também faz doação de todos os terrenos necessários para as demais edificações iniciando-se assim e ali, a povoação que cresce rapidamente. Em 7 de setembro de 1850, pela Lei Provincial nº 201, esta povoação é elevada à Freguesia com o nome de Freguesia de São Sepé.⁸

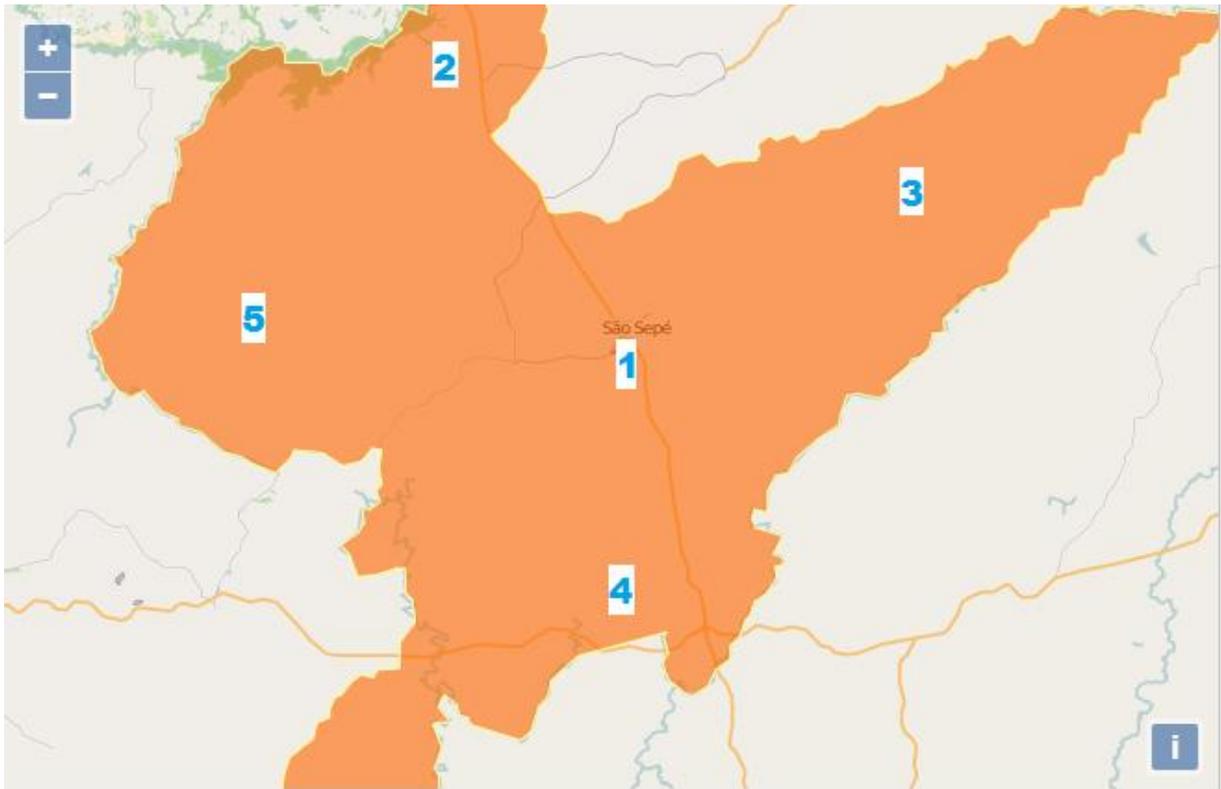
Vemos uma preponderância dos Plácidos, Nunes, Chiquiti e Gonçalves que, até hoje, figuram como importantes na memória local, nomeando ruas, referendados por bustos na cidade. Podemos observar também a estreita ligação com a Igreja, especialmente a Católica, e com a religiosidade, até hoje apresentando muito significado na vida da comunidade sepeense, não podendo ser desconsiderados, dentro desse mito de criação da cidade, os aspectos de fé e da crença.

Importa destacar a criação, em 1850, da freguesia e mais tarde, em 29 de abril de 1876, através da Lei provincial nº 1029, a criação oficial do Município de São Sepé. Territorialmente abrigava áreas que eram pertencentes aos municípios de Caçapava do Sul e de Cachoeira do Sul, compondo uma área inclusive maior do que a atual (na época, o Município vizinho de Formigueiro, hoje emancipado, fazia parte como distrito do Município). Atualmente, a área corresponde ao mapa abaixo:

Imagem 2:⁹

⁸ Disponível em: <http://www.saosepe.rs.gov.br/o-municipio/historia/> da seção “o município: história/fundação e formação. Acesso às 20h20min, em 30/07/2015.

⁹ Editado pelo autor. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431960>. Acessado às 22h, em 14/12/2015.



Conforme o mapa, podemos ver que o Município divide-se em cinco distritos. Respectivamente correspondem aos números do mapa:

- 1- A Sede, onde está localizada a zona urbana;
- 2- Distrito da Vila Block, que tem como área limite o Rio Vacacaí;
- 3- Jazidas, a leste;
- 4- Cerrito do ouro, a sul e;
- 5- Tupanci, a oeste.

Os distritos estão devidamente localizados aqui, para maior compreensão do leitor, já que essas zonas territoriais podem ser citadas ao longo da dissertação quando se tratar de questões econômicas e de migração da zona rural.¹⁰

Sobre a questão econômica, vemos que durante quase todo século XX a pecuária também foi predominante na cidade, só sendo sobrepujada pelas culturas agrícolas, primeiro da produção do arroz, a partir dos anos 1950, e a da soja, a partir da década de 1970. Dessa forma, apesar de não ser determinante, o fator ambiental teve e ainda tem grande influência naquilo

¹⁰ Considera-se a divisão distrital atual, não a da época, em que a mesma era feita de forma diferente, com menos distritos que abrigavam, portanto, uma maior área territorial.

que foi produzido economicamente na cidade, durante a sua História. Entende-se por aqui por que o espaço da zona rural foi tão visado nas mudanças da Ditadura, as quais envolvem o recorte temporal da dissertação, já que o bioma pampa abriu espaço facilitado para o implemento de grandes criações de animais ou de plantações de monocultivo. Vemos, também, que as populações migraram dos quatro distritos de zona rural, mas, principalmente, de Jazidas e Tupanci, zonas maiores e em que se construíram os maiores latifúndios.

1.2 O Município e a Migração

Dada a configuração do Município, é preciso agora explicar e pensar a conjuntura a ser problematizada nesta dissertação. O recorte temporal feito abarca dos anos de 1964 a 1974, considerando as modificações que esse período trouxe desde o Golpe, entretanto, quanto a migração o enfoque maior será no período de 1970 a 1974, no qual os episódios que serão aqui discutidos de expulsão terão um maior enfoque. Os demais episódios como transformações políticas serão tratadas desde 1964. Já o recorte espacial terá em consideração, como já foi dito, o Município de São Sepé/RS, através da relação micro com a perspectiva nacional macro no que se refere a migrações de zonas rurais para zonas urbanas, no caso dos distritos enumerados para os crescentes ou novos bairros da zona urbana.

Assim, considerando tais recortes, esse trabalho reflete os episódios de urbanização e migração tão tocantes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, não só nas grandes metrópoles ou nas zonas litorâneas, já que a urbanização também se processou em pequenas e médias cidades. Esse é um aspecto de encontro, já que a cidade localiza-se a cerca 400 km de distância do Oceano Atlântico. Além disso, encontra-se como uma cidade distante da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, não tendo conexão direta com o seu desenvolvimento econômico.

Podemos observar que o desenvolvimento de São Sepé, enquanto cidade, dá-se, exatamente, no terceiro terço do século XX, não estando, assim, condicionado à lógica da metropolização do início do século, por exemplo. Fica evidente que esse crescimento não afeta apenas as grandes cidades, mas, de mesmo modo, dialoga concretamente com um crescimento expressivo das pequenas cidades.

Se observarmos dados do IBGE, percebemos que teremos em números as ideias apresentadas nos parágrafos até aqui. Nota-se um salto nos habitantes urbanos, em especial a partir da década de 1970, como mostrado na tabela abaixo:

Imagem 3:¹¹

Anos	Total		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940	20.614.088	20.622.227	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518
1950	25.885.001	26.059.396	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668
1960	35.055.457	35.015.000	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356
1970	46.331.343	46.807.694	25.227.825	26.857.159	21.103.518	19.950.535
1980	59.123.361	59.879.345	39.228.040	41.208.369	19.895.321	18.670.976
1991	72.485.122	74.340.353	53.854.256	57.136.734	18.630.866	17.203.619
1996	77.442.865	79.627.298	59.716.389	63.360.442	17.726.476	16.266.856

Podemos observar, a partir do quadro acima, concretamente, o fenômeno de migrações populacionais no Brasil. De início, fica evidente que a população urbana encontra-se em crescimento contínuo, sendo um elemento comum ao momento histórico do século XX de desenvolvimento do capitalismo ocidental, em especial nas últimas décadas do século. Mas resta a pergunta: quanto à população habitante do meio rural, encontramos as mesmas características? Além disso, observando-se melhor os dados entre 1960 e 1980, eles apresentam o mesmo padrão de crescimento ou decréscimo em relação às outras décadas? Fica claro na síntese que não. Há um padrão diferente e que precisa ser considerado.

Em contrapartida, em certo período, percebe-se a existência de uma mudança nos dados da população rural que destoa de outros momentos. Não é mera casualidade que, justamente entre as décadas de 1970 e 1980, temos o início de um descenso das pessoas que habitam no campo e que de lá tiram o seu sustento. Não que esse decréscimo já não tenha começado antes, na década de 1960, quando notamos uma significativa queda no aumento do crescimento populacional, que contrapõe todos os crescimentos vistos nos períodos anteriores.

Também é perceptível que, no mesmo momento, o Brasil apresenta um acelerado crescimento urbano. Se considerarmos esses vinte anos do censo de 1960 e 1980, a população residente em áreas urbanas quase duplicou, o que é um número realmente muito grande para tão pouco tempo. Desse modo, a partir de dados como estes, tenta-se demonstrar a situação de

¹¹ População Residente, por situação do domicílio e por sexo - 1940-1996 (tabela IBGE)

migração em larga escala, do campo para a cidade, argumentando-se que isso não é mero acaso ou algo descolado do contexto político e parte do processo histórico do modo de produção envolvido, mas fruto de políticas econômicas que irão demonstrar uma conexão direta ou indireta dos governos da Ditadura Civil-Militar, mais especificamente as políticas adotada nos períodos ditatoriais de Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici com a expulsão do campo.

Essa percepção vai ao encontro das ideias defendidas por Octávio Ianni (1986) e, principalmente, José de Souza Martins (1985), os quais trouxeram em suas obras as primeiras reflexões acerca da conexão daquele momento político com as transformações no Brasil no que diz respeito à agricultura. Ianni (1986), em sua obra *Ditadura e agricultura*, traz uma reflexão do ponto de vista estrutural daquelas transformações, discutindo fatos como o estatuto da terra e as mudanças que vieram a partir de 1964. Na mesma linha, Martins (1985), no livro *A militarização da questão da agrária no Brasil*, faz um panorama das transformações do ponto de vista do Estado, já que segundo o autor, se aprofunda uma lógica de empresa rural e se mecanizam as relações de trabalho nas áreas rurais.

Nessa pesquisa, a partir dos dados e do diálogo com as fontes, verificou-se que as modificações no universo social, cultural e econômico local encontram uma conexão direta com o panorama político nacional citado por Martins (1985), apontando uma intensa movimentação e o abandono de pequenas e médias propriedades relacionadas ao campesinato ou aos assalariados rurais. Pode parecer bem óbvio falar que fatores sociais, culturais e econômicos locais têm conexão com o fenômeno, mas quer se mostrar que isso foi mais intenso e dramático na vida das famílias de periferia. Assim, nos próximos capítulos será demonstrado como até mesmo elementos secundários são transformados ou ressignificados em meio às turbulências do momento e que não afetam só o ambiente do trabalho, mas um complexo universo de situações desde moradia, família, gênero, dentre outros.

Voltando aos dados do gráfico do IBGE, partindo para uma análise mais minuciosa, verificamos que: na década de 1960, período de início da Ditadura-Civil-Militar, pouco mais de 30 milhões de pessoas estavam nas cidades do Brasil, ao mesmo tempo que aproximadamente 40 milhões de habitantes estavam centradas no campo. Enquanto mais a frente, na década de 1980, temos uma inversão completa dessa situação, com os dados bem diferentes de até então. Nesse momento, encontraremos mais de 80 milhões de pessoas habitando em áreas urbanas, enquanto um número inferior a 40 milhões estariam nas áreas rurais do País.

Se observarmos, de forma isolada, não apontaríamos para uma redução significativa de indivíduos ligados a terra. Talvez um pesquisador, interpretando apenas os números de zonas rurais em si, poderia dizer que a população dali apenas estacionou e que poderia interpretar-se que apenas tivemos um aumento exponencial do crescimento das cidades, o que não seria necessariamente atrelado ao campo. Mas, o objetivo aqui é demonstrar que existe mais elementos atrás desse processo, sendo preciso considerar outros elementos.

Sobretudo, nesse caso, é necessário verificar a densidade populacional e quanto de zonas agropecuárias estavam sendo exploradas até então. Se observarmos, por exemplo, as frentes agrícolas como as do Centro-Oeste e da porção Norte do País, perceberemos uma aumento exponencial da exploração e da ocupação através da expansão de latifúndios, algo que tem sido referendado pela literatura histórica a respeito, como será mostrado a seguir. Além disso, mesmo as demais regiões serão mais bem ocupadas para a produção de alimentos.

Assim, há quase que uma duplicação das áreas cultiváveis no Brasil, porém, a presença dos trabalhadores e trabalhadoras estaciona, o que quer dizer que a densidade populacional dessas regiões cai pela metade. Ou seja, consegue-se entender que existe um real abandono do campo e uma diminuição real das pessoas ligadas à terra. Podemos abranger, para compreender melhor, um exemplo hipotético de que, manter-se com a mesma densidade dos anos 1960, a população do campo dos anos 1980 precisaria estar duplicada em relação ao período anterior, o que não acontecerá.

Temos, então, dois pontos a observar: 1º - a expansão em novas frentes de cultivo e criação de animais vem ao encontro da grande propriedade exportadora, não dos trabalhadores camponeses rurais, mas nos moldes de empresa do campo mecanizada, tal qual aponta Martins, e com alguns trabalhadores assalariados; 2º - nas áreas a mais tempo exploradas, como é o caso da Região Central do estado do Rio Grande do Sul, existe um desmonte das pequenas e médias propriedades em prol do grande latifúndio de monocultivo, visto que este concentra uma mão de obra bem menor, diminuindo a população que está no campo, ou mesmo fazendo com que parte dos trabalhadores da terra fixem-se nas cidades, mesmo que alguns sigam dependendo do trabalho agrícola nas terras do monocultivo latifundiário, mas já não habitem no campo, deslocando-se diariamente para cumprir funções de assalariado rural.

Evidente que não podemos desprezar em um estudo como esse os pontos específicos de cada localidade. Parte-se da noção que cada cidade apresenta elementos únicos e que não podem ser desprezados, frente a uma determinação macro, quando se faz uma síntese. As motivações de camponeses que migram ou são expulsos do campo em outras regiões, assim como em outras

cidades, podem ser diferentes, em certa medida, dos camponeses ou trabalhadores rurais de São Sepé ou do Rio Grande do Sul.

Entretanto, pelo caráter da pesquisa, os paralelos são possíveis, além de observar como nos casos específicos da cidade as questões macro da economia irão tencionar as relações. Será descrito e refletido sobre como tal processo ocorreu em São Sepé, com todas as particularidades (gênero, família, cultura, dentre outras), mas, por outro lado, não excluindo a existência de elementos da política nacional que são comuns ou motivadores de transformações sociais em uma perspectiva mais ampla, podendo acontecer de forma similar em outras cidades ou regiões do País dada a conjuntura história e a prática política que os governos ditatoriais levaram a cabo.

O que é necessário apontar é que, tanto a população do campo, quanto a da cidade, tem um índice de natalidade em um padrão semelhante a outros períodos em termos de crescimento. Entretanto, não existe elevação da quantidade de habitantes na zona rural, acontecendo uma paralização na quantidade de pessoas que se elevava até então. Isso se dará, na leitura aqui apresentada, pelo significativo movimento desses sujeitos em direção às cidades. Nesse sentido, o que será apontado é que existe uma verdadeira *expulsão* de pessoas do campo, através da centralização de terras e das riquezas em uma classe dominante agrária no País.

O termo *Expulsão* é assim usado para apontar justamente que não se trata de um movimento comum de deslocamento de pessoas. O esforço com o uso do conceito é de demonstrar que não é um mero acaso que levará a inversão de uma maioria de pessoas no campo para uma maioria de pessoas na cidade. Não é um simples desenvolvimento ou parte de um processo comum no qual a cidade cresce continuamente, mas uma acentuada “modernização” do trabalho agrícola que apontará para a diminuição do uso de mão de obra camponesa. Esta, assim, deixará de ser tão necessária e passará a ser descartável frente a um novo modelo de exploração da terra que é capitaneado por grandes latifundiários.

Novas máquinas mudarão completamente essa dinâmica de exploração. Desde colheitadeiras modernas e tratores, a aplicadores de pesticidas ou trituradores de grãos. Todos esses elementos entrarão, agora, para a vida comum das grandes fazendas e farão parte de um processo em que as classes dominantes modernizarão as relações no campo de trabalho. Não se pretende demonizar a tecnologia com essa interpretação, mas apontar-se-á que nem todo desenvolvimento econômico ou avanço na tecnologia vem necessariamente para melhorar as relações sociais. Esse é o caso, já que essas transformações fragilizaram as relações de trabalho no campo ou mesmo tornaram inviável uma competição entre o pequeno e médio produtor de arroz (ou mais tarde de soja) e o grande produtor rural.

Nesse sentido, seria inviável que, em uma abordagem que se propõe interdisciplinar entre História, Geografia e Ciências Sociais, enquanto ciências humanas, se desprezasse uma contextualização e a relevância das transformações políticas e sociais maiores em meio a tais processos migratórios. Muito mais que levantar os dados brutos acima, é necessário encontrar motivos e dialogar com as transformações em nível local, mas sem descuidar das ligações macro.

Em outra obra, chamada *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, Martins (1981) irá explorar as transformações na economia agrária e a vida dos camponeses brasileiros. Em relação à Ditadura (1964-1985), teremos uma série de modificações que levaram as classes dominantes que articularam o Golpe de 1964 a assumir a dianteira nos anos posteriores. Tanto é que, como demonstra o autor, teremos a mesma linha defendida pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)¹² sendo implantada então:

A reforma implantada pelo Governo Militar está baseada na distinção das propriedades não apenas pelo tamanho, como fazia o Governo deposto em 1964, que dirigia seus ataques ao que chamava de “latifúndio improdutivo”. Distingui-as também pela intensidade de utilização e, pode-se dizer, também a diferença pela forma social do uso da terra. O estatuto classifica as propriedades em minifúndio, empresa, latifúndio por extensão e latifúndio por exploração. Repete assim a sugestão do IPES que punha a ênfase de sua proposta na constituição da empresa rural e na condenação tanto do minifúndio como do latifúndio (1981, p. 95)

Assim, embasado nas ideias de autores como Martins (1981), defende-se aqui que o Brasil estar passando pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985) não é uma coincidência com as transformações sociais e econômicas ocorridas na área da agropecuária. A defesa é de que outros elementos, para além da questão política nacional ou da repressão, precisam ser interpelados para compreender a face opressiva aos trabalhadores/as da Ditadura. Quando os historiadores/as e economistas abordam as transformações financeiras desse período, podemos esclarecer ainda melhor a situação. A respeito desse assunto, o economista Argemiro Brum faz as seguintes considerações:

No caso brasileiro, após 1964 a política governamental favorece a concentração econômica e impede a atuação reivindicatória dos sindicatos, olhados e acompanhados com suspeita, mesmo na sua

¹² O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais foi fundado pouco antes do Golpe, em 1961. Seu intuito era o de apontar alternativas de desenvolvimento econômico e de transformações sociais baseadas nos opositores a João Goulart, além de se colocar como uma organização que combateria o comunismo. Esses mesmos grupos, mais tarde, conspirariam ativamente no Golpe e seriam parte do poder durante a Ditadura Civil-Militar.

tolerada presença e atuação meramente assistencialista. Sem contrapeso, o processo concentrador avança com a velocidade, esmagando as camadas operárias e também parcelas significativas da classe média (1986, p 96).

Brum denuncia um tema que outros autores e autoras também mostram, os aspectos de classe da Ditadura pós-1964. Assim como a maioria dos pesquisadores/as, aponta-se para a concentração de renda em nível urbano, nas mãos das empresas que patrocinarão ou darão respaldo ao Golpe e serão base do período. O que se busca aqui é ilustrar com este estudo de caso, a partir de São Sepé, é que esse processo acontece em diferentes níveis da formação histórica brasileira, incluindo os pequenos e médios agricultores que serão alvo da centralização econômica em nível rural.

Vale observar que a política econômica da Ditadura notabilizou-se como profundamente opressora para os trabalhadores e trabalhadoras, bem como para boa parcela das camadas médias da população. Esse processo também não é mera casualidade, fazendo parte da política levada a cabo pelos grupos dirigentes do País, durante os vinte e um anos que se sucederam após 1964, em uma reação à crescente organização da classe trabalhadora e a conjuntura mundial da época de chamada Guerra Fria e de combate ao comunismo. Nesse sentido, os tímidos avanços nos campos das políticas sociais de Jango já faziam temer a classe dominante e a levaram a ter uma reação, tanto no sentido de barrar o crescimento da organização de trabalhadores e trabalhadoras, como de aprofundar um projeto de capitalismo e de desenvolvimento econômico no Brasil. Segundo Yuri de Carvalho:

O Golpe de 31 de março de 1964, as características ideológicas, políticas, repressivas, econômicas e sociais do Estado no Pós-1964, evidenciam o caráter de ditadura de classe no projeto levado a cabo pelas classes dominantes. Se o capitalismo, na sua forma política liberal, é compreendido como uma ditadura das classes dominantes sobre a classe trabalhadora, alijadas dos meios de produção e da direção do Estado, o que permite a extração da mais-valia de seu trabalho, a Ditadura de Segurança Nacional, iniciada a partir de 1964, se mostrou uma das formas exacerbadas de ditadura de classe. O crescimento da classe trabalhadora e sua capacidade de organização, cada vez mais crítica à falta de direitos, baixos salários e grande exploração, além de, durante o Governo João Goulart, ser partidária das Reformas de Base, era uma ameaça à dominação das classes dominantes. (2014, p. 67)

Indo ao encontro das ideias de Carvalho, é necessário dizer que temos nesse momento histórico uma situação de ataque à organização de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil e, sobretudo no caso desta pesquisa, de piora de vida dos periféricos no País, desde o arroxó salarial, tão presente no período, quanto também um constante ataque aos direitos trabalhistas

e de organização coletiva desses trabalhadores/as. Assim, o novo momento político também deve ser lido como um novo momento social, bem como econômico. O Golpe também é contra a classe trabalhadora, não apenas contra João Goulart.

Tentando estabelecer um diálogo entre essas informações e aquelas descritas na obra de Milton Santos (2005), podemos apontar a conjuntura pós-1964 como marcada por uma ampla expansão das terras cultiváveis e de acesso ao interior, como já foi defendido acima. Santos vai trazer a noção que há também uma melhora estrutural no período, principalmente através de novas rodovias, o que permite um maior acesso a terras antes inexploráveis pelo latifúndio, que se colocará, também, como agroexportador.

Existe ainda um significativo incremento no setor de transportes e de máquinas, sendo que o número de veículos aproxima-se da duplicação, bem como aumenta significativamente a quantidade de passageiros transportados em veículos como ônibus. Complementarmente, as agências de correios quadruplicam sua demanda e as telecomunicações possuem uma considerável expansão. Assim, não apenas temos uma “modernização” e uma presença de novas tecnologias (desde as máquinas novas, rodovias a até mesmo adubos/pesticidas/sementes) para os moradores de zonas rurais, mas uma lógica do capitalismo sendo impregnada em novas cidades, como no caso do interior do Brasil. Desse modo, a garantia e desenvolvimento de infraestrutura que dê acesso ao interior não pode ser vista apenas pela ótica do “progresso”, um conceito tão presente nos discursos dos generais ditadores daquele momento.

É preciso entendê-los como parte de um projeto político que garanta a expansão da agroexportação e do monocultivo, bem como a centralização de capitais e, por consequência, de terras. O que fica claro com esses projetos de infraestrutura e transportes é o comprometimento com a internacionalização dos capitais. O que acabará acontecendo, também, através de uma política econômica que encaminha o aumento da dependência das exportações de produtos primários, bem como de importações de produtos do mercado externo. Nesse sentido, existiu um visível comprometimento com grandes obras de infraestrutura que passaram a atender, principalmente, a interesses estrangeiros ou da agroexportação.

Torna-se claro que os dados e situações acima não apontam para uma necessária melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. O que vai acontecer, pelo contrário, é o fim de sua vida no campo, ao invés de benefícios na vida delas. É preciso pensar para que(m) é que esse “progresso” se dará (E se existe real “progresso”)? Para além do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), durante o chamado “milagre econômico”¹³, é

¹³ Entendido aqui como o período entre 1968 e 1973 em que houve um acentuado crescimento econômico com a elevação significativa do Produto Interno Bruto brasileiro. Entretanto, resalto aqui que esse crescimento

preciso observar se a melhoria da vida das pessoas acompanhou esse crescimento da economia. Diferentemente de teses que apontam para uma ligação direta entre melhoria da vida das pessoas com o crescimento do PIB, uma observação direta do cotidiano através de uma pesquisa que considere dados antropológicos pode revelar outros vieses de interpretação do período.

Em outros campos, que não o da infraestrutura, também se observa os efeitos da chamada “modernização”, como por exemplo na vida privada das pessoas, não vindo apenas no campo da infraestrutura. Avanços tecnológicos também estão aliados com um maior acesso a determinados bens de consumo. Novos produtos e mercadorias tecnológicas domésticas também precisam ser considerados na “modernização”. A popularização de eletrodomésticos, como é o caso da televisão, por exemplo, transforma a vida de muitos, sendo essa última um grande símbolo do consenso ditatorial.

A consolidação de empresas de telecomunicação que não farão grandes críticas à Ditadura, ao contrário, foi fundamental no estabelecimento de um consenso e construção de uma visão alienada e/ou positivada do processo político que se vivia. A Rede Globo de Televisão, instrumento da família Marinho, ao transformar-se quase em canal oficial da Ditadura, seria um dos grandes símbolos desse momento. Além do que, temos também a manutenção de outros meios já presentes, como o rádio ou ainda o jornal, dois grandes propagadores de informações e veículos de propaganda e consenso da Ditadura Civil-Militar.

Esse último meio, inclusive, será tema do próximo item deste capítulo e dos próximos, ao abordarmos o periódico *A Palavra*, e exemplificarmos o discurso da classe dominante local a partir daí. Pontua-se aqui a visão e a conceitualização próxima a Gramsci (1968) de que os meios de comunicação são aparelhos de classe, consolidando a postura do grupo proprietário desses meios e seus interesses. O que se quer demonstrar é o afastamento da tese da mídia apenas como passiva e isenta no processo, que a vê apenas como uma vítima dos mecanismos de censura da Ditadura. Não que se negue a existência e a influência da censura, porém, há de se considerar a importância desses instrumentos como legitimadores políticos daquele momento, vide as conceitualizações que fazem alguns. Por exemplo, de que o Golpe de 1964 pode também ser considerado como um Golpe Midiático e Civil-Militar.

Importa evidenciar as transformações acima para refutar a tese da exclusiva alienação dos sujeitos em questão. Não que estes elementos não existam ou não tenham uma grande importância, mas a contextualização desses aparentes “benefícios” aos trabalhadores e trabalhadoras deve desvendar como as transformações do período acabaram, muitas vezes, a

econômico não significou necessariamente desenvolvimento, pois ocorreu uma alta concentração de renda e arroxo salarial dos trabalhadores e trabalhadoras.

aliviar algumas das tensões sociais. Ao mesmo tempo que, claro, a propaganda da Ditadura e uma imprensa aliada aos interesses do governo (e em alguns casos censurada) contribuía para uma falta de informações para consolidar uma crítica ao momento político e para que os indivíduos rumassem para a despolitização. Verifica-se, a partir das entrevistas realizadas durante a pesquisa, que muitas dessas ações serão bem sucedidas, incentivando uma visão positiva do processo em questão, com as lembranças, da grande maioria dos entrevistados e entrevistadas, não tocando em questões políticas gerais. Evidente que, também, não se pode menosprezar na síntese a questão saudosista do passado, em que muitos buscam estabelecer a sua trajetória de vida como positiva, omitindo, minimizando ou descontextualizando os momentos de dificuldade.

Nesse sentido, observar o elemento do saudosismo torna-se fundamental, uma vez que nas entrevistas foi necessária a busca pela distinção daquilo que ocorreu e daquilo que foi omitido. Buscar as relações do local com o nacional também é problemático, uma vez que a maioria das pessoas preocupa-se em entender a sua vida como exclusivamente ligada à realidade local. Apenas o senhor Osvaldo Aires Pereira, dentre os/as entrevistados/as, procurou estabelecer ligações e relações políticas com o contexto nacional, muito, talvez, por sua ligação com grupos políticos como o MDB durante a Ditadura. Aos demais, tornou-se necessário questionar o porquê de não conseguirem estabelecer ligações de sua realidade com as transformações políticas e econômicas nacionais. Essa é uma questão para qual, em parte, já se aponta a resposta, quando fala-se do consenso, mas também do saudosismo, do não ser no poder político local e do medo (esses dois últimos temas que serão abordados no terceiro capítulo).

Assim, evidenciado na fonte oral, o saudosismo é um resultado bastante comum. Muitos dos processos aqui interpretados e descritos foram deixados de lado e as visões positivas exaltadas. É necessário, assim, contextualizar e compreender os sujeitos quanto ao entendimento do seu passado. O que não pode se omitir, no entanto, é que estes sujeitos possuem interesses e relações que podem encontrar aprovação com a Ditadura Civil-Militar. Não interesses como os da classe dominante, já que estamos falando de experiência de trabalhadores, mas quanto ao bem estar da sua família, o trabalho para si e seus filhos/as, o acesso à cultura, dentre outros. Mas é necessário fugir da dualização e da crítica às ações de tais sujeitos. Muitas vezes, a preocupação com esses interesses os faz aceitarem melhor o arrocho econômico que em tese a vida na cidade pode trazer, uma vez que ali podem usufruir de um melhor acesso a serviços básicos como saúde e educação, que antes estariam a dezenas de quilômetros de distância, se existentes naquela realidade.

Esses elementos citados, através de uma grande diversidade de fatores que variam de família para família, são encontrados nas entrevistas, sendo necessário não isolá-los na realidade sepeense, mas entendê-los como parte de um amplo processo de deslocamento de pessoas para as cidades que ocorre por todo pampa e também no País. Compreender que o trabalhador rural estará em contato com outros elementos que não apenas os ligados ao dia a dia do trabalho é importante, assim como a busca de uma melhor realidade para a família é fundamental na síntese, visto que a cidade é encarada como um local que tem, neste momento, bens que não chegam à vida das pessoas do campo. Elementos que podem parecer banais para o presente, mas que são diferenciais importantes na vida de pessoas que viveram as décadas de deslocamento migratório e expulsão do campo.

1.3 A História do Interior e a Ditadura Civil-Militar

Um dos desafios propostos neste trabalho é o de refletir e problematizar a História de um município afastado de grandes capitais e centros urbanos. Pode parecer problemático trazer este tipo de reflexão, que pode até passar-se por reducionista ou propondo uma falsa polarização como metrópole/interior. No entanto, entende-se que é necessário demarcar politicamente tal terreno de diferenciação na síntese desse processo histórico.

O interior, aqui compreendido como local afastado de grandes centros urbanos e capitais, não é uma ilha em meio ao turbilhão de situações que colocam-se pós-1964. A conjuntura nacional está, como defende inclusive a ideia central desta pesquisa, atrelada às situações locais. A insistência de procurar entender este processo histórico a partir de um pequeno município do interior gaúcho apresenta-se pela realidade dos riscos de um possível apagamento da história de tais cidades e das pessoas que construíram esses espaços.

Dessa forma, compreende-se que não é por acaso o recorte espacial centrado na cidade gaúcha de São Sepé. O Município, está muito longe de ser uma metrópole ou de apresentar uma intensa atividade industrial. No local não se encontra um grande porto, não se encontram quartéis que alinham milhares de soldados, muito menos sindicatos fortemente organizados (os sindicatos existentes são dominados pelos grandes latifundiários).

Por que a escolha desse local então? Justamente pela necessidade de também retratar a História dos pequenos municípios. Trazer ao conhecimento historiográfico pessoas que não participaram da luta política entre as classes dominantes, que não envolveram-se diretamente com a luta armada, ou com as disputas por cargos políticos por parte da classe trabalhadora. Minha tentativa com isso não é fazer um revisionismo que minimize a ação política de grupos

organizados. Nem é também de trazer teses de que a Ditadura não afetou as pessoas que não entraram em confronto com a Ditadura Civil-Militar. O trabalho apresenta a noção de retratar como as transformações e eventos trouxeram uma realidade que afetou em cheio a classe trabalhadora. Nesse caso, as pessoas em questão eram as que habitavam o campo, as zonas rurais.

Justamente pela situação de poucos ‘grandes eventos’ na cidade envolvendo o período, é que a escolha se deu. Igual a São Sepé existem centenas de cidades de pequeno e médio porte que têm em comum um passado esquecido ou aparentemente desconexo com os acontecimentos que sucederam o abril de 1964. A tentativa é, justamente, de trazer a memória dos trabalhadores e a história desses locais para reflexões de âmbito acadêmico. Sobre a Ditadura Civil-Militar em São Sepé, por exemplo, essa é, contando o TCG do discente, uma das primeiras pesquisas desta espacialidade.

Se o leitor passar por uma cidade como essa (ou uma cidade do oeste paranaense, ou do norte mineiro, ou pela maioria das situadas no interior), quem sabe ouvirá, se parar um transeunte, respostas positivas acerca do período ditatorial. Quem sabe até ouvirá que ali a Ditadura nunca chegou, que isso seria coisa dos “milicos” ou dos “subversivos” da cidade grande. Não seria de fato estranho, muito menos incomum.

Não é por menos que, no caso dessas cidades do interior, há esse quase completo discurso hegemônico de distanciamento dos fatos que envolvem a Ditadura. Em muitos casos, as classes dominantes locais mantêm, tanto no campo econômico, como no terreno das ideias, uma dominação, que acaba por reproduzir omissões e desinformações sobre o período ditatorial recente. Em locais como São Sepé, muitas das famílias que hoje mantêm o controle político e econômico da cidade ainda são as mesmas que compunham a ARENA, a partir do Golpe de 1964.

A um historiador que intenciona pesquisar e buscar relatos, procurando entender aquele processo histórico conjuntural, pode até parecer que esse modelo de cidade viveu um período à parte do restante do País. Foi, inclusive, a impressão inicial da pesquisa após os primeiros contatos com as fontes orais e impressas. Assim como a ideia de que a cidade conseguiu retirar apenas experiências positivas dessa conjuntura em questão, dado o apoio e visão de saudade que muitos indivíduos entrevistados ou consultados apresentavam, com falas de retorno efetivos a uma época de prosperidade entre 1964 e 1985.

E qual o porquê disso? Se visa, a partir da compreensão das fontes orais, buscar os motivos que tornaram possível a construção no imaginário desses trabalhadores e trabalhadoras de um passado positivo ou de saudade. Como já dito anteriormente, a opção de estudo se dá

pela necessidade de (re)pensar a História de regiões mais afastadas das universidades federais brasileiras, as quais são, hoje, notórios locais de referência em tratando-se de ciência e, por consequência, de pesquisas históricas.

Nesse sentido, o trabalho tem como um dos princípios refletir sobre a realidade de milhões de pessoas no período da Ditadura Civil-Militar que, dada a síntese de fontes e textos, encontra sim um impacto na vida cotidiana, uma vez que, a realidade política e econômica atual está muito atrelada a História desse período. Não é possível pensar a formação histórica de São Sepé de forma descolada dos eventos e conjunturas da segunda metade do século XX no Brasil, assim como não é possível estudar a História de nenhuma outra cidade fazendo o mesmo. Isso não quer dizer que não existam peculiaridades ou ocorrências que só podem ser entendidas pelas relações locais, mas conexões do micro ao macro precisam estar presentes, ainda mais na conjuntura da Ditadura Civil-Militar.

Pensar esses impactos na vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras tem uma importância muito grande, até para a desconstrução de desinformações e discursos de defesa da Ditadura. É nesse sentido que também esta dissertação se coloca com uma crítica a esse período, mas no sentido econômico e social. A discussão sobre a repressão que causou assassinatos, torturas e desaparecimentos é deveras importante, até por ela não ter sido encerrada ou tido a discussão devida. Suas marcas ainda estão muito presentes na sociedade brasileira e as feridas estão muito longe de estancar. O próprio Município, apesar de um desconhecimento significativo da população local sobre o tema, apresenta um desaparecido político do período. O nome de Cilon da Cunha Brum¹⁴ está em um túmulo de um dos cemitérios da cidade, sendo que sua família ainda espera seus restos mortais com tristeza e desejo de justiça. Na imagem abaixo, a lápide que está presente no cemitério municipal de São Sepé:

Imagem 4:¹⁵

¹⁴ Cilon da Cunha Brum foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e é um dos desaparecidos políticos do período da Ditadura Civil-Militar, mais precisamente do caso envolvendo a guerrilha do Araguaia, onde envolveu-se na luta pela superação daquela conjuntura e acabou desaparecido (sendo certamente assassinado pelas forças militares que reprimiram aquele movimento). Foi visto pela última vez em São Sepé no dia 9 de junho de 1971, em um batizado, sendo que desde então sua família nunca mais teve notícias do seu paradeiro. Parte de sua história, sob o ponto de vista familiar está na obra “Antes do Passado”, livro escrito por sua sobrinha Liniane Haag Brum.

¹⁵ Retirada de <http://www.revistaamalgama.com.br/wp-content/uploads/2012/04/sepultura-cilon.jpg>. Acesso 20h de 20/12/2015



Entretanto, a aproximação efetua-se em uma outra frente, dedicada aqueles trabalhadores e trabalhadoras que, em meio às transformações da época, não estavam organizados em sindicatos ou movimentos de luta política diretamente. No entanto, não se pode deixar de citar o caso de Cilon por ser até hoje emblemático a respeito do processo de anistia ocorrido em 1979 e de toda repressão que ocorreu sob a esquerda organizada e os trabalhadores e trabalhadoras. Porém, nesse trabalho a intenção é de compreender o pensamento desses outros sujeitos, no caso trabalhadores/as migrantes do campo para a cidade e de que forma as mudanças impactaram em suas trajetórias pessoais e coletivas e trouxeram ressignificações políticas e sociais em São Sepé.

Por essas situações, a demarcação da pesquisa não se trata apenas de um estudo de caso ou uma história local/regional (nomenclatura questionada por entender que histórias locais apresentam também uma importância para se compreender o todo). O que faz da História de um município interiorano menos História do Brasil que outros locais? Outros historiadores/as têm feito perguntas desafiadoras parecidas quando se atrela a chamada História do Brasil apenas aos acontecimentos envolvendo o Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente) e demarcando os demais como “história regional”. A proposta é de desconstruir o conceito de uma “História do Brasil”, justamente por esse conceito ser generalista e apagar espaços e grupos sociais. O uso deste conceito aqui tem mais uma conotação política na História e um desafio de que para entender a História da Ditadura Civil-Militar Brasileira torna-se necessário compreender suas mais diversas atuações.

É, no entender da presente pesquisa, sempre necessário questionar produções que encerram em uma categoria a interpretação histórica, seja pelas determinações política, cultural ou quaisquer outras. Do mesmo modo, é preciso ampliar, em um país de dimensões continentais, as espacialidades de interpretação, seja em uma dinâmica nacional ou mesmo

estadual, como no caso do Rio Grande do Sul e seus espaços, nos quais há, muito pela localização geográfica e dos arquivos, uma dificuldade em estabelecer reflexões para além dos locais que são hoje municípios considerados importantes, política ou economicamente (ou que foram em outro momento).

Se considerarmos São Sepé, como já dito, este é um dos primeiros trabalhos acadêmicos da área da História produzido com recorte espacial da cidade e apenas o segundo na temática da Ditadura (1964-1985). Uma situação de ausência que se repete nos demais municípios da Região (exceto a zona de imigração italiana da “4ª Colônia”). Nesse sentido, por pensar a História a partir de uma perspectiva interiorana e por justamente (re)memorar a História de São Sepé, tal estudo apresenta uma necessidade de falar sobre essas espacialidade e temporalidades, pela pouquíssima abordagem de ambas nas perspectivas acadêmicas, apenas sendo construídas por memorialistas locais.

Corroborando o que foi apresentado na relação micro e macro, é importante também dizer que, para a elaboração das pesquisas, apesar de não utilizar inteiramente as técnicas da micro-história, é importante esclarecer que algumas de suas categorias foram deveras relevantes na elaboração da história de uma realidade micro, mas que encontra um diálogo com os acontecimentos macro. Ao mesmo tempo em que, também, a realidade e as respostas individuais e de pequenos grupos não podem ser apenas relegadas a grandes estruturas. Segundo Levi:

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral. (2013, p. 160)

Nessa linha, foram então apropriadas algumas categorias e elementos que permearão a síntese dos sujeitos no item abaixo, no qual se busca uma conexão entre a atuação dessas pessoas e as disputas no campo memorialístico. Do mesmo modo, se apontarão como algumas situações cotidianas das pessoas que viveram o processo de migração demonstram reflexos de perspectivas e posturas políticas, sociais e econômicas que estavam em curso nesse momento histórico do Brasil.

1.4 Os Trabalhadores e as Trabalhadoras Que Migram

Um dos primeiros passos no que diz respeito as fontes no trabalho foi pensar como seriam inseridos os sujeitos da pesquisa, uma vez que seria necessário mapear habitantes da cidade que houvessem presenciado ou vivenciado o processo de expulsão do campo. A escolha dos entrevistados e das entrevistadas, por conseguinte, foi dada em um processo lento e gradual, selecionando as contribuições que melhor se enquadrariam na proposta, no sentido de se obter relatos que pudessem ilustrar e posteriormente problematizar tal processo.

Ao todo, depois das entrevistas, foram consideradas sete pessoas, para as quais foram realizadas perguntas diversas e uma ou duas entrevistas dependendo do entrevistado/a. Antes disso, havia sido estabelecido um número maior de contatos, em que cerca de mais de vinte famílias foram abordadas e um diálogo foi feito. Foram idas a campo para mapear potenciais entrevistados e tentar perceber quais pessoas estavam ligadas aos acontecimentos daquelas décadas. Assim, essa fase teve como fim estabelecer uma proximidade e procurar uma ligação mais estreita com a comunidade, para que as narrativas obtidas no futuro fossem mais fluídas e “naturais”, uma vez que desde então foi percebido que as informações poderiam lidar com situações que muitos teriam dificuldade de lembrar.

A preocupação, também, foi por desconstruir o *status* de pesquisador, o qual, inicialmente, muitos dos contatados tinham em mente, o que foi um obstáculo significativo, visto que os indivíduos não consideravam sua vivência como parte da História. O primeiro desafio foi o de fazer as pessoas envolvidas perceberem que a pesquisa não se tratava de ouvir “os grandes eventos” e “as grandes pessoas” que compuseram a História de São Sepé. O obstáculo, nesse primeiro momento, foi de mostrar para aquelas pessoas que sua História valia a pena ser contada e seria central para reconstruir aquele passado que se buscava, demonstrando que seria tão “História do Brasil” como de qualquer general, prefeito ou “doutor”. Em alguns casos, inclusive, os sujeitos do processo histórico indicavam a procura de pessoas mais “importantes” ou que “havia sido vereador naquele tempo”.

A partir daí, o segundo momento foi de tentar chegar, a partir desses primeiros contatos, aquelas pessoas que haviam vivenciado o crescimento da cidade nos anos 1960 e 1970, buscando estabelecer o diálogo ou, minimamente, mapear aqueles sujeitos que tivessem participado em sua vida adulta daquela conjuntura. Essa etapa acabaria, também, por delimitar um conjunto menor de pessoas as quais pudessem identificar melhor informações para pôr em xeque hipóteses e objetivos da pesquisa.

Alguns desses delimitadores de busca seriam a já citada idade, bem como indivíduos de ambos os gêneros; pessoas com diferentes relações empregatícias; sujeitos que habitassem espaços diferentes ou que, ao menos, tivessem uma origem rural distinta; famílias com

vivências na zona rural diferentes; visões distintas daquele processo histórico, tanto no que diz respeito a leituras positivas ou negativas, quanto a relatos com mais enfoque em determinados elementos.

Cada uma dessas escolhas, apontam aqui de que forma elas irão se articular com os capítulos seguintes:

- A questão de gênero deu-se pela necessidade de esclarecer melhor a complexidade da realidade das famílias, apontando em que medida a chegada na zona urbana ressignificou as relações de trabalho feminino, já que, agora, elas passavam a ser assalariadas, por mais que as desigualdades se mantivessem, tanto no privado, com mulheres mantendo-se no cuidado da sua família, quanto no público com salários inferiores e menor poder simbólico. Assim, um grupo de quatro mulheres, em diferentes condições sociais, étnicas e familiares foram entrevistadas, bem como foi explorado, a partir de seus relatos, de que forma outras mulheres, entre familiares e amigas, também foram impactadas pelos eventos de migração e chegada na cidade.

- A questão de pessoas com diferentes posições no mercado de trabalho também foi uma escolha para tentar perceber como, em diferentes frentes, os trabalhadores e trabalhadoras percebiam e significavam aquele momento. Algo importante também seria demonstrar como a chegada no espaço urbano foi acompanhada de uma troca de profissões ou adaptação das antigas atividades que essas pessoas desempenhavam nas zonas rurais do Município, como por exemplo o agricultor que se transforma em carregador de pedras ou a mulher que pratica atividades domésticas em casa no campo que, ao chegar na cidade, irá se transformar em empregada doméstica ou então lavadeira.

- Mapear pessoas de bairros diversos foi um empecilho, já que não se conseguiu obter entrevistados em todos os bairros. Entretanto, a busca por uma diversidade maior possível de locais foi uma atividade importante para que não se colocasse apenas a história de um bairro, mas um panorama mais geral da cidade. Um dos problemas, neste sentido, foi a dificuldade de acessar pessoas de diferentes espaços, já que as primeiras fontes não tinham uma conexão direta às de outros bairros. Assim, as pessoas entrevistadas concentraram-se nos bairros Tatsch, Kurtz e na zona próxima a saída da cidade, locais tradicionais de *periféricos* e trabalhadores. Outra questão a referenciar foi a busca de sujeitos com diferentes origens quanto à zona rural, com a necessidade de se estabelecer uma visão mais ampla do fluxo migratório e das necessidades que fizeram esses indivíduos a se moverem para a cidade. Foram então entrevistadas pessoas das zonas interioranas do Barrondão, da Juliana, da fronteira com Caçapava (estas três regiões compõem o distrito de Tupanci e do Cerrito, conforme mapa já demonstrado no capítulo) e das Jazidas, popularmente conhecida como “3^o” (distrito).

- A necessidade de identificar famílias mais diversas foi dada no intuito de perceber como essa coletividade lidou com as transformações, em relação as necessidades econômicas e de acesso a serviços básicos (saúde, educação, moradia, etc.). A ideia era entrevistar famílias com poucos e com muitos indivíduos para perceber justamente sentidos e ações diferentes de se lidar com as necessidades. Entretanto, em todos os casos encontrados, foi visto um núcleo familiar estendido¹⁶ (normalmente mais de dez pessoas entre familiares de um mesmo lar), com muitas pessoas entre pai, mães, filhos e outros agregados (avós, tios, primos, etc.). Este padrão pareceu ser bastante comum, já que considerando a Zona Rural, uma grande quantidade de filhos era importante para auxiliar nas atividades de plantio ou de trato com animais, como citaram os próprios entrevistados/as. Neste caso, então, dada a realidade, manteve-se a síntese apenas a partir do modelo familiar encontrado, não sendo considerado o padrão da classe média ou classe dominante de núcleo familiar reduzido (com menos de cinco pessoas).

- Encontrar pessoas com diferentes opiniões daquele período foi a tarefa mais amena desses pontos. Por uma mentalidade do presente muito conservadora e saudosista não foi difícil achar entrevistados/as que vissem de forma positiva alguns dos elementos da Ditadura ou ela como um todo, mesmo sendo trabalhadores/as. É, inclusive, um dos pontos a se refletir as motivações que levaram alguns desses sujeitos a não apresentarem uma crítica ao todo. Foi, também, estabelecida uma procura a posicionamentos críticos de trabalhadores/as que compusessem algum tipo de resistência, mesmo que apenas em caráter mais indireto, à Ditadura. Apenas um sujeito com tais características foi encontrado, mas, mesmo assim, seu relato foi de suma importância. Com muita riqueza, a partir de sua fala, pode se perceber uma grande amplitude de situações e realidades da época pesquisada, a serem explorados, principalmente, no capítulo três que tratará da realidade dos partidos, do poder e da repressão na cidade.

Tais pontos reduziram, como demonstrei anteriormente, o número de pessoas a sete e essas foram alvo de entrevista gravada e considerada em citações nesta dissertação. Entretanto, vale demarcar que todo processo anterior, por mais que não tenha sido registrado em gravações ou transcrições, será considerado e alvo de reflexões em alguns trechos, mesmo que com peso diferente. Por exemplo, percepções mínimas da Ditadura foram coletadas em impressões dos parentes próximos ou indivíduos que acompanharam desde os primeiros contatos a própria entrevista. Na entrevista de uma das mulheres, o seu marido acompanhava e, após o término das gravações, ele me parou e completou alguns dados e contou situações da migração e da realidade de emprego na cidade.

¹⁶ Essa categoria foi estabelecida para diferenciar as famílias, na questão da quantidade de membros, não estando amparada em nenhuma abordagem mais clássica de estudo sobre famílias.

Vale dizer, também, que alguns dos contatos fundamentais são fruto de uma construção mais longa de trabalho, que vem desde as primeiras pesquisas de graduação, as quais haviam culminado com o TCG. Para aquele trabalho foram reunidas três entrevistas que, dada a riqueza de determinados detalhes, serão também alvo de síntese neste trabalho, juntando-se aos relatos exclusivos para esta dissertação, até pela possibilidade de estabelecer comparações e amadurecimento de ideias construídas anteriormente. Nesses casos, novas entrevistas foram feitas com aquelas pessoas, mas como alguns episódios foram narrados só na primeira entrevista e não tiveram reflexão no TCG estes foram considerados agora. Um exemplo é a reflexão de gênero.

Cabe ressaltar que o foco central desta dissertação é diferente, considerando um pouco menos o fluxo migratório e concentrando-se mais sobre o processo de chegada na cidade e as (re)ressignificações dos trabalhadores e trabalhadoras. Foram realizadas novas entrevistas com Ondina Santos Rios e Osvaldo Aires Pereira¹⁷. Isso foi feito com o intuito de averiguar hipóteses e dúvidas diferentes, mais ligadas, agora, ao espaço urbano, a realidade do mercado de trabalho, aspectos políticos de São Sepé e as suas visões de mundo. Por dificuldades de acesso, e por já ter estabelecido uma visão mais ampla não foi feita uma segunda entrevista com Adroaldo Bastos de Lima, o qual também tem sua entrevista inicial considerada aqui.

Vale destacar ainda outro ponto: apesar de não ser natural de São Sepé, o autor viveu boa parte da vida na cidade. Isso, longe de ser uma dificuldade¹⁸, foi um ponto positivo ao pesquisador, na medida em que foi mais fácil estabelecer uma aproximação dos indivíduos nos primeiros contatos e mapear melhor os bairros que foram núcleos de crescimento urbano considerados na dissertação. Não significa que não houve dificuldades, pois elas existiram e serão abaixo descritas e problematizadas.

Nesse ponto, serão descritas, brevemente, cada um dos sujeitos entrevistados, demonstrando como se chegou a cada um deles/as, expondo suas características pessoais e coletivas, a fim de situar o leitor do processo de entrevistas. Além disso, serão apontadas algumas das dificuldades e das articulações com a metodologia e as técnicas propostas para obter as fontes orais. Mais informações, bem como citações dos entrevistados e entrevistadas,

¹⁷ Esclareço que as datas das entrevistas estão situadas nas referências finais da dissertação, bem como a autorização para as mesmas se encontram nos anexos.

¹⁸ Demarco este ponto por sentir que, mesmo hoje, ainda senti na academia um sentimento preconceituoso, ainda permeado de uma visão das chamadas ciências exatas, que é necessário ao pesquisador um afastamento do objeto de pesquisa, o que garantiria por esse viés uma “neutralidade” do historiador. Ressalto aqui que não acredito em neutralidade nas ciências humanas, até por que o profissional de história está situado no presente e por acreditar que muitos dos trabalhos de qualidade sobre o tema da Ditadura Civil-Militar vêm, justamente, de pessoas que tiveram uma ligação orgânica com os movimentos e/ou espaços aos quais estudam.

aparecerão ao longo dos capítulos posteriores (e também nesse), os quais abordarão temas e conceitos específicos de trechos das entrevistas de cada um dos sujeitos da pesquisa.

- **Adroaldo Bastos de Lima:** foi um dos primeiros entrevistados, ainda no ano de 2013. O primeiro contato foi diretamente com ele em um bar da cidade. Percebeu-se que muitos dos homens de idade mais avançada, por características culturais, frequentavam seguidamente bares e lancherias, nas quais poderiam encontrar amigos e manter-se ativos socialmente. Vale-se dizer que o bar é um local aglutinador de coletividades da classe trabalhadora, quase que tradicionalmente. Assim, nesta aproximação, buscou-se conversar com essas pessoas.

As mesmas foram bastante produtivas, quando se encontrou o senhor Adroaldo, que se encaixou em muitos dos panoramas da pesquisa. Ele veio da zona rural para a cidade no início dos anos 1970, justamente pela necessidade de buscar emprego e não encontrar oportunidades no campo, sendo que os rendimentos da sua família já não suportavam, naquela conjuntura, o número de pessoas existentes nela e o crescimento pessoal de todos os integrantes.

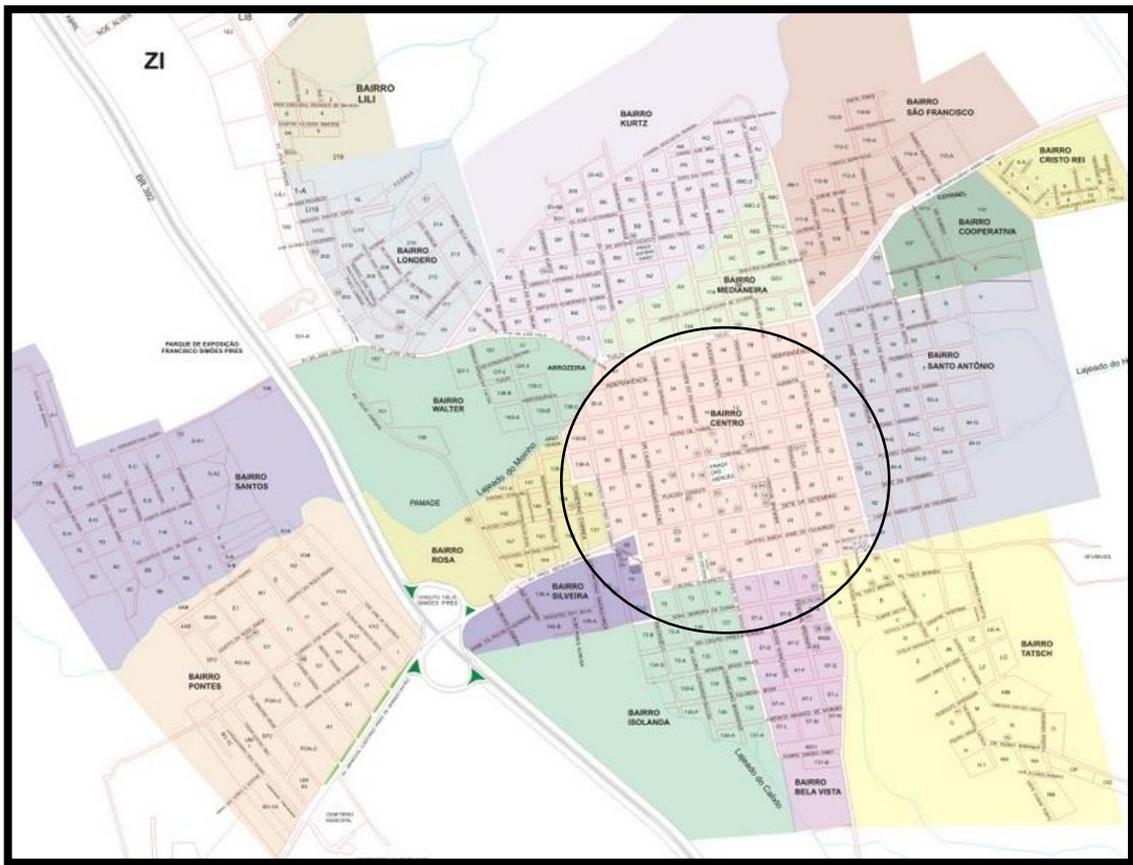
Outro ponto que chamou a atenção foi a forma como ele veio para a cidade, com o auxílio do ex-prefeito do Município, Inocêncio Brum, ícone da ARENA durante o início daquela década. Os contatos e trocas de favores foram sendo demonstrados de forma direta e nas entrelinhas da conversa. Esses fatores de quase um “coronelismo político” por membros da classe dominante sepeense chamam a atenção e pareceu ser uma leitura possível de algumas das relações existentes na época.

Assim, foi marcada a entrevista para uma tarde no espaço de trabalho de Adroaldo, local onde ele disse sentir-se à vontade para relatar-me as informações. Hoje, ele trabalha na Cooperativa Tritícola Sepeense (COTRISEL), recebendo cargas e armazenando grãos das colheitas de arroz e soja da cidade. Na época da vinda para a cidade, por interferência do prefeito Inocêncio, que intermediara contato entre ele e o empregador, havia se empregado no setor da telefonia e de comunicações, acabando por constituir família e compor residência no Bairro Kurtz, zona mas ao norte da cidade.

Seu relato foi importante, no sentido de demarcar alguns pontos da realidade das famílias antes de virem para a cidade e como indivíduos das classes dominantes aproveitaram-se do momento de fragilidade para, através de esquemas de trocas de favores, fortalecerem-se politicamente. Este tema será desenvolvido no capítulo três que tratará sobre a política no Município.

Para ilustrar os bairros citados durante a dissertação um mapa, retirado do site da Prefeitura Municipal, ajuda a ilustrar o formato da cidade:

Imagem 5:



Podemos observar a partir da imagem que a região representada dentro do círculo é o centro da cidade, local onde, junto com os bairros Isolanda e Bela Vista concentram-se boa parte dos moradores da classe dominante sepeense. Os demais são bairros periféricos, em sua maioria habitados por trabalhadores e trabalhadoras. Cabe alertar entretanto que é possível, pela realidade de um pequeno município encontrar trabalhadores e trabalhadoras morando ao centro, bem como o contrário.

A fim de situar o leitor, é preciso alertar que, popularmente, alguns bairros não são nomeados. Por exemplo, o Bairro Kurtz, citado por Adroaldo, pode ser tanto o Bairro Medianeira, como o Kurtz, uma vez que ambos os locais do mapa são popularmente falados como Kurtz.

- **Ondina Santos Rios** – Como já foi dito antes, não se vê como problema, nem como completamente parcial, o estudo de sujeitos próximos ao historiador, podendo inclusive em alguns casos ser enriquecedor. Assim, a escolha de Ondina como entrevistada está justificada, haja vista ela trata-se de pessoa familiar do autor.

Como indivíduo, o autor cresceu ouvindo histórias de sua juventude e do ambiente de São Sepé de outras épocas. Nunca viu, entretanto, aquilo retratado, da maneira como era oralizado, em nenhum registro da cidade. Aquelas pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, não estavam na História da cidade do autor. Isso foi, sem dúvida, impactante para uma orientação da “história vista de baixo” e a adoção dessa conceitualização.

Isto não configura a construção de uma genealogia da família, pois não é o caso, apesar, claro, da família, essencialmente da classe trabalhadora, fazer parte de um grupo maior de periféricos/as no ambiente sepeense. Fica claro que esses sepeenses periféricos/as são o foco de estudo, e a opção por Ondina se dá como forma de ilustrar esses indivíduos em toda sua complexidade. Ela foi justamente uma mulher migrante, que saiu de uma localidade rural afastada, “Juliana”, vindo com sua família para a cidade ajudar a montar o bairro que se chamaria Tatsch. Ondina faz parte também das mulheres que saíram para o mercado de trabalho remunerado pela primeira vez (mesmo que já trabalhassem antes sem remuneração no campo). Sua questão de dupla opressão, por classe e por gênero, foi de suma importância na realização de sínteses nesse trabalho e sua entrevista não foi feita por mero acaso, mas por uma total conexão de sua vida com os objetivos propostos aqui.

Foram feitas duas entrevistas com ela, uma em setembro de 2013, a outra em março de 2015. A primeira traçou aspectos da sua vida no campo e de como foi a transição para o espaço urbano. Já a segunda teve um intuito de concentrar-se mais em questões de gênero e do mundo do trabalho, tentando aproximar-se da percepção de uma mulher sobre as transformações e ressignificações daquele período. Nesse sentido, foram feitas perguntas sobre o ambiente familiar e a profissão que os integrantes do seu núcleo familiar tiveram antes e na vinda para a cidade. Outro ponto perguntado foi o da relação com a polícia e com a política local, o qual será abordado no último capítulo.

- **Oswaldo Aires Pereira** – A entrevista com o senhor Oswaldo foi a terceira e última daquele ano de 2013, realizada em outubro. Uma segunda seria realizada em março de 2015, com novos questionamentos. Ambas são consideradas, assim como os três casos anteriores.

O relato de Oswaldo é um dos mais ricos dentre as entrevistas e as outras fontes obtidas. Mesmo oriundo da classe trabalhadora e com dificuldades de acesso ao estudo formal¹⁹, ele domina com facilidade saberes da política oficial e tem uma carga de leitura bastante variada e complexa. A sua capacidade de relembrar fatos passados com clareza, exatidão e riqueza de

¹⁹ Ele possui até a 3ª série do Ensino Fundamental.

detalhes, tornou suas duas falas centrais na interpretação e textualização de boa parte desta dissertação.

O Senhor Osvaldo foi contatado por indicação de familiares do autor, que disseram ser ele bem conhecido na cidade pela atuação política e social no passado e que seria “um bom contador de causos”. Em um primeiro momento o contato foi marcado pelo receio por parte deles, pois uma das questões que se tentava deixar claro às pessoas que seriam entrevistadas é que não se buscava “grandes políticos”, “pessoas ricas” ou “entendidos” do que passou. Procurava-se trabalhadores/as e pessoas da periferia como elas, pessoas que tenham os seus saberes diretos do que eram as comunidades dos bairros durante o passado.

Esclarecido isso, pois durante o TCG e nas primeiras experiências de entrevista para a dissertação enfrentou-se alguns problemas nesse sentido. Normalmente os contatos realizados com indivíduos da classe dominante foram muito negativos, do ponto de vista de compor uma História dos trabalhadores e trabalhadoras. Relatos exageradamente pessoais, saudosistas e positivados de suas trajetórias do passado que, dado o foco central não era o daqueles indivíduos. Preferiu-se, então, abandonar os seus relatos orais como fonte, reservando a documentos impressos e escritos para compor as estruturas de dominação (as quais certamente não desconsiderarei).

Como já afirmado, esse tipo de construção histórica da classe dominante já está muito bem sedimentada nos registros oficiais e seus representantes já falaram muitas vezes sobre sua noção do passado nos escritos memorialísticos oficiais. O que foi feito em grande parte nesta dissertação, a respeito da classe dominante local, foi uma releitura de episódios, como, por exemplo, sobre a “modernização” da zona rural. Assim, antes de ter o primeiro contato com a família de Osvaldo, foi avaliada a situação com cuidado, pois se acreditava, a princípio, que se tratava de um indivíduo que não se encaixaria nos objetivos do trabalho. Um engano, já que ele se tornou uma das principais fontes.

Primeiramente, ao procurá-lo, sua companheira orientou acerca do horário que ele se encontraria em casa. Assim, em uma tarde daquele mês de outubro de 2013, foi estabelecida uma primeira conversa. Suas características, como já dito, surpreenderam, pois dominava não só um saber quase que enciclopédico da sua cidade, mas também conseguia ter uma visão complexa, problematizadora e ampla da sua realidade e de seus pares, conseguindo, inclusive, estabelecer críticas profundas sobre aquela realidade da Ditadura Civil-Militar

Como de praxe, antes da gravação, preferiu-se o contato, deixando para um segundo dia a entrevista de fato. Por convicção de técnica, estabeleceu-se uma conversa inicial, com caráter mais informal, extraindo informações anotadas em um bloco, caso necessitassem ser utilizadas.

Essa etapa teve por intuito demarcar quanto cada indivíduo sabia e se sentia à vontade para falar sobre os assuntos da pesquisa, a fim de não o constranger com perguntas desnecessárias e descontextualizadas na entrevista oral gravada.

Normalmente, esta etapa durou em torno de dez a trinta minutos com a maioria dos entrevistados/as. Há casos de exceção como de Osvaldo que durou bem mais tempo. Ficava claro quais pontos voltariam a ser perguntados quando iniciasse a gravação de fato e sobre o que eu se gostaria que ele falasse mais, a fim de contribuir com suas memórias para a pesquisa. Com Osvaldo, a fase inicial da primeira entrevista durou em torno de três horas, o que foi bastante surpreendente e positivo, dada a complexidade já falada e do aproveitamento para esclarecer várias dúvidas e intervalos sem informação da História que envolveu a migração e a transformações em São Sepé.

Logo após, foram destinadas perguntas mais diretas ao tema da migração e expulsão do campo, da realidade do interior e da cidade durante a Ditadura Civil-Militar, e de como ele estava inserido naquela realidade de início dos anos 1970. Por ser trabalhador comercial na zona urbana, como açougueiro daquele período, tinha laços com membros do Partido Libertador (PL) antes do Golpe de 1964 e mais próximo ao MDB, logo após. Ainda hoje ele é visto como uma figura de referência na política local, presente em muitas das campanhas para prefeito e vereador, engajando-se. Uma postura de relação política que não apareceu nas demais entrevistas.

Durante sua vida fixou residência, família e trabalho no centro da cidade e, após, na região próxima a saída da cidade, perto da encruzilhada da rodovia e dos bairros Santos e Kurtz. Um ponto positivo foi que, ao se situar naquele tempo e espaço, foram dados nomes de indivíduos e de coletivos que eram influentes nos episódios estudados. Além disso, foram apontadas informações que, cruzadas com a bibliografia e com a síntese do jornal *A Palavra* e das atas da Câmara de Vereadores, renderam uma cadeia de eventos e processos que encabeçam os capítulos seguintes.

A segunda entrevista foi realizada em 2015, com uma conversa inicial dessa vez mais sucinta, marcada por telefone anteriormente para esse segundo momento de encontro. Nessa nova fase, buscou-se informações da realidade do trabalho dos migrantes que chegavam e, principalmente, focando em um assunto que apenas Osvaldo teve coragem de tocar com mais descrição, o da repressão e das posturas da política naquele contexto. A narrativa dele foi preciosa, por relatar informações que não apareciam claramente, apenas nas entrelinhas, de documentos oficiais e do jornal local. Revelaram fatos e situações que deram forma a algumas teorizações que se seguirão.

Obviamente que, dada essa especificidade, não foi considerado como verdade plena nenhum dos relatos, cruzando, sempre que possível, com outras fontes a fim de não cair em informações que pudessem minimizar ou aumentar acontecimentos. Entretanto, que fique claro, considerou-se a fonte oral uma fonte tão válida e possível quanto quaisquer outras, sendo passível de crítica, síntese e, finalmente, evidência histórica, assim como qualquer documento ou narrativa da História. Assim, as informações únicas que Osvaldo relatou foram consideradas e adicionadas a reflexão geral do trabalho.

- **Marlene Rodrigues** – Foi a primeira entrevistada exclusiva para esta fase do trabalho. Residente atual do Bairro Tatsch, o primeiro contato deu-se por indicação de Ondina, que disse que ela havia vindo do campo para a cidade, nesse período de 1970, sendo, assim, possível encontrar respostas e memórias a partir de seus relatos.

A primeira conversa deu-se com seu marido, Júlio Rodrigues, que já apontava para a necessidade de entrevista com um membro ao menos de sua família, dado que haviam migrado do interior do Município de Cachoeira do Sul para o interior de São Sepé (no caso para o Distrito de Jazidas), logo depois migrando para o perímetro urbano.²⁰ Preferiu-se, então, por executar uma entrevista com Marlene, visto que um dos pontos da pesquisa é estabelecer o papel e a visão da mulher no trabalho e na família, sendo complicado que, na existência de relatos diretos de mulheres, se optasse pela figura masculina.

Pelo próprio acúmulo dado pela literatura histórica e social de gênero (as quais serão na sequência trabalhadas), bem como por orientações observadas em movimentos sociais pelo autor, apontou-se para o empoderamento da voz e da memória das próprias mulheres, de acordo com as orientações da “história vista (e pelos) de baixo”, a partir de Edward Palmer Thompson, e com o registro a partir dessas e de suas memórias. O centro do trabalho também é o de que esses sujeitos façam parte da construção e reflexão do que foi esse processo histórico em São Sepé. De outra forma, compreendeu-se que não haveria sentido construir um conceito de História vista de baixo, conceito que será desenvolvido mais abaixo.

Assim, Marlene como mulher e (em um outro recorte importante, o étnico) como negra, foi uma escolha importante para iniciar a “mapear” tais visões específicas e dar espaço e voz a mais um grupo silenciado e despercebido na “história oficial”, as mulheres. Esse é um processo que vai ao encontro dos outros recortes da pesquisa, uma vez que apagamentos da História ocorrem também com elas. É análogo ao que ocorre com o antes citado apagamento de

²⁰ Pela necessidade de “mapear” a realidade de famílias distintas e perceber a maior variedade possível de visões e de dados daquele passado, nunca se entrevistou duas pessoas de uma mesma família.

trabalhadores, em que uma História da classe dominante é contada como a História de todos e apresentada sob caráter oficial.

No entendimento aqui apresentado, é preciso não cair no mesmo erro, pois, ao contar a História de trabalhadores ou de periféricos, não se deve esquecer ou silenciar as vozes femininas contando uma História apenas masculina, como se ali fossem representadas as vozes de todos e todas. O uso em separado de generalizações femininas e masculinas, como ocorreu nessa última frase e em outros espaços do texto, entra dentro dessa práxis de, mesmo no campo da linguagem, ou seja, considerar as mulheres para ser coerente com as abordagens que se pretende apontar nos resultados da pesquisa. Do mesmo modo, buscar entrevistas em específico com mulheres e delimitar a partir de suas vozes as situações e conjunturas também foi uma escolha.

A entrevista com Marlene transcorreu relativamente bem, em sua residência. Um ponto ocorreu o qual é preciso destacar. Durante o processo, Marlene conversou normalmente e de forma fluída durante a primeira fase. Entretanto, quando o gravador foi ligado ela não reagiu muito bem, retraindo-se em muitas perguntas. Acredita-se, pelas suas expressões físicas e orais, que tenha ficado nervosa pela presença do aparelho. Por questões éticas, foi necessário avisá-la que iria gravar, sendo assim, não foi possível evitar tal problema, pois o gravador claramente a intimidava.

No entanto, tomou-se nota de vários dos relatos feitos antes da gravação e eles serão devidamente utilizados. Acredita-se que, por mais que tenha havido problemas, a integridade do material de fonte obtido foi válida, sendo possível extrair as informações necessárias, já que ela se concentrou muito na narrativa e, antes disso, na sua realidade, de seu marido e filhos, bem como descrevendo como foi sua saída para o trabalho remunerado quando chegou a zona urbana.

- **Eleonor Fontoura Machado** – Durante a entrevista com Marlene, ela e seu marido indicaram alguns possíveis nomes para a pesquisa, principalmente de mulheres com que ela havia convivido quando começou a trabalhar em “casas de família” ou de que ela se lembrara em relação a época quando era mais jovem. A senhora Eleonor foi um dos nomes indicados, já que havia vindo, naquele período, com seu marido (hoje já falecido) para a zona urbana.

Atualmente, ela vive sozinha, próximo à casa de familiares em uma zona mais afastada do Bairro Tatsch. Estabelecido o primeiro contato, no mesmo dia, foi realizada a entrevista. Eleonor não teve problemas com o gravador, contando suas memórias com tranquilidade, demonstrando como foi sua vinda para a cidade e os desafios de criar seus filhos e construir sua residência, dada a sua situação humilde e de rendimentos salariais baixos, assim como a de outras famílias de trabalhadores e trabalhadoras da época.

Os pontos a destacar concentraram-se mais na vida familiar e de trabalho das mulheres, bem como da visão que ela teve da cidade e do crescimento (surgimento) de seu bairro quando se estabeleceu por ali. A entrevistada citou que no território de boa parte dos bairros atuais, até aquele momento dos anos 1970, existia apenas mato e que a partir de então é que se estabeleceram um maior número de casas e ruas. Alguns outros pontos citados foram os relacionados às necessidades básicas de vida e dos serviços que gostariam de ter acesso os trabalhadores e trabalhadoras, que chegavam à cidade, os e as quais também foram evidenciados/as no seu relato.

- **Analídia Gomes Lopes** - Ela foi a última entrevistada. Da mesma forma que no depoimento anterior, foi estabelecido contato por influência de Marlene, que disse ser ela uma referência dos humildes e “pobres” na cidade. Achar sua residência foi um processo difícil. Hoje, ela habita em local próximo ao rio São Sepé, uma região mais afastada, uma espécie de misto entre zona rural e zona urbana. Após algum tempo, consegui chegar até seu lar, uma casa simples onde mora com sua filha e netos. Da mesma forma que Marlene, sua entrevista foi bastante relevante, visto que Lídia é mulher e negra, e um viés específico pode se estabelecer a partir de sua fala que tocou de forma direta ou indireta nesses aspectos.

Analídia, atualmente, tem também uma idade bem avançada, tendo vivido o processo de migração por volta dos quarenta anos, quando veio de uma região próxima à zona rural de Caçapava do Sul para a área urbana de São Sepé. Desde então, trabalha e vive com sua família por ali, atuando, nos anos 1970 como lavadeira, costureira e fazendo trabalhos variados desde então. Hoje, aposentada, ainda trabalha como costureira.

Em sua casa no primeiro contato, ela estava na máquina de costura, sendo início de outono, em março de 2015. Ela empenhava-se em terminar uma colcha feita com retalhos, a qual se juntaria a um monte de roupas que estavam destinadas a doação para pessoas carentes da cidade. Disse fazer esse trabalho ao longo de anos e, assim, logo foi entendido o motivo para ela tratar-se de uma referência local, tal como havia explicado Marlene anteriormente.

Sua solidariedade estaria longe de uma atitude de reparação de opressões, como a classe dominante faz em São Sepé ao distribuir donativos tentando sentir-se bem pela vulnerabilidade social que ela mesmo provoca no modo de produção capitalista. Inclusive nos próprios jornais da época são muitas as vezes que o Lions da cidade e figuras da comunidade aparecem como “salvadoras” e bem-feitoras. Para demonstrar um desses tantos exemplos, abaixo uma das campanhas do Lions, a qual foi dedicada ao Asilo Municipal e está presente na capa do Jornal semanal *A Palavra*:

Imagem 6:²¹

No caso de Analídia, pela própria conversa, pode-se perceber que se trata mais de uma solidariedade de classe, para com outros tantos periféricos/as da cidade, dos quais ela sabe tão bem as dificuldades. Dificuldades essas que, na conversa inicial sobre o que ela vivenciou, ao migrar e ter problemas grandes para estabelecer-se, já ficaram claras, demonstrando a forma como surgiam os bairros em ambientes inóspitos. Pela sua longa trajetória, foram realizadas uma série de anotações e obtida uma entrevista com um bom tempo de duração (de cerca de vinte minutos). Os focos concentraram-se nos vários aspectos gerais antes demonstrados e que se repetiram em algumas das entrevistas.

Já que foi citado o jornal como fonte, além da questão de síntese com outros tipos de documentos que não os orais, foi trazido o periódico sepeense chamado *A Palavra*. Nesse caso, utilizou-se técnicas específicas para a interpretação e a contextualização dos conteúdos. Vê-se que o jornal, juntamente com o rádio, era a mídia que chegava e divulgava informações e pontos de vista aos lares sepeenses daquele momento histórico, uma vez que a televisão era de acesso extremamente restrito, mesmo entre as classes dominantes, no caso de um município interiorano do Brasil.

Considerando, também, a falta de eletricidade ainda nas zonas rurais, bem como em bairros periféricos urbanos, o jornal coloca-se como uma fonte importante, já que é, nessas condições, o meio possível de informações no momento e que carregava, ao menos para as pessoas entrevistadas, uma aura de “verdade” sobre o que estava acontecendo em diferentes

²¹ *A Palavra*, 30/09/1972.

regiões do Município. Informava sobre novas obras, sobre crimes, sobre medidas do poder público, sobre a agenda cultural, trazia informações das mudanças no País, etc.

Outro ponto a ser destacado é a realidade encontrada nos arquivos disponíveis. A fonte do rádio é, infelizmente, impossível de acessar, já que o conteúdo da época não foi gravado e nem as rádios atuais funcionavam no período. Por outro lado, a fonte do jornal era acessível. Foram encontradas cópias de *A Palavra* no arquivo público da Biblioteca Municipal. Havia exemplares a partir de 1971, o que de certa forma foi um limitador. Vale-se dizer que o periódico existia desde antes. Porém, não há arquivos nem foi conseguida uma informação precisa da sua época de fundação. Apenas nessas cópias do ano de 1971 o cabeçalho exibia “ano XXI”. Logo, acredita-se que o jornal tenha sido fundado por volta de 1950. Desde então, ao que consta, teve edições semanais que circularam aos sábados.²²

Basicamente, o jornal *A Palavra* era estruturado em cerca de quatorze páginas por edição, variando de semana em semana. Suas seções e subseções se dividiam da seguinte forma: página inicial com chamadas e reportagens especiais, página policial, espaço para propagandas, espaços humorísticos, artigos e poemas de pessoas da comunidade, etc.

Para a síntese, a partir do jornal, utilizaram-se as definições técnicas básicas elaboradas abaixo:

Como metodologia de análise da fonte propomos como um primeiro ponto referencial, que se analise a materialidade do periódico e os seus suportes. Nesse sentido para historicizar a fonte propõe-se que se leve em conta as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por que. Assim como as funções sociais desse impresso. Em síntese, à forma como tal impresso chegou às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, ilustrações), a estrutura e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público que visava atingir, os objetivos propostos. As condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se prendem a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar o periódico em uma série, uma vez que este não se constitui em um objeto único e isolado. (VIEIRA, 2013, p. 07)

Assim, uma crítica interna e outra externa dessa fonte faz parte do trabalho inicial. Alguns elementos básicos são que *A Palavra* é um periódico organizado e dirigido por setores das camadas dominantes. Hoje sob organização do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Na época era muito vinculado a latifundiários e pessoas das duas legendas políticas oficiais da

²² Exceto em datas comemorativas que poderia haver mais de uma edição.

Ditadura, mas tendendo mais para o lado arenista, o que fica claro, inclusive, pelos artigos de opinião e pelas situações de campanha eleitoral.

É importante demarcar, também, que a síntese desse espaço deu-se por uma influência gramsciana do autor, já apontada na análise dos periódicos, em que pese uma reflexão de que os meios de notícia e a imprensa atuam muitas vezes como instrumentos das classes dominantes. Não podem ser interpretados como meios a parte e completamente independentes, muito menos como “quarto poder” de uma república. Suas ligações e defesas de classe precisam ser muito bem delimitadas, pois os proprietários, bem como muitos dos jornalistas, são sujeitos sociais e estão conectados a “sociedade”, defendendo vieses e pontos de vista dos grupos e classes sociais aos quais estão inseridos ou representam. A área da comunicação é, deste modo, um meio de instrumentalizar e consolidar hegemonias e dominações, principalmente no campo simbólico, pelas camadas mais abastadas da “sociedade”, algo que se verifica no caso sepeense. Nesse sentido, o jornal não pode ser visto como sujeito, como ser ativo, mas precisa ser visto enquanto ferramenta e fonte. O que se tem de compreender são os interesses envolvidos em cada uma das informações nele contido.

Outra fonte documental impressa utilizada foram as atas. Em especial as atas da Câmara de Vereadores de São Sepé, sendo que foram pesquisados os registros entre 1964 e 1976, a fim de ver se alguma informação trazia contribuições para o trabalho, bem como para cruzar com os apontamentos dos entrevistados/as e verificar alguns intervalos de tempo sem informação. Diferente da Prefeitura, onde a tentativa de obter fontes foi infrutífera, na Câmara os servidores foram bastante solícitos e logo guiaram ao que se encontrava arquivado. Os documentos estavam bem guardados, porém havia falta de arquivos de alguns períodos, principalmente da primeira década da Ditadura. Assim, poucos dos memorandos e atas foram considerados, mas estarão presentes ao longo dos capítulos, sem desconsiderar a questão da narrativa oficial e de como o discurso das classes dominantes era colocado.

1.5 A História Oral e a Memória

No campo acadêmico, por muito tempo, apenas os chamados documentos oficiais eram considerados passíveis de interpretação. Apenas aquilo que fosse registro oficial, tal como um atestado de batismo ou de óbito, um memorando, uma carta, um censo, etc; seriam consideradas fontes plenas para questionar e produzir História. Sobre a memória e, principalmente, o resquício oral do passado, incidia uma “aura” de desconfiança e negação, justificando-se que essa forma de registro seria muito tendenciosa e carregada demais do viés pessoal do indivíduo.

Por essa visão, por mais que se negasse, apenas o documento letrado ou imagem constituiria uma análise científica.

Mesmo na segunda metade do século XX e no início do século XXI, quando muito se avançou nas possibilidades de constituir uma história também ou somente a partir da oralidade, através da reconstituição de memórias, esta fonte se manteve sobre uma visão desconfiada e/ou de falsa aceitação entre os historiadores/as. Justifica-se, com as mesmas sentenças, de que essa fonte seria muito parcial. Mas qual fonte não é carregada de parcialidade? Qual fonte que não precisa de uma síntese crítica para servir como documento do passado?

Defender a oralidade, como já foi dito em outros trechos, é algo importante para representar e trabalhar com a “história dos de baixo”. Aqui defende-se que, atrás de cada fonte, assim como no uso de certo tipos de fonte ou não, também está uma disputa de entendimento da História. Até uma disputa de classes, uma vez que, em muitos casos, somente através da fonte oral é que trabalhadores/as e periféricos/as poderão por si só dar voz direta ao seu passado, contribuindo na construção, não apenas resignados a observar os outros fazendo por eles e elas.

Na mesma linha, se apenas esses documentos oficiais forem considerados, há grandes chances que apenas uma História dominada por vieses e entendimentos de mundo das classes dominantes mantenha-se hegemônica no campo científico. Ora, se os documentos escritos e impressos são hegemonicamente produzidos pelas classes dominantes é de se esperar que uma História centrada nesse tipo de fonte apenas poderá deixar lacunas no que se refere aos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, buscar alternativas, consolidando o campo da Memória e da oralidade é algo fundamental para historiadores e historiadoras que se propõem a construir a “história vista de baixo”.

É preciso demonstrar, metodologicamente, de forma destacada e vagarosa os passos demarcados durante as pesquisas, justamente com o princípio que uma síntese da oralidade e da memória não se dá por mera aglomeração de fontes ou por entrevistas feitas de qualquer modo, sem planejamento ou cuidado. É justamente por esse entendimento que este primeiro capítulo tem como um dos objetivos explorar os passos e demonstrar que determinadas situações não foram casualidades e sim escolhas cuidadosas dos passos que tomei ao longo do trabalho.

É por isso que se optou nas entrevistas, também, por uma síntese mais qualitativa, deixando um pouco de lado o quantitativo. Isso se deu justamente por entender que para executar como método um trabalho que realmente dê voz a esses trabalhadores e trabalhadoras, seria necessário um cuidado especial em cada um dos relatos, tal qual eu teria com qualquer outro documento, desde uma carta entre “políticos poderosos” a jornais que narrassem pontos

de vistas da classe dominante. A fonte oral é tão passível de questionamento e reflexão como qualquer outra fonte.

Diante deste entendimento, foi levado em conta algumas reflexões de autores e autoras para o debate acerca do campo memorialístico, algo fundamental para uma qualificação do trabalho, já que estamos tratando de um período conturbado em que as narrativas do passado se enfrentam, são omissas, negativas ou positivas. Na situação da Ditadura Civil-Militar, talvez mais que em qualquer outro período, encontramos batalhas acerca do campo da Memória, algumas mais incisivas e problemáticas como no caso das torturas, assassinatos e desaparecimentos. Outras, como no caso desta síntese, mais ligadas a uma dificuldade de situar-se no período histórico em questão, com uma negação de elementos sócio-políticos mais gerais ou, simplesmente, com uma tentativa de apagar os momentos difíceis e de restrições vivenciados outrora.

Segundo Cardoso (2012), é preciso compreender melhor tais enfrentamentos na Memória quanto ao que se refere à Ditadura, observando as perspectivas dos indivíduos e dos grupos que produzem visões do passado. A autora defende que:

Assim, torna-se essencial para o historiador, hoje, refletir sobre a relação entre a memória e a história, tanto pela identificação que existiu (e existe) em maior ou menor grau, entre ambas, como pelas relações complexas que envolvem a história e a memória nos processos de construção da identidade. Os depoimentos não são apenas meras exteriorizações de realidades, mas expressam um novo fato a ser investigado, erigindo-se enquanto discurso específico que reclama a sua legitimidade frente a outros discursos fornecendo, portanto, uma resposta particular às exigências do passado rememorado. (2012, p. 29)

Desse modo, tentará se perceber como as modificações do panorama da realidade do poder nacional irão afetar populações, as quais responderão de diversas formas, como as fontes orais demonstraram, aos fatos que se seguiram após 1964, culminando, no caso de São Sepé, no início da década de 1970.

No caso em questão, há uma tentativa, pela realidade de um pequeno município, de perceber e entender como os/as periféricos/as, que aparentemente não estão envolvidos nas disputas ou organizações de luta política, como estão os sindicatos, os partidos políticos, as associações, etc; sentem e respondem às conjunturas e transformações. Não conseguiria reduzir esses grupos a um simples discurso de “massa de manobra”, pois seria desprezar seus papéis enquanto sujeitos da História.

Do mesmo modo, defendo uma visão ampla de lutas de classes, assim como a que Edward Palmer Thompson (1987) apresenta. Nessa concepção, a resistência e a luta de classes não são

apenas percebidas em sindicatos, partidos ou outras organizações que se reconheçam como da classe trabalhadora. Muito além disso, a configuração de resistência ou da demarcação da identidade pelos costumes é percebida até mesmo em suas manifestações indiretas. O próprio aparecimento de uma classe não estaria conectada ao fato de esta reconhecer-se enquanto classe, mas sim em sua manifestação empírica, em sua demonstração de oposição e de sentido de coletividade.

Aqui, no que concerne à pesquisa feita, se quer compreender como trabalhadoras e trabalhadores, não empoderados na resistência à Ditadura, responderam a essa situação, principalmente nas instâncias que os/as tocaram. Em especial, no que diz respeito ao endurecimento das relações econômicas e sociais a partir de 1964, período em que, considerando a bibliografia e a própria leitura das fontes, se percebe uma maior implementação das políticas dos grupos que apoiam a Ditadura e uma exclusão dos grupos que foram apartados do poder e tiveram uma realidade de arrochos salariais e expulsões do campo. É preciso, portanto, ter muito cuidado na síntese, pois um duelo de noções do passado está ainda em curso, sendo os relatos terrenos pantanosos e com possíveis armadilhas.

Claro que não se trata de deslegitimar essas narrativas orais, nem, por outro lado, instaurar a elas uma aura de verdade inabalável por terem sido relatos de quem viveu as transformações. O que se propõe é a problematização e a síntese, considerando a visão de cada indivíduo como única e indissociável das relações construídas por ele na sua vida, e por situações de classe, gênero, cultura e política nas quais estiver inserido ou submetido. Ao mesmo tempo em que se cruzam essas informações com outros relatos, com outras fontes e com a bibliografia sobre a conjuntura.

Não se pretende defender um determinismo social ou cultural do meio, atribuindo apenas as situações vivenciadas e as relações constituídas como a única forma de entender as pessoas. Não se corrobora a noção de que somos simples indivíduos passíveis frente às conjunturas maiores que nos engolem no meio da História. Aqui, não se defende a ideia dos/das migrantes do campo para a cidade dessa forma, mas como sujeitos capazes de transformar e ressignificar o seu meio, sendo cada um deles e delas, por suas relações estabelecidas, um transformador/a, seja em escala micro ou macro, do ambiente social sepeense.

Espera-se não demonstrar uma visão dicotomizada do período, nem algo maniqueísta. Apenas demarcam-se enfrentamentos de classe nesse campo, os quais, explorados com maior profundidade, podem esclarecer como frações desses grupos apresentam oposições e embates, sejam trabalhadores/as ou grandes proprietários de terra. É preciso, nesse ponto, resgatar

definições e entendimentos de Paul Ricoeur (2010), no sentido de destacar como cada indivíduo apresenta uma visão única do passado.

Cada indivíduo aponta uma única forma de enxergar a “realidade”, ou melhor dizendo, o passado. As fontes, como espectros do que já foi, demonstram rastros, pistas imprecisas do que passou. Não são inocentes. A “realidade” não é nada mais que algo distante, do ponto de vista subjetivo. Ela esvai-se na medida em que percebemos que cada ser possui uma noção única do que passou, apesar, claro, de estarmos lidando com fatos concretos. O que se aponta apenas são visões distintas de significar a memória, mesmo que ocasiões de migração sejam fatos.

O que, fenomenologicamente, pensa-se a partir de Ricoeur (2010), é a noção de que cada memória do passado (seja ela oral, documental, arqueológica, etc.) é, como relato, algo único. Em se tratando de disputas de Memória, este é um ponto importante para problematizar o passado. Imaginemos por um momento a situação de São Sepé. Em meio às transformações com migrações do campo para a cidade e tentativa de afirmação de um discurso da Ditadura Civil-Militar, existiram embates e disputas de Memória. Há um grupo de grandes latifundiários (ou alguns grupos), com posse da mídia e esse grupo sai vencedor de eleições municipais para prefeito através dos anos, com uma maioria também de vereadores pela ARENA, compondo uma referência do seu discurso na política local (pelo menos até 1976, quando o MDB ganha a prefeitura).

O discurso passado por estes sujeitos, seja nos documentos oficiais ou na mídia, é de uma harmonia social e de implementação de suas ideias de modelo de “sociedade”, seja da positivação desse *novo* momento que vive a agricultura²³, seja em uma pretensa harmonia de gêneros com mulheres voltadas a uma lógica de “boas mães” e “cuidadoras do lar”. Por situações como essas que demarco a necessidade de pensar as fontes para além de críticas internas, mas pensar como elas são colocadas externamente, não só no sentido da validade, mas a quem elas representam, principalmente na dinâmica de classes sociais que lutam no espectro social, político e econômico. É interessante exemplificar com uma reportagem que demonstra essa parcialidade, como a fonte documental está tão carregada de parcialidade frente as situações quanto a fonte oral.

Imagem 7:²⁴

²³ Guinada do governo Ditatorial para um incentivo a mecanização e novas tecnologias do campo, mas que são de domínio da classe dominante, o que auxilia no processo de centralização de terras.

²⁴ *A Palavra*, 8/09/1973.



É notório o posicionamento frente ao acontecimento da Semana da Pátria. O mesmo que aparece em outros artigos do Jornal *A Palavra*, permeados de nacionalismo e de exaltação quando se trata do Estado. O ponto que quero demonstrar é que há uma visão política ali demarcada, assim como também será encontrada em muitas das fontes orais, pois elas demonstram o discurso de quem as produziu, ou no caso de um jornal impresso, a linha de opinião a qual seu proprietário quer repassar.

Retomando as possibilidades de, através da oralidade e da Memória, estabelecer a complexidade desse passado, em um diálogo com Paul Thompson (1987), se faz necessário trazer a reflexão da historiadora Lucília Delgado, a qual estabelece algumas das possibilidades de (re)memorar o passado e constituir elementos essenciais a pesquisa. Segundo ela as possibilidades principais a partir da oralidade podem ser as de:

- reacender e reviver utopias e sonhos de um tempo anterior que marcou suas vidas individuais ou comunitárias;
 - reconstruir a atmosfera de outros tempos, lembrando hábitos, valores, e práticas da vida cotidiana;
 - reacender emoções de diferentes naturezas: individuais, sociais, políticas, culturais;
 - lembrar convivências mútuas que se constituíram na dinâmica da História;
 - representar e reativar correntes de pensamento;
 - reviver embates políticos e ideológicos;
 - reconstituir climas de religiosidade, de lazer, de companheirismos, de lutas.
- Portanto, tal como apreender a amplitude do passado é um desafio para o ser humano, ativar a memória também o é, pois a memória, além de incomensurável, é mutante e plena de significados de vida, que algumas vezes se confirmam e usualmente se renovam. (2014, p. 15)

Os princípios norteadores da concepção de história oral, neste trabalho, vão ao encontro dos elementos levantados pela autora. Foram consideradas as possibilidades, principalmente relacionadas ao segundo, quarto e ao sétimo itens, os quais se aproximam a um olhar

antropológico que corre em paralelo com as reflexões históricas. As memórias e os rastros que os testemunhos orais estabelecem, são formas de encontrar-se com esse passado factual dos grupos sociais estudados e, com respeito às divergências de discurso, (re)memorar a conjuntura de forma concreta e complexa, delimitando acontecimentos e estruturas chaves para os sujeitos em questão.

Acessar tais momentos nem sempre é tarefa fácil. Dependendo dos sujeitos em questão, pode ser um desafio considerável, e assim foi nesse trabalho. Como já foi demonstrado, especificamente, os sujeitos entrevistados são pessoas “simples” e humildes, não possuindo grau elevado de educação formal. Nenhum deles apresenta mais que o 4º ano do primário completo. Alguns mesmo sem alfabetização. É dito isso, não por considerar tais pessoas menos inteligentes ou capazes de realizar contribuições decisivas, mas por não terem em sua vivência contato com estudos científicos ou de estabelecerem o seu passado como algo a se contar em meios oficiais, como é o caso de uma dissertação de mestrado.

Não estão familiarizados/as mesmo com gravadores ou o uso de determinadas tecnologias. Como foi dito, tais instrumentos foram vistos com estranheza por Marlene, a ponto de comprometer a entrevista gravada. Algo semelhante aconteceu com o primeiro relato de Ondina, em que ela deu mais informações relevantes durante a fase inicial. A entrevista dela, em si e em vários trechos, foi dominada pelo um saudosismo e pela ideia de que precisava passar uma boa impressão de si e de sua família para algo que seria gravado, havendo assim mais fluidez durante o diálogo inicial.

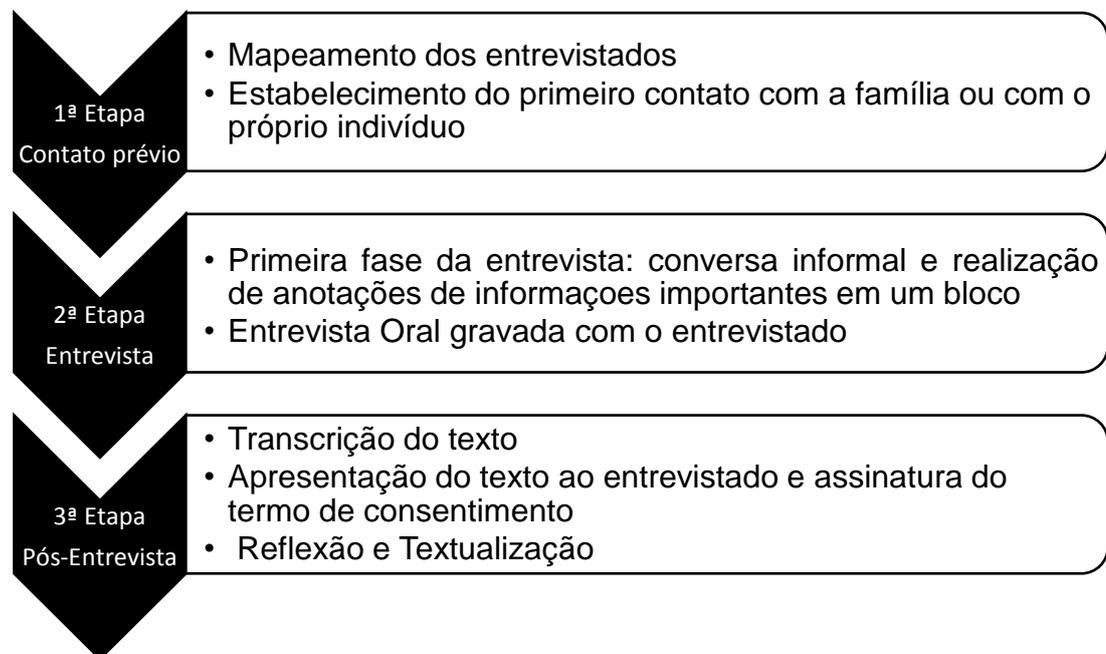
Esses são obstáculos quase intransponíveis, já que o entrevistado/a é, desde o início, avisado que a entrevista será gravada em algum momento e que, após algum tempo, o relato transcrito será apresentado ao entrevistado ou entrevistada. Tomada ciência do conteúdo, é assinado então um termo de consentimento e compromisso, pelo qual autoriza-se que o material será utilizado para reflexões acadêmicas pelo entrevistador. Obviamente, essa série de passos obedece a princípios éticos de não exposição de sujeitos, nem da publicação de narrativas falseadas ou com informações distorcidas quanto às memórias.

Do mesmo modo, a elaboração das perguntas e de tipos de roteiros para cada um/a dos entrevistados/as foi feita sob cuidado de não causar constrangimento ou desconforto a eles e elas. Pela percepção que, de certo modo, os periféricos/as sepeenses estão construindo em conjunto esta pesquisa, seria impensável realizar questões que tivessem o intuito de demonstrar argumento de autoridade ou de superioridade no campo do conhecimento histórico. As perguntas são justamente para coletar informações e relatos, não para colocar em xeque, naquele momento, vivências de cada um dos entrevistados e entrevistadas.

Não quer dizer que se excluiu um trabalho que desacomode os entrevistados no sentido da Memória. Mas isso foi estabelecido com leveza e cuidado, para que as perguntas fossem atidoras das lembranças ocultas, não formas de enfrentamento. É uma linha extremamente tênue, vale-se dizer, mas necessária de ser trilhada, já que se quer um conteúdo inédito e autêntico, que se distancie do saudosismo e positivação, mas ao mesmo tempo mantenha um caráter de memória pessoal e da coletividade que o sujeito está inserido. A tentativa é de aos poucos, através de uma escuta e de interações sensíveis, obter uma conversa que fale a respeito justamente dos momentos que foram omitidos ou minimizados inicialmente. Uma entrevista que dê espaço e tranquilidade para que cada um possa falar dos seus traumas e de seus momentos difíceis na migração.

Para realização desse desafio foram considerados autores como José Carlos Meihy (2000) e Alessandro Portelli (2001), uma vez que suas contribuições apresentam teorizações e apontamentos de técnica em aspectos distintos e cada um deles serviu de diferentes modos para o trabalho. Muito pelos apontamentos de Meihy (2000), o trabalho tem uma espécie de plano geral (mas flexível), em que pesem etapas demarcadas e com três momentos, os quais têm cada um objetivos distintos. O processo de entrevista funciona a princípio como é demonstrado na figura abaixo:

Imagem 8



Modelo elaborado pelo pesquisador

A proposta de tal organograma foi estabelecida para, de forma geral, conduzir as atividades de reconstrução de lembranças. Entretanto, considerando as contribuições de Portelli

(2001) e o entendimento do autor acerca da história oral, não se abriu mão da liberdade de fala dos indivíduos. Isso quer dizer que se procurou possibilitar, na segunda etapa, uma liberdade para os entrevistados/as, no sentido de criar espaços em que, mesmo estimulados, esses sujeitos possam montar a partir de suas escolhas de importância o panorama da época.

As perguntas não obedeceram uma ordem rígida em formato de questionário fixo como acontece em muitos trabalhos baseados na fonte oral. Cada entrevistado/a respondeu perguntas únicas e pertinentes aos assuntos aos quais ele ou ela escolheu para tratar. A ideia foi, a partir da conversa inicial pensar quais perguntas poderiam se encaixar para aquele entrevistado/a. Assim, tentou-se explorar a sensibilidade e persuasão do entrevistador, buscando fluir uma conversa em que as questões se moldassem ao discurso que era construído pelo entrevistado e não o contrário. Por essa concepção, mesmo tensionado, o entrevistado é quem conduz a entrevista, uma vez que acaba atuando em diálogo com o pesquisador como um facilitador e estimulador dos relatos orais que vão sendo descritos.

Que não se tenha a leitura que o processo de entrevista foi feito sem planejamento e só por imediatismo. É evidente que houve uma seleção de perguntas possíveis, considerando a bibliografia e o diálogo com o local e estas questões, se demandadas pelas memórias que fossem surgindo, eram então utilizadas. Uma espécie de banco de questões que poderiam ser usadas ou não para construir a entrevista, também foi elaborado. Se por ventura o momento demandasse, no imediatismo (mas com leitura, claro) eram levantados assim os questionamentos.

Abaixo, a lista de questionamentos comuns que foram levantados. Note-se que elas se repetiram em algumas das entrevistas pela necessidade de evidenciar a autenticidade dos acontecimentos e de um método dialético que pratique o enfrentamento entre as informações que iam aparecendo. Algumas das perguntas, inclusive, surgiram nesse diálogo e foram sendo feitas também a outros entrevistados:

- Como eram os bairros antes e durante a chegada dos migrantes do campo?
- Quais bairros existiam quando você chegou na cidade?
- De que local do interior você veio?
- Que motivos teve para abandonar o campo para vir para a cidade?
- Havia serviços de água, luz elétrica e esgoto nos bairros?
- Chegando na cidade, você conseguiu colocar seus filhos na escola?
- Na cidade se tinha acesso a saúde básica?
- As pessoas eram próximas à política?
- Que pessoas, grupos ou famílias estavam ligadas ao MDB e a ARENA?

- Como você viu a gestão do prefeito Inocêncio Pires? Chegou a conhecê-lo?²⁵
- Havia repressão ou violência da polícia com as pessoas?
- Você conheceu o Tenente Kitz?²⁶
- Como era a vida das famílias nos bairros aqui da cidade?
- No que trabalhavam os homens?
- No que trabalhavam as mulheres?
- Por que você decidiu sair para trabalhar fora de casa?²⁷
- Você ganhava o mesmo que seu marido?²³
- As crianças trabalhavam? Em que?
- Como você avalia a Ditadura na época?

Note-se que essas perguntas foram elaboradas com diálogo em relação aos temas gerais trazidos pela dissertação, bem como a estrutura dos capítulos, além, claro, das especificidades da realidade encontrada. Por exemplo, as dúvidas apresentadas aos sujeitos quanto as realidades da família, do trabalho e do cuidado, referem-se ao segundo capítulo em que essas temáticas são melhor exploradas. Já as que apresentam questionamentos a respeito de política e da repressão, tocam o terceiro capítulo que por sua vez evidencia esses elementos. Outras ainda, acabaram por esclarecer dúvidas desse capítulo abordando questões pertinentes a migração.

Dessa forma, as perguntas descritas acima encerram a descrição da estrutura das entrevistas e do uso da fonte oral, Demarco, mais uma vez, a importância do uso de tal técnica na obtenção de fontes qualitativas. Aponte-se que:

As narrativas são traduções dos registros das experiências retidas, contêm a força da tradição e muitas vezes relatam o poder das transformações. História e narrativa, tal qual História e memória, se alimentam. Narrativa, sujeitos, memórias, histórias e identidades. São a humanidade em movimento. São olhares que permeiam tempos heterogêneos. São a História em construção. São memórias que falam. (DELGADO, 2014. p. 20)

Entendendo que nessa perspectiva a significação das memórias, bem como a potencialização dos relatos, vão ao encontro dos objetivos propostos, uma vez que ao buscar tais narrativas se quer justamente acessar este poder dado pela tradição. É justamente a partir destas memórias que falam, desta História em construção que se coloca o estudo. No caso, a

²⁵ Um dos temas do capítulo sobre a política é a trajetória desse político ligado a ARENA, que governou a cidade de 1972 a 1976. Além de pensar o estabelecimento e consenso do Golpe na cidade.

²⁶ Pergunta feita pelo fato de que em um dos relatos foi denunciado violência e excessos por parte desse agente do Estado. Kitz é o seu sobrenome e como esse ficou conhecido

²⁷ Pergunta elaborada para as mulheres.

partir de metodologia que situe uma história dos periféricos e periféricas, dos sepeenses que nunca se viram no meio da Ditadura. É uma contribuição para a construção identitária da classe trabalhadora sepeense. “Os de baixo” também precisam ter constituída a sua História, as suas tradições.

A senhora negra que, com quase noventa anos, dedica-se ao apoio de sua comunidade através de costuras; o senhor que durante a Ditadura lutou do seu modo, organizando forças políticas contra as classes dominantes locais mais conservadoras; o sujeito que teve de abandonar sua família na zona rural e submeter-se às trocas de favores para sobreviver em meio aquele período conturbado para trabalhadores; o casal que teve de migrar de outro município e depois para a cidade, submetendo-se a uma condição de trabalho extremamente exaustiva para criar e educar os seus sete filhos e filhas; a moça que chegou na cidade com seus irmãos e ajudou a construir com suas forças as bases de um dos bairros de periferia da cidade.

São de pessoas como essas que este texto trata. São indivíduos que ilustraram o cenário comum a inúmeros outros/as migrantes ou a trabalhadores/as urbanos de São Sepé. É para indivíduos como esses que, ao pensar a vertente de história oral aqui tratada se quer dar voz. Quer se buscar os costumes que os caracterizam. Mapear parte dos constructos sociais, políticos e culturais aos quais esses sujeitos estão sintonizados. Procurou-se, dessa forma, pensar tais “narrativas, sujeitos, memórias, histórias e identidades”, estabelecer elos e conexões que demonstrem toda complexidade do caso sepeense e brasileiro daquele momento histórico em questão.

Apesar de encerrar aqui a descrição do processo estabelecido, pela importância da fonte oral, alerta-se que, apontamentos a respeito de opções e escolhas quanto a esta fonte aparecerão nos próximos capítulos, compondo o diálogo entre as técnicas e os discursos dos entrevistados/as.

Assim, os pontos levantados nesse item tiveram mais um intuito de situar o leitor em meio à difícil missão de relacionar os sujeitos da pesquisa com a história de um município interiorano, durante a Ditadura Civil-Militar. As demais fontes, tal qual o uso do jornal local, bem como a utilização de atas da Câmara de Vereadores ou dados nacionais, serão apresentados em outras discussões específicas, compondo outros itens e subitens do trabalho. Assim, após esse diálogo feito, a utilização da fonte oral se dará com mais detalhamentos nos próximos capítulos da dissertação.

2 - FAMÍLIAS, MULHERES E TRABALHO: O QUE MUDOU NO PÚBLICO E NO PRIVADO

“[...]
a comida obrigatória,
a proibição de sair,
a proibição de se dizer o que pensa,
a proibição de se fazer o que sente,
e a humilhação pública

são alguns dos métodos de penitência e tortura tradicionais na vida da família. Para castigo à desobediência e exemplo de liberdade, a tradição familiar perpetua uma cultura de terror que humilha a mulher, ensina os filhos a mentir e contagia tudo com a peste do medo.”[1]

“A História é a ciência que estuda o *homem* no tempo”. Tal definição seguidamente aparece, com essas ou outras palavras, em justificativas e explicações de historiadores e historiadoras acerca de seu campo de estudo ou sobre processos históricos. Em termos didáticos, nas escolas mundo a fora, guerras, invasões, governos, ditaduras, revoluções, independências e demais mudanças são explicadas e problematizadas como movimentações dos *homens* em espaços e temporalidades.

O uso linguístico do termo *homem* é comumente visto como generalizante para nossa espécie em circunstâncias como as acima narradas. Elas indicariam, pela lógica dos idiomas, um aglutinador entre mulheres e homens, uma palavra que juntaria ambos os gêneros para simplificar e resumir explicações e problemáticas. Cabe ressaltar que, pela língua portuguesa, tal fato não ocorre apenas com a raça humana, mas com quaisquer coletividades de outras espécies ou objetos que contenham grupos masculinos e femininos, coletivizando sempre para o masculino.

O objetivo aqui não é o de aprofundar uma reflexão linguística, longe disso. Também não se pretende deter em discussões genéticas e biológicas. Começar a discussão pelos conceitos, no entanto, é algo básico em um capítulo que tratará de discutir questões de gênero e família. Os conceitos têm História, e com gênero não é diferente. Os usos (e abusos) de nomenclaturas de gênero precisam ser apontados e desconstruídos na produção historiográfica. Logo, seria ilógico que nesse capítulo a discussão inicial não girasse em torno do lugar da mulher na História e se o termo *homem*, enquanto generalizante realmente as representa. Ao menos no que diz respeito ao local de estudo, São Sepé.

Quando foi proposto pensar o fenômeno migratório aqui estudado, foi necessária uma ampliação do leque de possibilidades. Olhar os fatos e o processo histórico por outros ângulos

e possibilidades interpretativas, além de temáticas. Ao ler mais acerca de teorias de gênero e feministas, percebe-se que, durante a escrita da monografia que renunciou esse trabalho, não ficara evidente o devido lugar às mulheres nesse processo! Saber o que aconteceu com elas? Compreender os impactos da migração para as mesmas? Onde/em que elas trabalhavam? Se havia sexismo ou misoginia nas relações de trabalho? Como era a vida delas no lar?

Realizada a autocrítica sobre os limites do TCG, a qual foi fundamental para que esse trabalho seguisse, percebeu-se que a produção textual anterior generalizava o processo pelo viés masculino, excluindo de certa forma as mulheres. A migração havia sido contada e problematizada hegemonicamente em torno dos trabalhadores, deixando de lado as trabalhadoras.

Assim, para complexificar a questão, esse capítulo tornou-se necessário, fundamental a essa dissertação. É pelas palavras e rastros pelas mulheres deixados que seguirão as linhas a seguir. Família, migração e trabalho tornam-se assim incompreensíveis sem a devida consideração sobre o lugar das mulheres. Conceitos contáveis na História, mas incompletos. Também foi sentida a necessidade de, devido a recente proximidade ao tema, demarcar algumas leituras teóricas na área, demonstrando a importância dos estudos de gênero e o que já foi feito até aqui na ciência.

2.1 A Invisibilidade das Mulheres na História

Como vem sendo defendido até aqui, há uma invisibilidade dos periféricos/as na História. Muito disso se daria, por exemplo, pela escassez de fontes escritas produzida por eles/elas ou acerca deles/delas. Na maioria das vezes, pelo viés tradicional de História que era balizada por estas fontes, seria difícil chegar até tais trabalhadores e trabalhadoras. Nesse sentido, segundo Rachel Soihet (1997), um dos grandes problemas enfrentados por historiadores/as que pautam questões de gênero é a escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias. O que se encontra mais facilmente são representações sobre a mulher que tenham por base discursos masculinos determinando quem elas são e o que devem fazer. Determinando quem são elas no processo histórico.

Já a historiadora Gerda Lerner (1986), ao se debruçar sobre o tema, também ressalta como a História foi por muito tempo dominada por homens que, a partir de suas visões de mundo, selecionavam o que era importante. Não é surpresa que, em muitos casos, com isso,

acabavam por excluir em parte (ou mesmo inteiramente) as mulheres do passado. Segundo a autora:

Hasta un pasado reciente, estos historiadores han sido varones y lo que han registrado es lo que los varones han hecho, experimentado y considerado que era importante. Lo han denominado Historia y la declaran universal. Lo que las mujeres han hecho y experimentado no ha sido escrito, ha quedado olvidado, y se ha hecho caso omiso a su interpretación. Los estudios históricos, hasta un pasado muy reciente, han visto a las mujeres al margen de la formación de la civilización y las han considerado innecesarias en aquellas ocupaciones definidas como de importancia histórica. (1986, p. 2)

Assim, pelo que nos alerta Gerda Lerner, os estudos históricos, ao longo do tempo, apresentam verdadeiras lacunas no que diz respeito às mulheres. Muito pelo fato de que apenas os homens decidiam o que era importante ou fundamental na interpretação, o que acabou por deixá-las à margem. Talvez, isso se deu, pela falta da busca de fontes que conseguissem ouvir as memórias e histórias delas no tempo. Os historiadores/as acabaram, desse modo, por muito tempo, produzindo textos que referendavam apenas a figura masculina como motor dos processos históricos, invisibilizando as mulheres, tão essenciais para a História quanto eles.

Nesse sentido, Michele Perrot (2005) vê como um dos principais motivos para essas lacunas, o menor aparecimento das mulheres no espaço público, na maioria das vezes o objeto de maior observação por pesquisadores/as. Há, dessa forma, a construção de uma imagem ideal descrita pelos homens, supondo um gênero universal, a mulher, muito mais imaginada do que real. Assim, a autora defende, que, do ponto de vista dos instrumentos da História, faltam registros primários por longos séculos e que isso prejudicou a construção da História como ciência. Esse consequente silêncio das mulheres é reiterado pelas religiões, sistemas políticos e manuais de etiqueta social de épocas.

Para a autora, o início dos estudos envolvendo as mulheres estava relacionado com a Antropologia, mais que com a História. O que nos ajuda a entender também como, até hoje, ainda há dificuldades em discutir dentro da academia tal categoria. Ela ainda acrescenta que três fatores explicam o surgimento de tal pauta. O científico, ligado à crise dos grandes paradigmas (1960-1970), o sociológico e o político, com a maior entrada das mulheres nas universidades, como professoras e movimentos como o Movimento de liberação das mulheres – Femmes (MLF).

Maria Matos ressalta a importância dessa crise de paradigmas na expansão de estudos. Podemos, a partir de então, vislumbrar novas possibilidades nas últimas décadas. Visualizar,

assim, novos grupos estudados e, dentre esses, estariam incluídas as problemáticas envolvendo as mulheres. Para a autora:

A expansão dos estudos que incorporam a mulher e a abordagem de gênero localiza-se no quadro de transformações por que vêm passando as ciências sociais nos últimos tempos. Sendo possível afirmar que, por razões internas e externas, esses estudos emergiram da crise dos paradigmas tradicionais, que requeria uma completa revisão dos seus instrumentos de pesquisa. Essa crise de identidade levou à procura de outras experiências, revigorando o conhecimento e ampliando diferentes áreas e abordagens. Entre outros aspectos, possibilitou o questionamento das universalidades, permitindo a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos, entre eles, as mulheres. (2002, p.239)

No Brasil, a presença das mulheres se nota com mais força a partir dos anos 1970, durante a Ditadura Civil-Militar. Mesmo não pautando especificamente as questões de gênero na esfera pública, as mulheres organizam-se em diversos movimentos que buscavam melhores condições de vida, tal como a luta pela moradia, a educação, a saúde, dentre outras. Também estiveram atuantes nas lutas pelo fim da Ditadura Civil-militar, participando de organizações e sendo as primeiras a levar adiante a pauta da anistia. Assim, na década de 1970, as mulheres tornam-se mais visíveis na sociedade e isso refletiu na academia, através da constatação de sua marginalização nas pesquisas e o interesse na reconstrução de suas vidas e experiências, tornando-as, como ressalta Maria Matos (2002) “objetos de estudo, sujeitos da história e agentes sociais”.

Ao dizer que as mulheres tornam-se sujeitos da História, através dessas pesquisas, não se quer afirmar que antes não o eram. Pelo contrário, ao mudar o foco em direção a elas e ouvir suas vozes, procurar seus rastros, se trabalha na direção de fazê-las sujeitos de suas próprias histórias, algo que lhes foi tirado por muito tempo e que de forma alguma significa que não participaram tanto quanto os homens na construção da história. Aqui, segue-se a linha de Gerda Lerner (1986), a qual afirma que a História que nos foi contada é aquela que diz respeito à metade da população, a masculina. Dessa forma, esse trabalho também busca ouvir a voz das mulheres para que contem uma pequena parte da história da outra metade.

Entretanto, a dificuldade de encontrar registros do passado das mulheres faz com que os historiadores/as lancem mão dos mais variados métodos para suas pesquisas. Torna-se necessário pensar outros caminhos que não aqueles consolidados pela historiografia tradicional. Pensar outros tipos de fontes as quais possam aproximar-se das mulheres no tempo. Segundo Soihet, os objetos deixados pelas mulheres, como roupas, fotos, cartas, são interessante formas

de se reconstituir uma “arqueologia feminina da vida cotidiana”. A autora ainda ressalta o uso da história oral “instrumento dos mais adequados para registrar a memória feminina, na medida em que o acesso feminino à escrita não se deu no mesmo ritmo dos homens” (1997, p. 296). O que corrobora o intuito demonstrado nesta dissertação, o de buscar, através da fonte oral, retratar as trabalhadoras pesquisadas.

Com essa ampliação dos vieses de estudo, o surgimento do conceito de gênero, por conseguinte, vai contribuir para ampliar as visões desse campo de pesquisa. Segundo Losandro Tedeschi (2012), a expansão e o enriquecimento dos temas de investigação propostos pelos estudos de gênero foram acompanhados por renovações das abordagens temáticas, metodológicas, enfoques e modos de análise, questionando os modelos históricos tradicionais, trazendo novos questionamentos e descobrindo novas fontes. Rachel Soihet traz um pouco da História do conceito:

Gênero tem sido, desde a década de 1970, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Foi inicialmente utilizado por feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. (1997, p. 279)

Nesse sentido, é preciso identificar que, dentro da tradição de estudos de gênero, existem diferentes correntes teóricas. Assim, aqui são utilizadas as reflexões de Miriam Grossi (2004), as quais nos ajudam a compreender os principais argumentos utilizados pelas diferentes correntes teóricas dentro da tradição dos estudos de gênero. Abaixo, identificamos algumas delas, até para que se possa visualizar quais ideias e categorias irão ser mais próximas a esta pesquisa, relacionando alguns conceitos de determinadas autoras e de suas correntes teóricas.

De acordo com a corrente pós-estruturalista, o gênero é constituído pela linguagem. Uma das principais autoras dessa corrente é a historiadora Joan Scott, a qual defende que o discurso é um instrumento de orientação do mundo, ou seja, tudo que vivemos é permeado pela linguagem, por discursos. Essa ideia de discurso da corrente abrange, além das palavras, os atos, produtores de significados para quem os realiza e para aqueles que os recebem como, por exemplo, a linguagem que certo tipo de vestimenta escolhida pode representar. Assim, nesse capítulo, muitas das ideias de Scott foram consideradas, principalmente no que se refere a modelos a serem seguidos pelas trabalhadoras sepeenses. Desde as propagandas e os artigos de

jornais que chamam a atenção para isso, até mesmo trechos de entrevistas que tocam a esses aspectos de gênero.

Em outra perspectiva, para a corrente estruturalista o gênero é compreendido a partir dos corpos biológicos, ou seja, a questão do material. O gênero, nessa ideia, implica no reconhecimento das diferenças físicas, e essas diferenças são dadas a partir dos corpos sexuados. Para que exista o masculino, é necessário o seu oposto, o feminino. Dessa forma, a corrente defende que só podem existir dois gêneros, entretanto, isso não impede que existam várias configurações de feminino e masculino, variando histórica e culturalmente. De qualquer modo, elementos dessa linha teórica também são levantados e, ainda mais que se considere a situação de trabalhadores e trabalhadoras, tal linha teórica é pertinente na abordagem por seu acúmulo em estudos desse grupo.

Por último, temos as pós-modernas, as quais irão se contrapor a essas ideias, ao propor a mutabilidade do conceito. Para a corrente, uma variedade de gêneros é possível e as diferenciações biológicas podem ser alteradas com as novas tecnologias disponíveis. Para além disso, autoras como Judith Butler, colocam em xeque a própria noção do biológico como algo inato, ao problematizar que a leitura feita sobre os corpos também é uma construção advinda da cultura. Até pelo afastamento temporal do presente da pesquisa e pelo afastamento metodológico do autor a esse grupo teórico, foi a corrente que menos tencionou com reflexões no texto que segue.

Entretanto, é importante considerar que, mesmo não sendo utilizadas nesse trabalho, todas as correntes trouxeram elementos pertinentes para a compreensão do conceito de gênero, através de novas contribuições ou questionamentos ao longo do processo de construção da pesquisa. No trabalho, são utilizadas, principalmente, as questões trabalhadas pela autora Joan Scott, na medida em que considero que os sujeitos analisados/as podem ser melhor compreendidos/as através das ideias da pesquisadora, a qual trata de pontos pertinentes à dissertação como comportamentos e questões simbólicas.

No clássico artigo de Joan Scott “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, a autora perpassa historicamente os usos do conceito gênero, desde o meramente descritivo, que não vai muito além de se basear no olhar às questões relativas a homens e mulheres, até aquele que considera fundamental para se discutir as questões históricas envolvendo o conceito, o gênero como uma categoria analítica. O uso descritivo de gênero é associado ao estudo das coisas relativas às mulheres e suas relações sociais. Ele surge como um novo campo de pesquisas possível. Entretanto, segundo Scott, não tem força suficiente para interrogar e modificar os paradigmas existentes. Scott vai mais além, defendendo o uso de gênero como

uma categoria analítica, que busque ligar a História do passado às práticas históricas atuais, tentando conectá-las para melhor compreendê-las.

A autora não deixa de ressaltar que isso é um desafio teórico por exigir ir além de uma síntese das experiências masculinas e femininas no passado. Para que isso se realize é preciso se perguntar como o gênero funciona nas relações sociais humanas e como dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico. Essa reflexão foi importante para compreender a relação das mulheres em São Sepé hoje. Entender opiniões e espaços os quais ocupam as entrevistadas ou os limites de suas liberdades e a demonstração de muitas opiniões, as quais foram construídas ao longo dessas décadas de Ditadura e na sua chegada na cidade e construção de uma vida naquele lugar, é muito importante, bem como a defesa, no terceiro capítulo, de que a política conservadora dos pequenos municípios gaúchos tem uma conexão direta a esse passado de construção de conservadorismo local, assim como, também, é necessário compreender que a situação das trabalhadoras sepeenses e de suas expectativas de vida hoje tem uma completa relação com esse passado de migrações.

Para além disso, Scott trará a definição de gênero elencada em duas proposições, o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de significar as relações de poder. Ainda sobre a primeira proposição, Scott traz uma série de elementos que ajudam a justificar e construir essas relações baseadas nas diferenças corporais.

Corroborando essa reflexão do primeiro item, os símbolos culturais são trazidos como importantes elementos para a autora. Serão justamente eles que irão evocar representações acerca dos sexos, colocando em evidências as interpretações desses símbolos, funcionando como delimitadores do masculino e feminino. Esses conceitos, segundo a autora, são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e ajudam a reforçar uma oposição binária que irá afirmar de forma categórica os sentidos do masculino e feminino. Em questões de síntese da pesquisa, poderemos perceber como, no caso sepeense, essa posição binarista de gênero foi estimulada e utilizada como forma de opressão das mulheres. A construção simbólica, em meio a Ditadura, de uma mulher submissa e apoiadora do período fica bastante evidente. O que não exclui as resistências e brechas de confronto a tal realidade por parte das mulheres.

Para Scott, o objetivo da pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, da representação binária dos gêneros. E para isso é fundamental incluir a noção do político nessas análises:

Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação socialmente masculinas, não mistas ou mistas fazem parte do mesmo processo), o sistema político. (1990, p. 22)

No presente trabalho, ao tentar pensar as relações estabelecidas, com alterações ou não, advindas da mudança do campo para a cidade, há uma aproximação um pouco mais ao proposto por Scott, ao se considerar o mercado de trabalho. Tentar perceber como a migração esteve intimamente ligada à saída ao mercado de trabalho e como isso afetou a família foi um dos pressupostos. Além disso, ao indagar acerca das perspectivas de educação nesse novo ambiente, vieram à tona elementos pertinentes em torno das novas possibilidades de educação na cidade e sua vinculação com as relações de gênero, as quais modificaram aquilo que se tinha no campo.

Scott ainda acrescenta que a ligação entre os regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido bem observada, mas não foi estudada a fundo. Explorar um pouco mais desse viés, tentando perceber se a conjuntura política de Ditadura Civil-Militar do período apareceu como um fator determinante nas ressignificações e transformações que toquem as relações entre os gêneros tornam-se importante para o presente trabalho. Assim, a pesquisa vem em um sentido de contribuir para pensar a figura da mulher trabalhadora não organizada em meio a esse período e conseguir levantar alguns aspectos que possam ajudar a melhor compreender suas visões de mundo e realidade à época e atualmente.

2.2. A família Que Migra: Saúde, Educação e a Nova Realidade Urbana

Por que as famílias migraram? Eis a questão que atravessou dois anos de pesquisa acerca da migração do campo para a cidade no País durante a Ditadura Civil-Militar. Algumas respostas foram dadas no que diz respeito a São Sepé, apontando principalmente para a hipótese de que houve uma centralização de terras pela “mecanização” e mercantilização acelerada do campo, tal qual foi trabalhado no capítulo 1.

Uma “competição” desleal na área produtiva que deixava insustentável para muitos/as que viviam da agricultura familiar manter-se na zona rural. Competir com novas variedades de sementes, novos adubos e novos maquinários que aumentavam a produção, mas ao mesmo tempo eram inacessíveis a pequena propriedade. Ao mesmo tempo em que trabalhadores/as assalariados/as de latifúndios passaram a dar lugar a máquinas que poderiam colher, plantar e lavrar fazendo trabalho de vários/as. A saída então era a cidade.

Outros motivos também foram considerados, os quais diziam muito sobre as necessidades e prioridades que tinham essas famílias. São esses motivos que possibilitam compreender, para além da esfera econômica, outras preocupações das famílias da época que as fizeram migrar coletivamente. É preciso lembrar que estamos falando de grupos familiares de trabalhadores/as, não de um modelo de classe média ou classe dominante. Sendo assim, em meio ao contexto ditatorial, necessidades básicas de vida eram muito raramente supridas pelo Estado nas cidades. Mais ainda nas zonas rurais e a esses indivíduos periféricos.

Assim, dois elementos também foram preponderantes para o fluxo migratório, segundo as memórias contadas pelos entrevistados/as: os fatores de Educação e Saúde. A ida para a cidade muito tem a ver com a esperança de, no espaço urbano, ter uma maior facilidade de acesso a esses serviços básicos aos filhos/as. Também envolvem traumas, com a quebra de laços fraternos e de afeto do campo e o abandono de um modelo de vida rural.

Retomando os motivos que fazem as famílias migrarem e que extrapolam a esfera do trabalho e da questão econômica, há a necessidade de uma educação adequada às crianças. É difícil apontar com exatidão, mas uma junção de motivos levou os pais do fim da década de 1960 e início da década de 1970 a pensarem que era necessário colocar seus filhos e filhas na escola, ao menos para iniciarem-se nos estudos, com a crença de que “para virar alguém na vida” seria necessário estudar. Esse “virar alguém” refere-se a uma superação de uma difícil realidade de pobreza e a ausência de direitos básicos vivenciados pelos trabalhadores/as, inserindo-se em algo novo naquele cotidiano, já que praticamente todos os pais e pessoas com mais idade eram analfabetos, como é apontado pela entrevistada Ondina.

Não há ao certo aqui uma resposta para tais motivos que levaram a mudança de pensamento quanto a educação, muito pela ausência de dados. Algumas pistas foram fornecidas pelas memórias, seja pelos meios de comunicação tratem com mais vigor a educação como necessidade, seja pelo entendimento social de que as pessoas com melhores condições assim o eram por terem avançado nos estudos, seja pela educação configurar um escapismo daquela dura realidade das famílias camponesas, dentre outros motivos.

O fato é que, mesmo sem a obrigação das crianças estarem matriculadas, as famílias começam a preocupar-se mais com o ingresso delas nas escolas ou ao menos passam a dar mais atenção para a questão, abrindo mão de parte do tempo de trabalho dos/as jovens e crianças nas lavouras para que esses se dedicassem a educar-se. Houve uma conscientização significativa para esse direito da criança.

Assim, vir para a cidade configurava uma facilidade maior ao acesso a esse serviço público, uma vez que era pouco prestado no interior do Município e, na maioria das vezes, era

necessário à criança percorrer uma grande distância, de alguns quilômetros a pé ou a cavalo para acessar o espaço escolar. É fácil perceber que, além do cansaço diário desses deslocamentos comprometerem o aprendizado, seria um grande motivo para que a evasão escolar fosse alta, com muitas dessas crianças perdendo o interesse na escola.

O mesmo tipo de relato apareceu, seja nas transcrições, seja nas conversas informais, com os demais entrevistados/as. Ondina fala, por exemplo, de como tinha de atravessar riachos, plantações e estradas para chegar até a escola que ficava muito longe de sua casa. Algo que Ana Lídia também cita como dificuldade. No campo, Marlene e Júlio (seu marido), nem ao menos tiveram condições de ingressar em alguma escola.

Esses adultos que migravam não passavam de um grau de escolarização da 5ª série do ensino fundamental ou mesmo eram analfabetos em número significativo.²⁸ Sendo assim, foi impregnada uma crença de que as dificuldades de acesso a direitos e consumo básico dos trabalhadores/as advinham dessa baixa escolarização. Traduzia-se em culpar a si mesmo pela realidade da família, em que o alento seria apontar aos seus filhos o caminho para a escola. Assim, a Educação era outra frente muito importante para essa mudança para a cidade, ocupando papel também recorrente nas respostas dos indivíduos na questão “por que migraram?”

Assim, a geração de pais, mães, filhos e filhas que migraram, experimentaram o desejo de um processo de inserção mais contundente na chamada educação formal. Pretendiam ocupar melhor tais espaços escolares e assim encontrar saídas para a realidade difícil no que dizia respeito aos problemas econômicos. Além disso, também possibilitar uma maior opção de escolhas para além do “trabalho braçal”²⁹.

É seguro dizer que a realidade da escola do campo até então se configurava como inadequada a vida daqueles trabalhadores e trabalhadoras, pelo difícil acesso e por uma qualidade muito baixa no que se refere ao aprendizado, além do que essa mesma escola não se atendia às necessidades imediatas daqueles indivíduos, sendo pensada muito mais como espaço disciplinador, controlador e de alfabetização básica (que não funcionava) do que realmente um espaço transformador que aqueles indivíduos esperavam, podendo ser um dos outros motivos da evasão a época.

²⁸ Analídia e Eleonor, não conseguiram completar o processo de alfabetização e quase todos os demais abandonaram a escola.

²⁹ Trabalho que envolvesse muita força física e pouco retorno financeiro, normalmente desempenhado por esses/as trabalhadores/as

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres no meio rural aparecem muito em seus relatos e percebe-se a importância que elas dão em mudar essa lógica, fazendo com que seus filhos e filhas tenham oportunidades que elas não puderam ter de estudar e “ser alguém na vida”. A seguinte passagem elucida um pouco mais esta questão:

A escola era longe, era lá perto de Caçapava. Pezito no chão, tamanco na mão, porque não dava pra ir calçada estrada afora. Então a gente levava os tamanco na mão e perto da escola tinha um açude, a gente lavava os pé, levava um paninho, secava os pé, deixava ali com uma pedra em cima pro vento não levar e na volta a gente pegava. (Entrevista Analídia)

Fica evidente, no relato de Analídia, todas as dificuldades que envolviam o ir para a escola. As demais manifestações sobre as dificuldades da educação no campo são semelhantes. A falta de escolas e/ou a distância delas em relação às casas é algo recorrente. A perspectiva de classe/raça também aparece nos relatos, como o de Marlene, mulher negra, que aprendeu a ler com a professora paga pelos vizinhos brancos:

No início não tinha colégio, então assim, os ricos traziam uma professora e aí a minha mãe me colocou nessa casa que davam aula. Só vinha uma professora para ensinar os filhos dos grandes fazendeiros e se sobrasse uma hora, encaixava os pobres. Pra estudar eu fiz isso. (Entrevista Marlene)

Nesse relato fica bastante evidente toda a difícil realidade de classes envolvidas no campo sepeense daquela conjuntura. Toda situação de segregação social, e mesmo étnica, envolvida na questão. Pensar que os filhos e filhas dos empregados só teriam espaços para educação caso sobrasse tempo dos professores contratados pelos patrões demonstra, na prática, toda essa discussão. Aos periféricos só restaria as sobras, as migalhas, uma situação que denuncia toda falta de direitos daquelas pessoas e chama atenção para como os serviços estavam nas mãos dos grandes agricultores. Ondina também ressalta as dificuldades encontradas no campo em relação à educação:

A única coisa que a gente teve dificuldade no lugar onde moro era a parte do colégio. Havia muito pouco estudo nesse lugar. Eu mesmo aprendi tudo que eu aprendi a ler aonde eu fiz a primeira comunhão, se chamava-se o lugar Cerrito do Ouro. Eu tinha doze anos, e uma tia disse assim pra minha mãe: que não ia ser a Ondina que ía ficar burra sem saber ler, que ela ía levar eu pra casa dela pra mim poder estudar. E aí abriu uma caixinha na minha mente, assim ó, que eu aprendi, tudo, tudo, tudo, tudo, que eu sei até hoje, durante aquele ano. (Entrevista Ondina)

Uma das questões desse trecho é o incentivo que as mulheres davam a educação e de como elas foram as protagonistas para que seus filhos e filhas saíssem para estudar. Algo parecido também acontece com Marlene e com Ana Lúcia. Além disso, há uma justificativa clara, principalmente para as mulheres, de que o futuro dos seus filhos e filhas estava em jogo e que, portanto, a migração era um mal necessário, se tornando uma dificuldade a ser enfrentada pelas famílias, pois possibilitaria uma nova realidade. Marlene irá trazer um relato nesse sentido, ao citar como a chegada na cidade e proximidade com escolas foi fundamental para que seus filhos e filhas pudessem ascender ao ensino formal:

As coisas melhoraram. Porque o Cesar tinha só até a quinta série, aí ele pode estudar. Aí o Júlio falou com esse Juiz que ele trabalhava e ele aconselhou a vir pra botar os filhos no colégio. Aqui tinha ginásio, tinha tudo, aí nós resolvemos vim. Foi isso, nós viemos mais por causa dos filhos. (Entrevista Marlene)

Algo que também chamou a atenção durante a entrevista com Ana Lúcia foi que, enquanto narrava os fatos do passado, ela ostentava com orgulho a foto de sua filha ser formada no ensino superior em filosofia. Fazendo um diálogo com outras pesquisas, o caso da pesquisadora Olinda Noronha (1986) é elucidativo. A autora também encontrou em seu estudo com trabalhadoras rurais, em lavouras de cana de Minas Gerais, dinâmicas semelhantes de labor. Para essas mulheres, privadas ou que tiveram dificuldades no acesso à educação, a importância dada a mudança dessa dinâmica em relação a seus filhos/filhas é encarada como central:

Apesar delas terem sido privadas da educação escolar e de se educarem, determinantemente, através do trabalho, elas percebem a importância do saber escolar para os filhos, para que estes tenham condições de aprender a se defender melhor, a ter um futuro melhor que o delas na lavoura da cana. (1986. p. 208)

Vê-se, por essa reflexão, toda a importância de se pensar como o trabalho assalariado ocupou um papel fundamental na libertação e conscientização das famílias trabalhadoras. Outro aspecto levantado na reflexão foi o serviço de saúde, o qual também é uma preocupação central dos sujeitos. Sua ausência, em condições adversas, poderia significar dificuldades importantes para superar uma doença ou mesmo a morte de um ente querido. Especialmente, no que se refere às mulheres, vemos outras preocupações, pois um parto com complicações poderia trazer

falecimento da criança e/ou para a mãe. Para essas pessoas, preocupações mais diretas à vida, como o serviço de saúde, seriam mais justificáveis para a migração.

Nesse sentido, os/as trabalhadores/as preocupavam-se com as saídas possíveis para os problemas e estavam frente a um convencimento cada vez maior de que a medicina científica começava a trazer resultados, embora só fosse encontrada nas zonas urbanas. Não que essas pessoas não encontrassem seus próprios métodos de enfrentar aquelas adversidades na saúde, mas a medicina era uma resposta mais segura pelo que se pode notar. Esse afastamento do acesso a saúde foi trazido no relato de Analídia, no qual mais uma vez fica evidente a separação de classes no acesso aos serviços básicos no campo:

Médico só em Caçapava. Se alguém tinha umas condições, trazia o médico em casa, mas quem não tinha, tinha que arrumar nem que fosse uma carreta pra levar o doente, ou carroça. (Entrevista Analídia)

Diante das necessidades de saúde obstétrica, surgem outros pontos importantes e que trazem uma figura típica aquele momento, a das parteiras. Essas eram figuras absolutamente necessárias naquela realidade camponesa. Esse conceito encontra significado em mulheres que corriam a pé ou a cavalo as fazendas e estradas interioranas para atender outras mulheres prestes a dar à luz. Normalmente eram mulheres mais experientes, comumente acima dos quarenta anos que atendiam, na medida do possível, os partos de uma região. Dispunham-se, com seus conhecimentos populares, aliviar a dor daquele momento, auxiliar no nascimento da criança e deixar o ambiente o mais limpo e estéril possível.

Após o término da entrevista com Ondina, em material que não foi gravado, ela explicou o seu conceito de parteira, sendo relatado que a sua avó, chamada Medora, inclusive fora uma dessas tantas mulheres. Já Analídia, durante a entrevista, quando perguntada acerca disso, elaborou sobre toda simplicidade envolvida. Quanto às parteiras ela afirma: “Ah, tinha. Vinham longe, de cavalo. Não tinha nada de hoje em dia”.

No entanto, vale ressaltar que, com o incremento da medicina moderna e a vinda para a cidade, a figura que auxiliava o término da gestação foi sendo extinta aos poucos. Cabe lembrar que esse conhecimento não era bem visto por médicos, haja vista que existem conflitos entre a medicina moderna e medicina popular.

Não se deterá nessa discussão, mas considera-se necessário citá-la, por que se trata de um choque da cultura e do saber tido como erudito em contraposição ao popular, sendo que o segundo é menosprezado. Além disso, ao pensar questões de gênero, também estamos falando de um processo traumático para uma geração de mulheres. O ritual que envolvia o parto, que

muitas vezes dura cerca de horas, era acompanhado pelas mulheres da família e pela parteira, havendo um ambiente de sensibilidade e de afeto notório. Quando essas mesmas mulheres vêm para a cidade e são submetidas a medicina moderna, por mais que possa se argumentar em prol da segurança, estar-se-á falando de um processo externo ao lar, com homens realizando o procedimento e tocando órgãos genitais femininos e, em muitos casos, trazendo a possibilidade de violência obstétrica. Logo, falar-se-á de trauma e adaptação a uma realidade absolutamente distinta daquela das zonas rurais.

Em outras frentes, encontramos as benzedadeiras³⁰, pessoas que, por meio de rituais e rezas, se propunham a curar ou amenizar doenças de pessoas da comunidade. Tais crenças e rituais não encontravam amparo direto na religião Católica, hegemônica na cidade, embora seja notório o sincretismo, já que, praticamente todos os envolvidos com benzeduras, eram também cristãos. Na maioria das vezes tidas como sensíveis a questões espirituais e a fé cristã, são pessoas (em maioria mulheres) da comunidade, que normalmente benzem ou fazem “simpatias” utilizando-se de símbolos católicos ou então de elementos da natureza, como galhos, folhas ou água.

Não cabe no trabalho avaliar critérios de verdade ou efetividade de tais crenças, mas compreendê-las como uma resposta popular a problemas envolvendo a saúde física e mental daquelas pessoas. A figura da benzedeira era comum às zonas rurais e valia-se de conhecimentos e crenças populares para enfrentar as adversidades de saúde da família trabalhadora.

Vale ressaltar que, diferente da parteira, a benzedura não é abandonada na cidade por completo, havendo uma resistência maior a isso e, mesmo hoje, podemos encontrar essa figura em alguns espaços urbanos, como nos bairros periféricos. O sincretismo religioso torna possível a coexistência, por mais que a prática possa ser condenada pela Igreja Católica, já que as pessoas não deixam de benzer-se e, também, não deixam de acompanhar sua fé católica na Igreja ou em seus templos protestantes.

Mesmo as pessoas indo a hospitais e postos de saúde da zona urbana, elas mantêm-se indo a benzedeira, por acreditar que aqueles rituais e orações possam interferir na cura do paciente e na salvaguarda da família. Nesse sentido, quanto a essa outra forma de encarar os problemas de saúde, não se pode apontar um trauma e rompimento tão grande quanto o anterior. Apesar de ser necessário falar a respeito, pois tais práticas compõem o campo cultural daquelas pessoas.

³⁰ É necessário citar o caso, pois Ondina era uma benzedeira de sua comunidade, além de citar que tal prática era bastante comum, ainda mais comum em um ambiente sem acesso a saúde dita científica.

Em alguns casos, inclusive, a resposta a medicina moderna é de negação e o passado é mostrado com saudosismo, em que vêem os tempos passados com outros olhos quanto à saúde.

Lídia aponta em sua entrevista:

E as pessoas adoeciam e às vezes nem iam no médico. Tomavam chá, umas coisas assim e melhoravam. E hoje só médico. Eu ontem mesmo fui no médico, mas eu não sou muito. Eu creio mais nessas coisas mais antigas, a gente foi criado assim. (Entrevista Analídia)

A crença de Analídia foi algo recorrente em outras entrevistas, mesmo que de forma indireta. Os chás, simpatias e métodos naturais de cura ainda encontram-se vivos nas memórias e, em alguns casos, em práticas cotidianas atuais. É preciso compreender isso como uma permanência, inclusive daquela cultura praticada e vivida antes da migração e que ajudam a entender esse novo espaço urbano.

Aliando saúde, educação e gênero, atenta-se, em especial, para outra questão, a da sensibilidade a tais assuntos que as mulheres entrevistadas trouxeram, reafirmada pela convicção da necessidade de entrevistas com mulheres que vivenciaram o processo. Como o cuidado aos filhos e filhas recaía comumente às mulheres das famílias (mães, avós, irmãs, tias, etc), são justamente elas que falaram com mais propriedade a respeito dessas questões.

Olinda Noronha (1986) também ressalta essa sensibilidade das mulheres para tratar de assuntos relativos à sobrevivência da família:

Ao privilegiar a mulher trabalhadora, no estudo do campo pedagógico das relações de trabalho nestes dois níveis, domesticador e transgressor, consideramos ser ela uma matriz cultural importante, tanto na difusão de elementos educativos para os filhos, como pelo próprio fato de ela sentir mais de perto (ela tem muito mais sensibilidade do que o homem para sentir isto) a exploração e a ameaça à sobrevivência da família. Por estar trabalhando concomitantemente em duas esferas – a doméstica e a da produção -, sua sensibilidade se aguça. (1986, p. 48)

Há, também, no mesmo sentido apontado pela autora, uma sensibilidade muito maior acerca do bem estar das crianças e jovens, bem como da sua família como um todo, por parte das mulheres. As entrevistadas falaram mais da saúde, educação e bem estar dos sujeitos, deixando bastante evidente as dificuldades, bem como as superações que foram necessárias, naquele momento.

Ondina traz este exemplo sobre a saúde das crianças:

Muito mal meu filho. A gente encontrava as criança muito magrinhas nas casas. As crianças viradas em vermes. Até que antigamente não diziam isso,

eram lombrigas, né. Que falavam que as crianças chegavam a colocar montes. Como é que se salvavam na época, eu não sei explicar (entrevista de Ondina)

Perguntada, então, se encontravam apoio dos órgãos de saúde pública para aqueles problemas, ela apontou: “Não havia. Sabe qual era o doutor que havia em São Sepé? Era o falecido doutor Bulcão. E depois ficou governando a pobreza o doutor Inocêncio. Onde ele ajudou muita gente a sobreviver na cidade.”

A título de informação ela refere-se, primeiramente, ao médico Lauro Bulcão, uma figura tida como importante na cidade e que está referenciada na memória oficial do Município com nomes de ruas e monumentos. Ele foi um dos precursores da medicina na cidade de São Sepé, sendo que seu nome também consta no já citado *Personagens da História de São Sepé*. Já a segunda figura é do ex-prefeito e médico Inocêncio Pires, também já falecido, sobre o qual será reservado uma reflexão mais profunda no próximo capítulo, no qual será explorado o aproveitamento de serviços básicos, como o de saúde, para manutenção do poder e do *status quo* em São Sepé com esquemas de trocas de favores e interesses.

Não significa que serão desprezados os demais acontecimentos que dizem respeito ao panorama econômico e político, mas será destacado que o discurso que muitas vezes não critica a Ditadura ou não faz uma síntese do todo, não pode ser tomado, a princípio, apenas como alienação. Não se pode tomar essas memórias enquanto verdade daquela conjuntura, mas também não se pode deixar de lado alguns imediatismos do cotidiano que perpassavam as ações daquelas pessoas. A centralização de capitais no campo evidentemente existia, mas observar outros elementos que fazem as famílias migrarem e que ficaram como respostas nas memórias para aqueles processos é primordial nessa síntese.

2.3. Permanências e Rupturas: a Realidade das Mulheres e Famílias na Cidade

O trabalho, como atividade produtiva, desde cedo, fez parte da realidade dessas mulheres. No campo, desde pequenas, trabalhavam em suas propriedades e/ou para donos de terras maiores. O fato de elas serem personagens atreladas ao lar e ao cuidado, não significa que, ainda na zona rural, muitas delas já não exercessem trabalho externo ao espaço privado da casa. A única questão que fica em aberto é que muitas delas não eram remuneradas no campo e isso só passará a acontecer na cidade.

Além disso, assim como os meninos, elas trabalhavam desde muito cedo, em um ambiente no qual não havia proteção à criança e ao jovem. Na verdade, nem a infância era algo

muito bem definido. Desde pequenos, já eram inseridos/as no trabalho. O papel de crianças e jovens era fundamental e com as mulheres não era diferente, como se vê na fala de Analídia:

Eu tinha uns 12 anos quando comecei a trabalhar. Na roça, plantando, colhendo, capinando, lavrando. Trabalhava na nossa terra e depois saía e trabalhava nas outras. (Entrevista Analídia)

Na mesma entrevista, Analídia salienta a importância desse trabalho nas propriedades, já que “as pessoas plantavam e colhiam de tudo, muita pouca coisa compravam”, sendo esses produtos importantes para a subsistência e as trocas com outros/as produtores/as. A História de Ondina também é semelhante, ressaltando a importância das redes de solidariedade existentes no campo:

Os vizinhos eram as pessoas, aonde eu nasci, por exemplo, eram uns vizinhos que uns ajudavam os outros. Outros, pessoas mais ricas moravam perto de nós, aonde nós trabalhava para esses mais ricos, para ganhar o dinheiro para a sua alimentação. Então dali que nós tirava a alimentação. Eu com onze anos de idade eu já trabalhava de peão por dia e eu ganhava o valor do homem e da mulher adulta, porque eu fazia o mesmo trabalho que os outros fazia. (Entrevista Ondina)

A mudança para a cidade irá alterar as ocupações, mas não a necessidade do trabalho para a subsistência dessas mulheres. A responsabilidade pela casa e filhos/as, vista como um trabalho não produtivo no meio rural, mas apenas reprodutivo, passa a configurar como as maiores oportunidades de emprego para essas mulheres na zona urbana, através de serviços como domésticas, babás e lavadeiras.

Rachel Soihet (1997) nos conta como, nos Estados Unidos, historiadores do trabalho feminino enfatizam a variedade de trabalhos essenciais e não remunerados realizados pelas mulheres, tais como o trabalho doméstico, a atividade no campo, a costura, a cozinha e a criação de filhos. Muitas delas irão adaptar ao contexto urbano essas estratégias, através da criação e da venda de animais, do cuidado de crianças de outras famílias, dentre outras. Essa dinâmica está fortemente presente nas entrevistas:

Eu lavava pra fora. Lavei muito pra fora. Só na fazenda do seu João Galvão eu lavei 13 anos. Não tinha água e nem luz. E passava roupa a ferro com brasa. (Entrevista Ana Lídia)

No decorrer da entrevista, Ana Lídia conta que esse trabalho dava-se na casa das famílias ricas da cidade, que podiam pagar por esses serviços, o que, no campo, era considerado

obrigação da esposa/mãe. Ainda sobre as diferenciações do trabalho em relação ao gênero, ela afirma que, para as mulheres, os serviços de doméstica e lavadeira eram “o que tinha na cidade para elas”, enquanto os homens “iam pras lavouras de arroz”. Os homens da família de Ondina, por exemplo, eram carregadores de pedra ou então trabalhavam como operários em uma olaria da cidade.

Nesse sentido, essa série de trabalhos destinados às mulheres na cidade não são por acaso. Todos eles estão ligados à noção de cuidado. Cuidado com o lar, com as crianças, com aquelas tarefas já vistas como naturais e realizadas de forma eficiente pelas mulheres, pelo simples fato de serem mulheres. Trazemos aqui o conceito de cuidado de Mariana Marcondes:

(...) o conjunto de atividades que cria as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho, e, portanto, abarcam os trabalhos de cuidado diretamente voltado às pessoas (crianças, idosos/as, pessoas com deficiência etc.), mas também os trabalhos rotineiros de limpeza da casa, higienização e alimentação. (2012, p. 94)

A autora traz a discussão da desvalorização desse trabalho, vista como uma atividade tradicionalmente feminina, muitas vezes não remunerada ou, mesmo se remunerada, desprestigiada social e economicamente. Carolina Pereira (2008) irá defender que a própria definição da identidade feminina está norteadada por um padrão de responsabilidade e cuidado, uma crença de que a inclinação para o cuidar é algo inerente a um “jeito de ser feminino”. Esse discurso vem sendo concebido por um longo tempo na História e determina até hoje os papéis da mulher na sociedade.

Esse trabalho de cuidados, realizado dentro de casa, torna-se um trabalho invisível, mas que acarreta em uma grande carga na vida dessas mulheres. Segundo Kergoat (2009), na divisão sexual do trabalho há a separação e a hierarquização valorativa das esferas produtivas e reprodutivas, sendo a primeira destinada aos homens e valorizada, e a segunda, compreendida como conectada à “natureza das mulheres”, sendo vista como inferior. Esse fato também é percebido, uma vez que, por mais que as mulheres saiam ao mercado de trabalho, os homens, por realizarem um trabalho considerado como produtivo, ainda são lidos como chefes do lar ou como provedores.

É importante compreendermos que essa noção de cuidado é presente no dia a dia dessas mulheres em todas as esferas de sua vida. No privado, em casa, esse papel continua sendo dela, mesmo que também exerça atividades fora de casa. Marlene, ao longo da entrevista, mostra como a dupla jornada de trabalho era presente em sua realidade. Após trabalhar de doméstica “porque o Dr. Adolpho precisava de mim para cuidar dos filhos e as crianças eram pequenas”,

ela “cuidava dos filhos, lavava roupa, fazia comida, limpava. Pra ir para o Adolpho deixava comida adiantada para eles”.

À inserção das mulheres no mercado de trabalho não houve uma contrapartida do homem no que diz respeito aos cuidados na esfera privada. Para Mariana Marcondes (2012), tampouco o Estado assumiu essa tarefa, através de serviços como creches, lares para idosos, serviços de saúde e outros equipamentos sociais adequados que pudessem tirar o âmbito dos cuidados das mãos de mulheres. Em caso de doença ou cuidado com idosos, por exemplo, são justamente elas, as esposas, filhas, sobrinhas, etc; que terão de se ocupar com tal atividade. Faz parte de uma naturalização de que o cuidado é algo da figura feminina. Se ela sai pra o trabalho externo, é necessário que haja a garantia de que ela mantenha o cuidado quanto ao seu lar ou a sua família.

No trabalho em questão, tratando-se da década de 1970 e do início da urbanização de uma cidade do interior, temos ainda mais dificuldade em encontrar serviços assistenciais que possam preencher essa lacuna. Para as famílias de classe média, a transferência desses cuidados poderia ser feita, mediante pagamento a uma mulher da classe trabalhadora, a fim de que realizasse esse tipo de tarefas e, algumas vezes, liberasse a mulher de classe média para outro tipo de empreendimento. Marlene, mulher negra, trabalhava para que Vera, mulher branca e de classe média, pudesse deixar seus filhos e os trabalhos domésticos em casa para administrar seu próprio negócio.

Eu fazia todo o serviço da casa e ajudava a cuidar das crianças. O Adolpho saía para o consultório, a Vera tinha loja. E eu tomava conta da casa e reparava as crianças e tinha outras meninas para ajudar a cuidar dos filhos. Eram “medonhas”, Fernanda e Daniel. (Entrevista Marlene)

Fica claro, assim, que as dinâmicas envolvendo o trabalho das mulheres na cidade vão ser interseccionais. Gênero, classe e raça estão ligados nesse sistema, no qual os cuidados são transferidos para outras mulheres, de classes diferentes e, muitas vezes, de outra raça, continuando a perpetuar a ideia de uma habilidade própria do gênero feminino para esse tipo de serviço.

Também cabe ressaltar uma situação própria das relações de trabalho na esfera dos cuidados. Jurema Brites defende que a manutenção da hierarquia dentro da lógica dos serviços domésticos é reforçada por uma “ambiguidade afetiva” entre os empregadores – sobretudo as mulheres e as crianças – e as trabalhadoras domésticas, ressaltando que

Nas negociações de pagamentos extrasalariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres e trocas de carinhos com as crianças é impossível deixar de reconhecer a existência de uma carga forte de afetividade. (2007, p. 93)

Nas entrevistas, podemos perceber que isso se sustenta na realidade das pesquisadas. Marlene fala com carinho de Fernanda e Daniel, as crianças “medonhas” de que cuidara. Isso fica mais claro ainda no discurso de Eleonor, a qual se vê como parte da família na qual trabalhou, tratando o filho dos patrões como seu próprio filho: “E daí eu trabalhei nove anos com ela. Criei o gurizinho, até agora ele me chama de vovó. Ele é mesmo que um filho. Coisa mais linda aquele meu filho.”

Essa dinâmica, presente em muitas falas de trabalhadoras domésticas, inclusive nos dias atuais, ajuda a mascarar relações de exploração. Jurema Brites (2007) defende que esse afeto envolvido não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno. Essas relações de exploração no mercado de trabalho também são demonstradas nos relatos das entrevistadas para a presente pesquisa, como será explorado no próximo subitem.

3.4. Os Modelos de Indivíduo na Ditadura

Quando ao modelo da figura feminina, além da predisposição e habilidades necessárias às tarefas do cuidado, era esperado que as mulheres tivessem outras características para o período em questão. Os papéis de gênero sempre foram cruéis com as mulheres, mas na época da Ditadura Civil-Militar temos peculiaridades no que tange a esses rótulos, algo que se pretende explorar aqui, através de exemplos retirados do jornal *A Palavra* e que ajudam a lançar uma luz sobre o período e os comportamentos esperados das mulheres na cidade.

Para a Ditadura Civil-Militar, o cidadão ideal era aquele seguidor dos valores cristãos e da “sagrada instituição da família”, pois essa conduta colaborava com a manutenção da organização sócio-política do período. Para manter esta estrutura desejada, o Estado preocupou-se de forma incisiva com a degradação da “moral e dos bons costumes” de seus cidadãos. Essa degradação, vista como a desestruturação familiar e os chamados “desvios sexuais” foram atrelados ao comunismo e, dessa forma, deveriam ser combatidos.

Para construir um ideário patriótico, as identidades de gênero foram mobilizadas. A mulher e os/as jovens, considerados a parcela mais vulnerável da população em relação ao desvio da moral, recebiam atenção especial nessas políticas. Um exemplo disso é a disciplina de Educação Moral e Cívica, ideia aproveitada da política do Estado Novo e do integralismo, obrigatória nas escolas, e preocupada com a formação dos jovens, a formação de um cidadão ideal para o período. Thiago Silva (2011) destaca como as atribuições de características

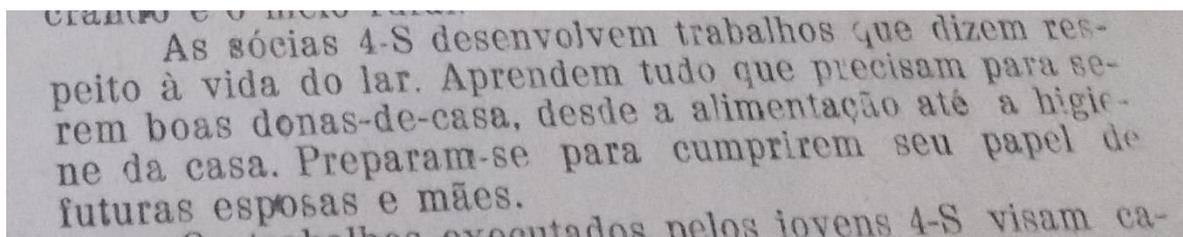
específicas a homens e mulheres, e a naturalização de determinados tipos de comportamentos, vão configurar uma espécie de modelo ideal de cidadão e cidadã, considerados absolutamente necessários naquela conjuntura sócio-política.

O autor ainda ressalta a importância de refletirmos sobre essas iniciativas do Estado através da educação e seu viés de gênero. Fazer esse caminho, para ele é ir ao encontro do proposto por Joan Scott (1990), referência no presente trabalho no que diz respeito a gênero e transformações sociais:

Refletir sobre as iniciativas estatais em torno da educação e seu viés de gênero seria pensar na proposta da historiadora Joan Scott (1991) quando esta formula que as relações de gênero são uma primeira forma de dar significado às relações de poder. Ter a dimensão de que as preocupações com as questões comportamentais e referentes à sexualidade estão inseridas dentro de um projeto para o país que procura articular aspectos da segurança nacional caracteriza bem a proposta lançada pela historiadora. (SILVA, 2011, p. 4)

De acordo com Torres (2010), a defesa da “moral e dos bons costumes” era vista, principalmente, como uma atribuição das donas de casas, pois elas deveriam criar seus filhos dentro de determinados preceitos contra o “comunismo ateu que desagregaria a família brasileira”. Dessa forma, preparar as meninas para serem boas mães e esposas era necessário. O jornal *A Palavra* trazia esse assunto seguidamente em suas páginas:

Imagem 8:³¹



A organização de clubes de jovens rurais denominados Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir) tinham como foco a “modernização” das práticas agrícolas, inspirados no modelo norte-americano dos chamados Clubs FourH (Head, Heart, Hands, Health). Eles eram formados por jovens entre 10 a 21 anos, filhos e filhas de pequenos e médios proprietários rurais, tendo como foco a força difusionista dos jovens.

³¹ *A Palavra*, 07/10/1972.

Claiton Silva (2002) nos alerta como os trabalhos desses clubes e o controle dos mesmos estava vinculado à Ditadura Civil-Militar:

Os trabalhos de Extensão Rural trazem consigo um elemento político embutido. Afinal, estamos falando de um momento em que o Regime Militar passa a controlar as atividades sociais que julga serem relevantes (...). Portanto, as relações entre Extensão Rural e os centros político-administrativos (estadual ou federal) são estreitas. (2002, p. 11)

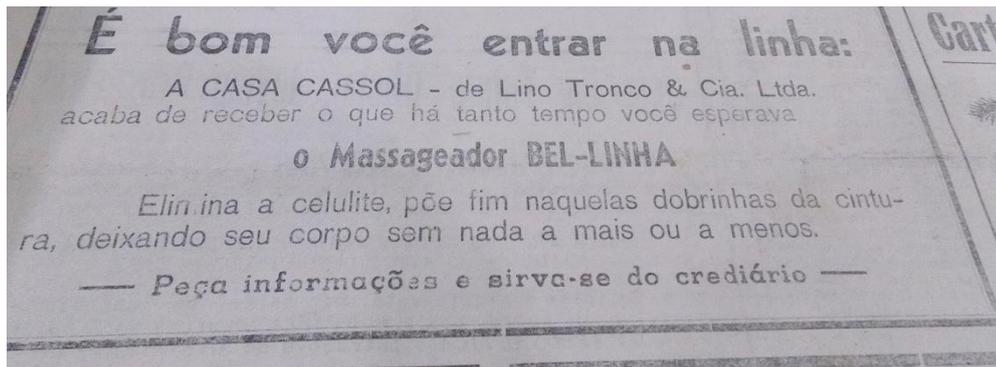
Mesmo tendo como mote a extensão rural, o grupo deixava claro o papel defendido para as mulheres. A divisão de saberes dentro do 4-S já dava mostras disso, ao ensinar os meninos sobre trabalho na lavoura, uso de fertilizantes, dentre outras atividades consideradas masculinas. Enquanto às mulheres era relegado, além dos saberes do campo, os ensinamentos sobre cozinhas e cuidados, como fazer doces e cuidar de ferimentos. Segundo Claiton Silva (2002):

Faz-se necessário informar que, apesar de meninos e meninas participarem das reuniões, as atividades práticas dos meninos eram orientadas pelo extensionista rural, e com as meninas, a orientação dava-se por parte da extensionista social. A equipe de trabalho da Extensão Rural era constituída por um que técnico realizava atividades com agricultores e filhos de agricultores enquanto a economista doméstica trabalhava com senhoras e moças. Enquanto os homens recebiam orientação em relação ao trabalho com sementes e adubos, por exemplo, a economista doméstica realizava os seguintes trabalhos: Educação Sanitária (para o lar, propriedade e pessoas), proteção de nascentes e poços (para obter água potável), uso do filtro e água fervida, construção de privadas, buraco para o lixo. (2002, p. 50)

Vemos uma clara distinção no que diz respeito a gênero já no campo. Além disso, a preocupação com a aparência deveria ser uma parte importante da vida dessas jovens trabalhadoras do campo e depois da migração trabalhadoras urbanas. A postagem abaixo é um exemplo significativo da intersecção entre controle das mulheres e a defesa de um padrão de beleza que, considerando os exemplos no jornal, era branco e magro:

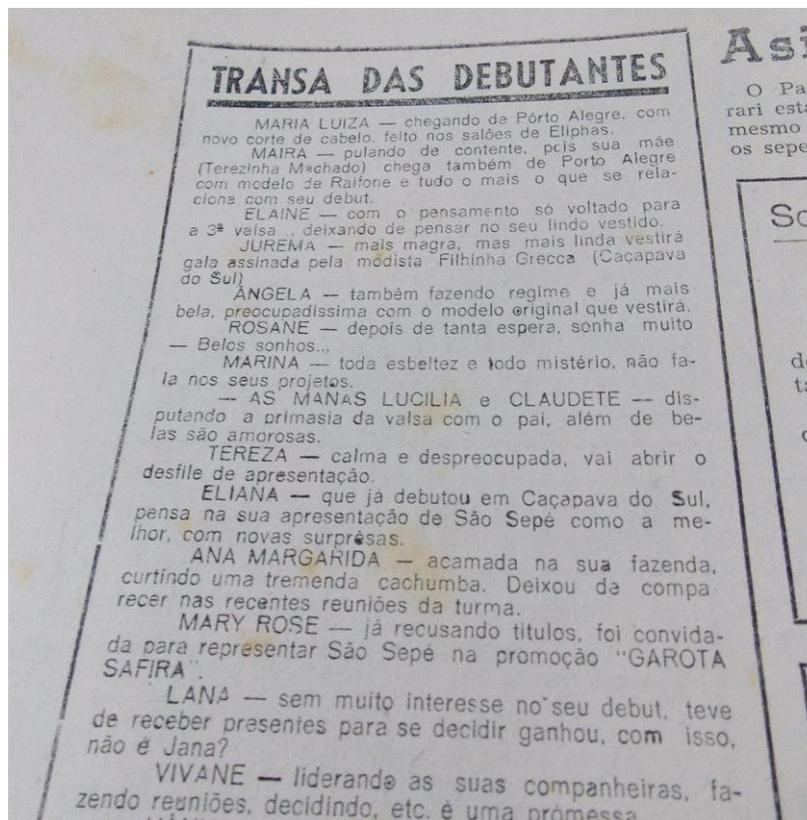
Imagem 9:³²

³² *A Palavra*, 04/10/1972.



Sabemos que palavras não são apenas palavras, mas são escolhidas a fim de validar determinados discursos. O uso de “entrar na linha” aqui não era por acaso e dava claros indícios do papel esperado pela mulher. Além disso, encontramos outros exemplos de dominação e imposição às mulheres, seja na propaganda, seja em divulgação de espaço para essas jovens. Eventos como baile de debutante e concursos de beleza também eram recorrentes na página do jornal, e ajudam a confirmar como o cuidado com a aparência era visto como atitude fundamental para as mulheres:

Imagem 10:³³



³³ A Palavra, 09/09/1972.

O anúncio evidencia um ritual bastante comum às famílias, o da festa de 15 anos das meninas, momento em que eram vistas como mulheres adultas. O que aparece nos trechos são louvores a beleza e preocupações com estética. É bastante simbólico que as mulheres sejam, assim, apresentadas em sua primeira vez oficialmente como mulheres no espaço público. Em outra imagem podemos ver mais acerca disso:

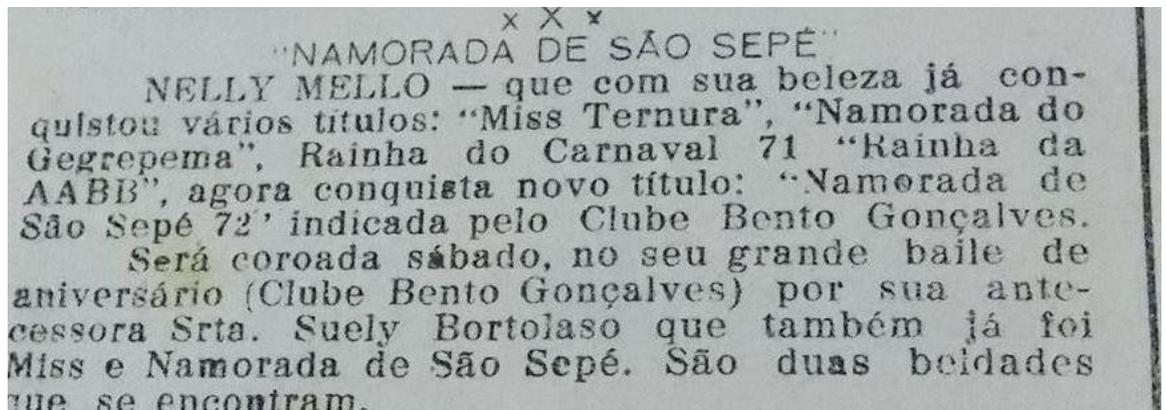
Imagem 11:³⁴



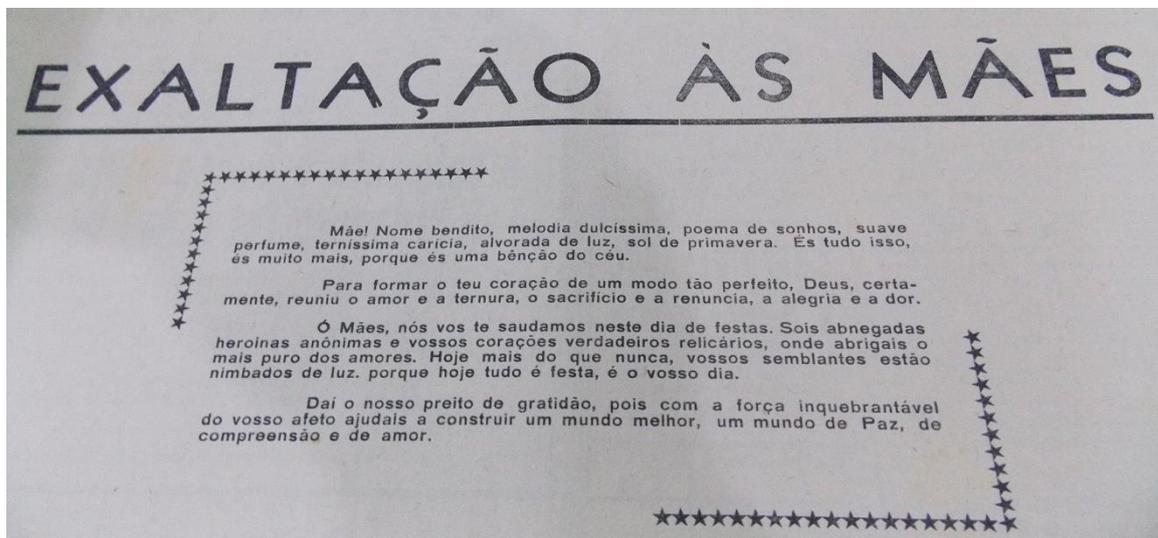
Cabe ressaltar, que as mulheres citadas no jornal possuem um recorte de classe bem específico, sendo parte de famílias da classe dominante da cidade. Podemos, assim, perceber que as opressões de gênero também chegam a outros grupos que não só as trabalhadoras, mas com outras configurações, levando em conta os privilégios de classe e raça de que gozam.

A aquisição de vestidos originais feitos por “modistas”, os penteados exclusivos, dentre outros bens e serviços, mostram que não são poucos os recursos necessários para poder participar desses eventos e aparecer nas páginas dos jornais. O local do baile de debutantes, o Clube do Comércio, também traz indícios disso, por ser tradicionalmente um local das classes dominantes sepeenses, mantendo até hoje as festas mais caras da cidade, dentre os clubes existentes. Os concursos de beleza também aparecem como uma forma de reforçar a importância desse atributo para as mulheres. Podemos ver na chamada do título “namorada de São Sepé” algo nesse sentido:

³⁴ A Palavra, 23/08/1971.

Imagem 12:³⁵

Considerando outro grupo, das mães, outra abordagem é presente na construção do discurso. Elas são vistas como as principais mantenedoras da instituição familiar, tão cara a esse período. Porém, a necessidade de enquadramento em estereótipos se mantém, mas agora com um novo aspecto em evidência. A exaltação a figura materna é frequente, como exemplificado abaixo:

Imagem 13:³⁶

O poema, divulgado nas proximidades do natal era estímulo à participação de projetos assistenciais e de cuidados. A figura da mãe era naturalmente ligada a estereótipos como

³⁵ A Palavra, 21/08/1971.

³⁶ A Palavra, 18/12/1972.

cuidadoras, amorosas, dentre outros. Os “elogios” eram pela sua atuação na esfera privada, do lar. Mesmo no lar, percebe-se qual espaços a elas estava reservado, na salvaguarda da família. No máximo, no espaço público, o que se exercia eram funções que manteriam a lógica da mulher em termos de cuidado. Essas ações, ao focarem em atividades paliativas, que não buscavam a solução ou alteração do sistema, impediam que se discutissem a fundo os problemas e/ou se contestasse a ordem vigente. Exemplos disso são os clubes de mães e suas atividades, como podemos ver nas imagens seguintes:

Imagem 14:³⁷

Fundado o Clube de Mães do Colégio Estadual São Sepé

No dia 26 de maio p. p. foi eleita e empossada a 1ª diretoria do Clube de Mães, do Colégio Estadual São Sepé. No cargo de presidente foi eleita a sra. Vera Pires Pacheco; para vice-presidente foi escolhida a professora Céu Barcellos Pfeifer; 1ª secretária, sra. Maria de Lourdes Vargas; 2ª secretária, sra. Eny Rosa Gomes; 1º tesoureira, sra. Áurea Pires Pacheco; 2º tesoureira, sra. Odi Brum Motta. CONSELHO FISCAL: sras. Lilia Pires Capuano, Themis Brenner Dornelles e Zaira B. Pfeifer. DEPARTAMENTO SOCIAL: sras. Ila Lara Simões, Alice Schmidt, Helena P. Brum e Ivonir N. Picada. DEPARTAMENTO CULTURAL: sras. Marizia Kaabas, Celeste La Rocca, Maria A. Gonçalves e Nemis P. La Rocca.

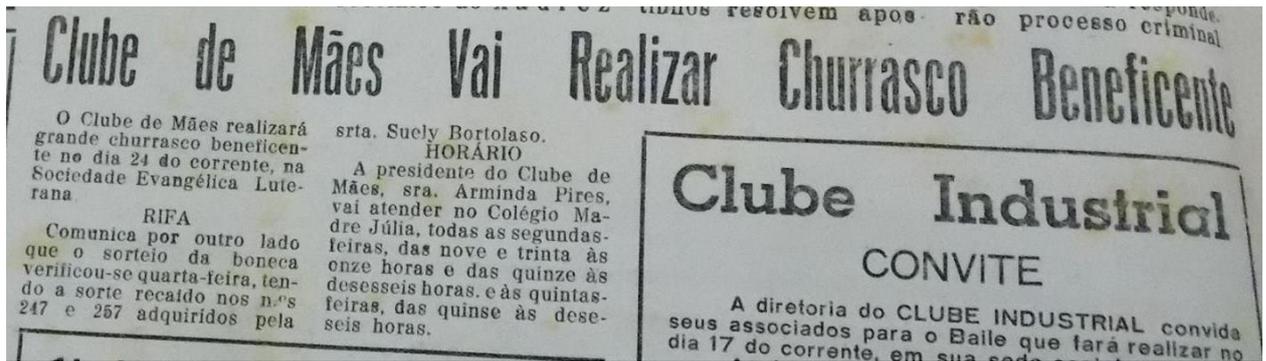
BIBLIOTECA
A Biblioteca do Colégio Estadual São Sepé recém em formação já recebeu ricas doações por parte da Arrozeira Sepeense S/A., Cooperativa Triticola Sepeense Ltda. e Cerealista Sepeense Ltda.

A direção do Clube de Mães além da campanha em favor da Biblioteca vai encetar outra para construção da calçada fronteira ao Colégio.

Imagem 15:³⁸

³⁷ A Palavra, 02/06/1973

³⁸ A Palavra, 16/09/1972.



Nas imagens, podemos ver algo comum à realidade dos anos 1970 em São Sepé. É constante a atuação de clubes de mães e de mulheres na comunidade como a ala feminina do Lions. Nesses espaços, assim como no “clube 4 S”, o espaço reservado às mulheres é justamente o de cuidadoras, só que dessa vez no espaço público. Elas ocupam as coletividades da cidade não como líderes políticas ou decisórias nos assuntos da cidade, mas atreladas a imagem de caridade ou de auxiliares das escolas. Não que haja demérito nessas atividades, mas elas já demonstram simbolicamente o que estaria destinado às mulheres. A imagem é também de consolidação de um conservadorismo entre elas.

Pensando no Brasil desse momento, muitas mulheres, inclusive, participaram ativamente da “luta contra o comunismo”. Cordeiro (2009) nos alerta que essas mulheres se apresentavam como esposas, mães e donas de casa, buscando mostrar como o comunismo poderia destruir a família, a Igreja e o País. Podemos perceber, deste modo, como não havia a preocupação em se romper com o modelo tradicional de família. Essa luta fazia com que a mulher saísse de casa para proteger estes interesses, não para contestar a opressão em que vivia. A emancipação desta mulher era algo que não pertencia à ordem natural das coisas e, desta forma, deveria ser combatida. Esses papéis de mães, esposas e donas de casa lhe davam legitimidade para as ações.

O reforço ao papel de cuidadora, que se traduz, inclusive, nas possibilidades de trabalho, o estímulo a atividades que não rompam com a estrutura desejada para o período, assim como a valorização de atributos superficiais como a aparência, são estratégias mobilizadas a fim de impedir a real emancipação dessas mulheres. Os símbolos culturais irão evocar representações acerca dos sexos e os conceitos normativos, colocando em evidências as interpretações desses símbolos, irão funcionar como delimitadores do masculino e feminino. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e ajudam a reforçar uma oposição binária que irá afirmar de forma categórica os sentidos do masculino e feminino. Papéis como os estabelecidos irão cumprir uma primazia nas relações individuais e

coletivas, havendo pouco espaço para além disso. A ideia de liberdade é assim não plena, visto que essas mulheres precisam ocupar padrões aos quais a sociedade espera delas. Segundo Orozco (2007):

Hombres y mujeres tienen una presencia diferencial en las cadenas. Ellos tienden a ser sujetos beneficiarios más que a asumir responsabilidades sistemáticas en la provisión de cuidados. Esta responsabilidad tiende a recaer en las mujeres, quienes suelen asumir un protagonismo activo. En todo caso, la extensión y forma de las cadenas dependen de la distribución intrafamiliar de los cuidados. Dependen también de otros factores como la existencia de servicios públicos de cuidados, el peso del sector empresarial organizado, las políticas migratorias, la regulación del empleo doméstico, etc. Las cadenas conectan múltiples modalidades de cuidados en diversos escenarios: el mercado, lo doméstico, instituciones públicas o privadas sin ánimo de lucro... Y esos cuidados se mueven por lógicas distintas: una persona individual puede cuidar porque busca un salario y/o estar movida por sentimientos de afecto, responsabilidad, coerción, culpa... Si los cuidados se proporcionan a través de una empresa, siempre habrá un móvil de obtención de beneficio, mientras que si se proporcionan en una institución pública, el objetivo será proporcionar derechos sociales.(2007, p. 3)

Essa perspectiva vai ao encontro de uma noção em que o gênero, construído socialmente, pode ser um aprisionador no campo das relações de trabalho. Esta visão conecta as múltiplas estruturas da sociedade, demonstrando que os diversos fatores que constroem a cidade influenciam direta ou indiretamente em padrões, sejam na questão das relações do ambiente privado ou público.

Entretanto, não podemos achar que atitudes de resistência não existiram. Basta lembrarmos que foi justamente durante a Ditadura Civil-militar que o movimento feminista e os movimentos de mulheres, no geral, passaram a ter maior visibilidade no País.

Nessa pesquisa, também, pôde-se perceber ações de resistência por parte dessas mulheres, mesmo que de forma indireta. O estímulo e a supervalorização dadas para a educação de seus filhos e filhas, por exemplo, pode ser encarada como uma dessas ações, pois enfrentava a estrutura tradicional de falta de educação da parcela trabalhadora e pode ser vista como um passo visando a melhoria das condições de vida, o que denota uma crítica a essas mesmas condições.

Ondina, em certa parte da entrevista, deixa claro que a exploração é sentida nas relações de trabalho ao afirmar: “Eu, como minha pessoa, nunca achei desrespeito, achei exploração. Ganhar pouco e trabalhar muito. Se trabalhava muito, se trocava sol por lua e se ganhava quase nada.”. Marlene, contando sua História, também mostra as práticas desrespeitosas e de

enganação dos patrões, calcadas na falta de conhecimento das trabalhadoras acerca de seus direitos:

Ele assinou (a carteira) uns tempos, depois parou de assinar. Aí vi que ele não tinha cumprido com a assinatura da carteira. (risos) Me fez falta para me aposentar, mas aí eu tinha outros descontos do INSS, porque eu trabalhava em um outro restaurante, lá nas laranjeiras, lá fora e sobrou...sobrou assim, tempo de INSS. Aí me aposentei. (Entrevista Marlene)

Vemos, pela entrevista, que direitos trabalhistas nem sempre eram respeitados, principalmente se considerarmos as experiências das mulheres. Em muitos espaços, a própria não demarcação de acesso a todos os direitos, como o caso da carteira assinada e de direitos de aposentadoria, mostrava o menor valor dado ao trabalho feminino, o qual já era pago com menor salário e ainda tinha mais vulnerabilidade em relação a direitos.

Eleonor também fala das dificuldades do trabalho doméstico na cidade a partir de sua perspectiva:

Pra mim era mais difícil porque na casa dos outros é difícil a gente trabalhar. A gente nunca tá se achando bem, faz uma limpeza e acha que não tá bem, uma comida também tá sempre desconfiada e no interior não, a gente ia pra lavoura, trabalhava as roça e vinha pra casa fazer feijão, arroz, abóbora, tudo bem bom, que aí era da gente. Trabalhar de empregada não é muito bom. Isso te digo porque trabalhei bastante. (Entrevista Eleonor)

Essas leituras acerca das realidades, assim como as ações de resistência, como as demonstradas, podem até ser vistas como pequenas, considerando um panorama geral, mas mostram a consciência dessas mulheres acerca da exploração vivida no mercado de trabalho, algo que inclusive foi mais difícil de encontrar nas figuras masculinas. Aqui defende-se que, na maioria das situações encontradas nesse pequeno município foram as mulheres que protagonizaram ações de indignação e de questionamento quanto a estrutura a qual estava colocada a família trabalhadora.

Refletindo acerca da necessidade de se pensar a mulher nesse contexto de Ditadura e percebendo as nuances de sua exploração e de como elas foram figuras centrais nesse processo de migração, é preciso compreendê-las em seus motivos, senão a síntese da migração e da chegada na cidade ficaria com muitas lacunas. Assim, são elas que irão, em muitos momentos daquela conjuntura, apesar de suas opressões, dar continuidade aos processos históricos e transformações.

3 – A POLÍTICA EM SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

Transformações, processos e ressignificações. Todos esses são elementos que tocam a política sepeense nesse período tão conturbado que foi a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Em especial, o capítulo abordará as disputas e as mudanças envolvendo as transformações macro e suas articulações com o micro, sobretudo no campo político, evidenciando como o Golpe de 1964 alterou toda a estrutura política local, inserindo um novo grupo no poder.

São essas mudanças, em conjunto com as práticas adotadas a partir de então, que serão tema do capítulo. O foco temporal se dá até o ano de 1974, quando teremos o começo do fim do ciclo direto de poder da ARENA na Prefeitura, estabelecido à força em 1964, em conjunto a uma variedade de práticas conservadoras e que ampliaram o poder de um setor da elite agricultora do Município.

Além disso, outras discussões serão feitas em relação à representatividade dos trabalhadores e trabalhadoras na política. Da mesma forma também será feita uma rápida reflexão, a partir de relatos, de práticas repressivas policiais, e de como houve a manutenção e o aprofundamento de uma visão elitista de sociedade e dos periféricos/as como figuras indesejadas na sociedade sepeense.

3.1. Os Periféricos, as Classes Dominantes e os Espaços de Memória

Um dos pontos básicos do trabalho são seus sujeitos de estudo, os trabalhadores e trabalhadoras de São Sepé. É importante demarcar isso para se opor a generalizações. A pesquisa não aponta para uma reflexão acerca de toda sociedade sepeense. A pesquisa, inclusive, tenta demonstrar o quão questionável é a ideia de “sociedade sepeense”. A abstração sociedade coloca-se como um termo generalizante que muitas vezes pode funcionar com um apagador de grupos e classes sociais envolvidas nos processos históricos.

Pensemos, por exemplo, na ideia de “sociedade brasileira”. Esse termo, por longo de muito tempo, pode esconder sob uma falsa generalização os grupos mais excluídos da população brasileira ao construir uma dita História dita Nacional. Compreender que grupos perdem a voz no passado ao adotarmos conceitos generalizantes é importante ao pensarmos uma pesquisa como essa. Para constituir um passado de São Sepé, especialmente, esse entendimento foi fundamental nas abordagens metodológicas, uma vez compreendido que, da

forma que as memórias fossem abordadas, poderiam omitir sujeitos e grupos que compuseram aquela “sociedade”.

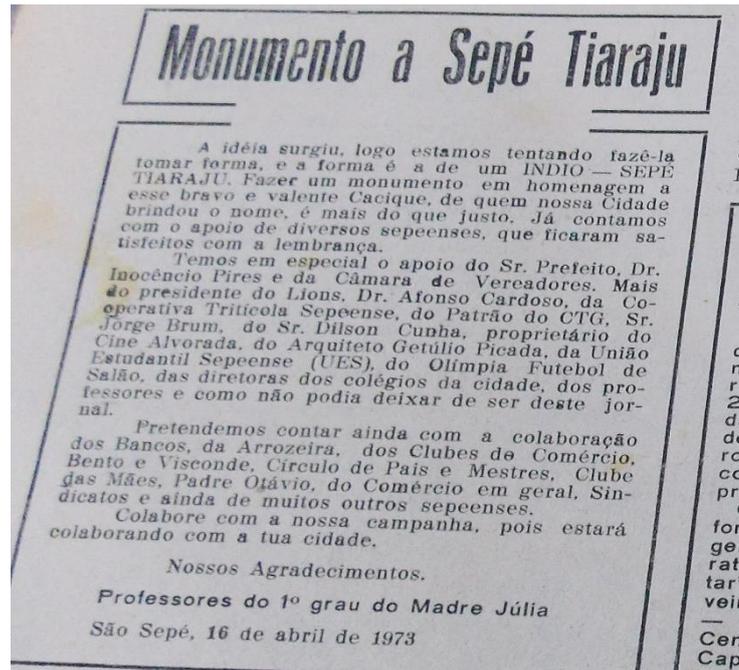
Dessa forma, a primazia desta pesquisa passa pela ideia que o Brasil, como qualquer país, possui uma dinâmica social complexa e que precisa ser compreendida dentro de outros conceitos tais como “classe”, “gênero”, “culturas”, etc. A “sociedade” sepeense, entendida assim, não é homogênea, longe disso. Ela é um campo de disputa e de hegemonia entre segmentos socioeconômicos e políticos, como qualquer outro espaço do País. Em meio à Ditadura isso fica bastante destacado e, justamente, fugir de uma pretensa harmonia social e generalização será uma das práticas aqui colocadas.

Tal ponto é fundamental a ser destacado, visto que não teria sentido uma origem e narrativa da História do Município por uma perspectiva generalista, considerando apenas as perspectivas de um grupo ou classe como se fosse o todo. Não é propósito contar a História de uma cidade (ou de um Estado), generalizando ideias e visões de mundo pelo viés de um único grupo hegemônico. Este é um desafio, visto que são justamente as classes dominantes locais que, muitas vezes, deixam seus resquícios de outros tempos. São elas que, através do poder exercido nos mecanismos de Estado ou pelo domínio midiático é que irão deixar seus rastros do passado.

Se considerarmos a maior parte da trajetória dos processos de desenvolvimento de diversos modos de produção e de variadas formações históricas, são justamente as classes dominantes que detém os meios de produção, aquelas que constroem suas estátuas, erguem monumentos para si ou de seus antepassados e, por dominarem a “cultura letrada”, também, na maioria das vezes, contam as suas memórias como único passado possível. Quem detém o passado são os capitães, são os coronéis, são os “ricos” fazendeiros, são os padres, são todos os membros da classe dominante. Não se sabe as origens dos bairros periféricos, não se sabe a origem das famílias trabalhadoras.

Não é por menos que, hoje, um dos grandes ícones da cidade é o “fogo de chão”, uma chama que brilha os valores dos patrões estancieiros há mais de um século e segue, a cada comemoração da “Revolta Farroupilha”, reproduzindo os mesmos valores elitistas dos fazendeiros e patrões de “Centros de Tradições Gaúchas”. Observemos também a questão de outra figura, a que dá nome a cidade:

Imagem 16:



Atente-se para a forma como o indígena é demonstrado nas primeiras linhas. Essa é uma forma bastante comum que aparece também nos demais registros da cidade. Não seria por menos que a figura do “índio Sepé” tem um viés “europeizado”, nas mesmas linhas que os românticos do século XIX apresentavam os/as indígenas. De indígenas reais há pouca ou nenhuma representação. Por essa ideia, a cultura indígena brasileira contemporânea, ou da época dos Sete Povos, é apagada pelo viés do heroísmo quase que único de Sepé e pelo trabalho sobre o conceito de “bravura” e “valentia”, além de outras características, balizadas em padrões e qualidades de europeus.

Assim, é importante demonstrar que a rememoração do passado não é um fato dado, mas sim um terreno de disputas. O que restou dele como síntese no presente, as memórias que se sedimentaram enquanto História, o foram sob os interesses de certos grupos. O que se transformou em nome de ruas, praças e monumentos, não foram de toda a “sociedade sepeense”, mas de alguns grupos e seus interesses. Os grupos que celebram uma estátua a Sepé com tais trejeitos são justamente grupos que fazem parte das camadas dominantes do Município. Podemos observar nesse caso, desde CTGs, escola particular, clube Lions, COTRISEL, alguns proprietários locais, os quais demonstram através desse exemplo como os espaços de memória muitas vezes são construídos e mesmo uma figura indígena tem seu significado esvaziado. Serão importantes, neste ponto, as reflexões de Pierre Nora (1993), no que se refere a uma conceitualização dos chamados *espaços de memória*, dominados por um grupo. Segundo ele:

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual, sacralizações passageiras de uma sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplana os particularismos; diferenciações efetivas de uma sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (1993, p. 09)

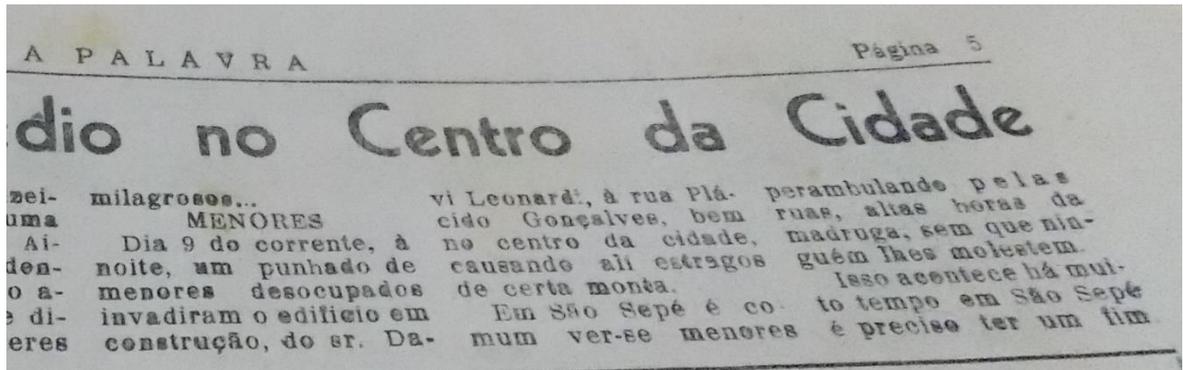
São muitos os pontos que chamam a atenção nas ideias de Nora, mas, neste caso, destaco como esses locais representam apenas determinadas classes e famílias. Em São Sepé isso não é diferente e que houve (e há) batalhas de memória sendo travadas mesmo em nomenclaturas. Mesmo na forma como o Estado, ali representado pela Prefeitura, demonstra o que passou, ilustrando a História com as memórias de apenas alguns grupos. Nesse sentido, é preciso, em primeiro lugar, pensar em quais locais de memória estão os sujeitos e de que forma constroem-se diversos imaginários e noções identitárias sobre estes espaços. Apenas com tais reflexões se pode colocar em que medida as batalhas de memória foram travadas e ainda propor novos vieses de entendimento do passado, de uma forma mais plural e menos centralizada.

Considerando o jornal *A Palavra*, uma das fontes estudadas, percebeu-se quais locais eram, na época, considerados relevantes social e politicamente e como, ao longo da História, constrói-se uma legitimação destes espaços como locais de consagração do passado na cidade (de um ponto de vista oficial). É notório que esses locais não são de “posse” e de apropriação de todos os cidadãos e cidadãs que viveram (e vivem) no Município.

Entretanto, legitimou-se em São Sepé uma concepção de que espaços centrais, tal como a Praça das Mercês, um conjunto de ruas em sua volta, a Igreja Católica (bem como suas dependências de casa e salão paroquial), o “Clube do Comércio”, as estátuas de “grandes homens” do passado, dentre outros, demonstram a História do Município. Que se tornassem espaços de memória de todos os munícipes é já questionável, mas mais ainda indaga-se acerca do fato de outros espaços periféricos e outras memórias não se tornarem também espaços de História. Observemos uma das reportagens do Jornal *A Palavra*:

Imagem 17³⁹:

³⁹ *A Palavra*, 18/11/1972.



Essa reportagem chamada “Menores depredam prédio no centro da cidade” é trazida para discussão não no intuito de discutir a questão da criminalidade, mas de explorar algo que fica evidente ao longo de várias reportagens da página policial e de artigos, os quais reforçam a ideia de um centro que não deve ser acessado por aqueles que não encaixam no padrão de indivíduo, modelo já discutido no capítulo 2.

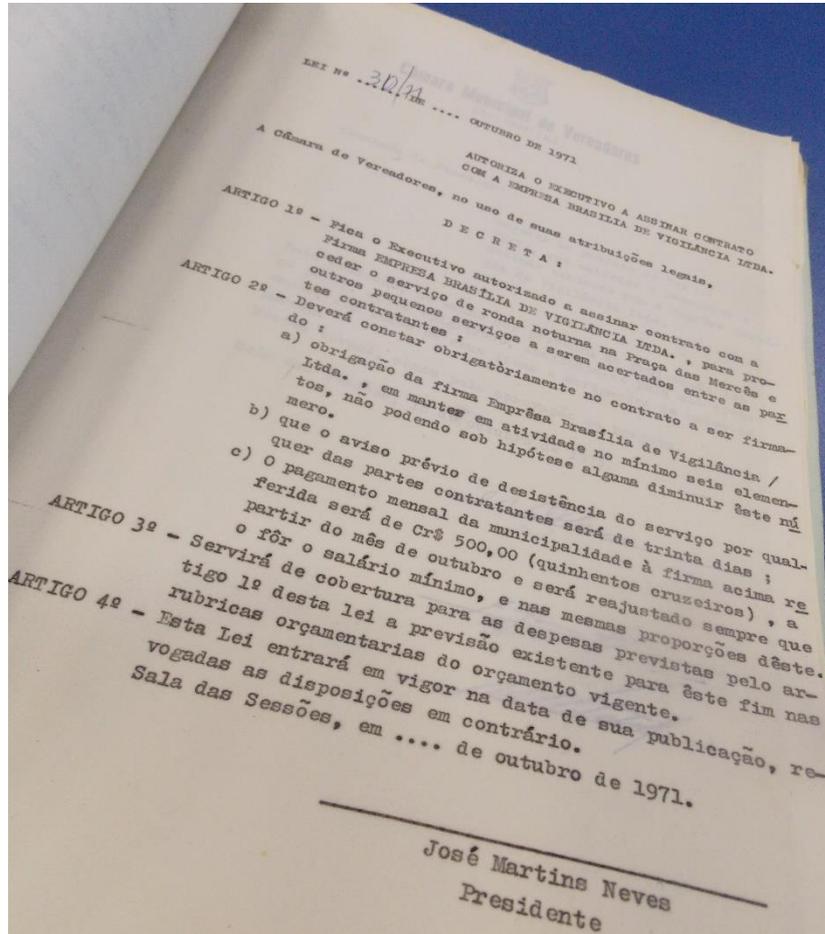
Quando o texto fala “é comum ver-se menores perambulando pelas ruas, altas horas da madrugada, sem que ninguém lhes molestem” (sic), o que está em questão não é a figura do jovem, mas a figura de um jovem específico, do jovem periférico, filho das camadas trabalhadoras. O que está em jogo é um moralismo muito claro em que posturas fora do padrão esperado seriam mal vistas. Esse mesmo ódio ao jovem e a uma postura que não se encontra nos padrões esperados é encontrado em outros discursos, como um que o pároco da cidade pede que “as autoridades tomem uma providência”. Não fica clara qual providência seria, mas se dá uma ideia de que ela venha por parte da polícia ou da Prefeitura.

O que se percebe aqui é que a área central, considerada nobre, não seria para essas pessoas. Evidencia que, como os bairros de trabalhadores/as e a quantidade de pessoas na cidade cresce vertiginosamente, acentua-se também o número de trabalhadores/as utilizando-se de espaços que as classes dominantes locais consideram como seus. Esse preconceito de classe fica também mais evidente e aparece em colunas e reportagens que tratam de debater os “problemas sociais” da cidade, como é o caso da reportagem acima em que se fala, sem muitos apontamentos claros que “esse problema precisa ter um fim”. Como veremos da postura policial violenta, a partir de 1964 na cidade, pode-se ter pistas de que tipo de fim isso quer dizer, em que pese uma polícia que irá tratar com truculência os que não se encaixem em um padrão desejado, que não façam parte da classe dominante local.

Ao menos uma das questões concretas levadas a cabo pelo poder público estava presente em um projeto chancelado pelo Legislativo Municipal, e implementado em 1971, uma das

poucas medidas registrada em documento oficial por parte do poder público municipal. Abaixo na imagem:

Imagem 18:⁴⁰



Nesse contexto, podemos ver que o poder público assinou contrato com a empresa “Brasília de Vigilância LTDA”. A assinatura dos termos vem como resposta direta à questão de “proteção” do centro da cidade e pressões por parte dos habitantes dessa Região. A partir de outubro de 1971, a empresa ficaria contratada para efetuar rondas noturnas na Região do entorno da Praça das Mercês. Logo, o poder público passou a dispender de mais um gasto na área de “segurança e proteção” dessas zonas, reservando parte de suas verbas para tal atividade prestada por empresa privada.

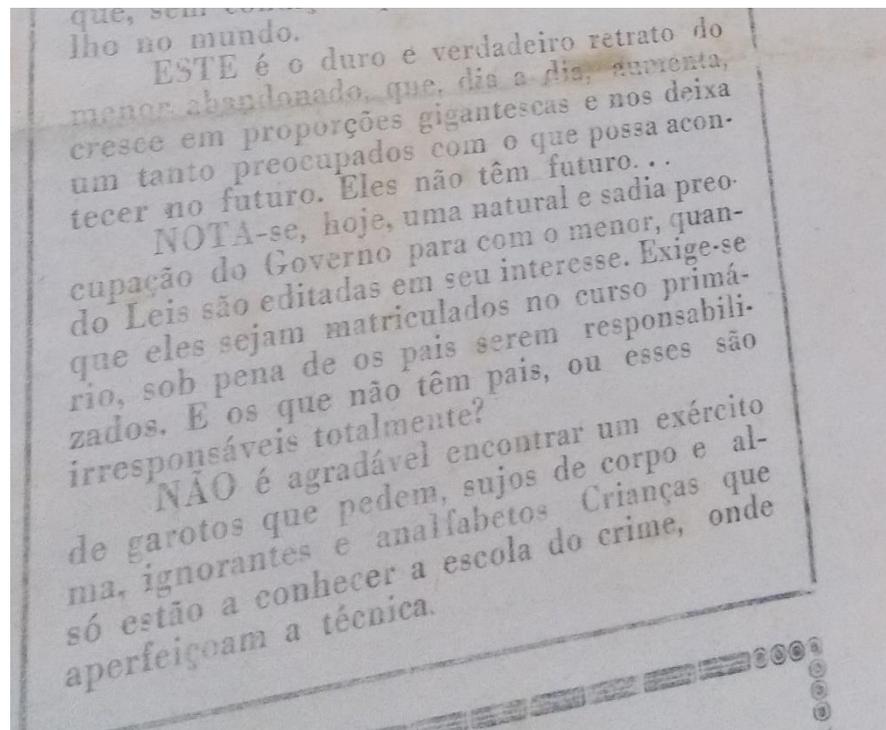
A questão, no entanto é: por que apenas zonas centrais receberiam tal ronda? Evidente que o que está em jogo é justamente o interesse de apenas um grupo, visto que tal serviço de “segurança” se ocuparia apenas da região mais nobre da cidade. Para, além disso, vale alertar

⁴⁰ Ata da Câmara de Vereadores de São Sepé, datada de 30 de outubro de 1971.

também que, se há essa demanda (e conseqüente implementação) de um serviço extra do tipo (além da Polícia Militar), é porque haviam grupos que incomodavam a essas pessoas em circulação por ali. Nos jornais da cidade, como se vem demonstrando, o que se vê é que, principalmente, há uma repulsa a qualquer grupo de periféricos que andem nessas áreas centrais. Ainda mais quando se fala do período noturno.

Para exemplificar essa situação, reportagem trata de tais “problemas sociais”. A mesma situação recorrente do aumento de menores “pobres” no centro da cidade. Este artigo de opinião, chamado “O retrato do menor” e sua conclusão está abaixo em imagem retirada do arquivo:

Imagem 19⁴¹:



Mais uma é importante trazer aqui a fonte para debate não sob o aspecto da discussão que ela propõe, mas pela forma e pela linguagem pela qual lida com o “problema”, especialmente no parágrafo final em que se fala de como são vistos esses menores, sob o olhar do escritor da coluna. Este exemplo é apenas uma forma de trazer, com concretude, a discussão de exclusão social dos novos atores urbanos. O próprio aumento exponencial no número de menores, sejam eles filhos de trabalhadores/as que andam pelo Centro, sejam eles em situação

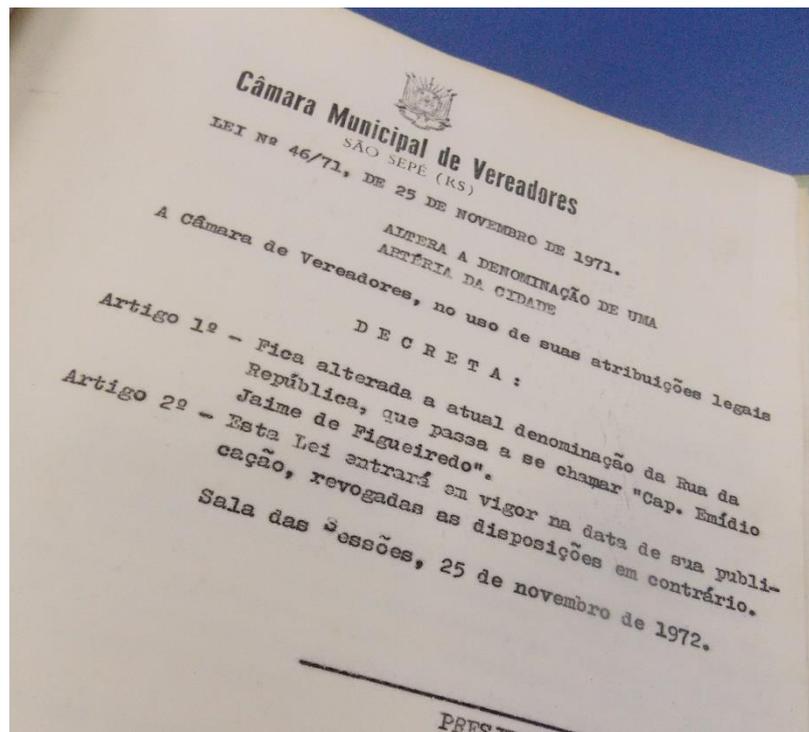
⁴¹ A Palavra, 12/08/1972.

de abandono, só demonstra o quanto a cidade não consegue lidar com o aumento tão rápido do número de habitantes em sua Zona Urbana.

Com essa discussão, é evidente, nos resultados da pesquisa, que os trabalhadores e trabalhadoras migrantes, assim como os que já habitavam a cidade antes do fluxo migratório, não são espelhados nesses locais centrais. Aliás, retomando a discussão de (NORA, 1993) não são os nomes dos seus pais ou avôs que estão afirmados nas ruas, avenidas e estátuas. Eles não estão nos espaços de memória, e muito menos estão convidados para lá estarem⁴², demonstrando que a separação de classes, através dos espaços geográficos da cidade, fica clara.

Em outra fonte retirada das atas da Câmara de Vereadores Municipal de São Sepé, uma mudança exemplifica esse processo de consonância com a conjuntura da Ditadura. Abaixo o trecho da ata:

Imagem 20:⁴³



Segundo o artigo 1º do decreto da Câmara, ficou decidido que a Rua da República se tornaria Rua Capitão Emídio Jaime de Figueiredo. Essa rua é até hoje o principal acesso a cidade e mantém o nome trocado. Uma via que atravessa quase toda zona urbana e liga os

⁴² Faça-se notar uma ressalva na referência masculina nos nomes dos locais. É uma realidade de dupla exclusão, na qual os trabalhadores periféricos, por sua classe social, são excluídos, como mulheres, por seu gênero também apartadas.

⁴³ Ata da Câmara de Vereadores Municipal, de 25 de novembro de 1972. Lei 46/71.

principais pontos na localidade do Centro. Mas por que tal mudança? Talvez a resposta já seja bastante simbólica pelo fato do abandono do termo república pelo nome de um militar, mas pode-se ir além nesta análise.

Emídio Jaime de Figueiredo foi um militar que, segundo os registros memorialísticos locais, comandou na Guerra do Paraguai como oficial. A simbologia da adoção dessa figura a um símbolo local passa pela construção de heróis citadinos por parte de grupos locais e também do poder público.

Porém, como já foi debatido, a questão é justamente quem se tornaria parte desse coletivo de heróis do Município. Uma maioria é de militares que surgem como grandes figuras nesse momento. São, na verdade, construídos a posteriori, no sentido de engrandecer personagens históricos de outras épocas, devido aos interesses colocados naquela situação em questão, a conjuntura de uma Ditadura.

Estes elementos são demonstrados para mostrar que, no caso sepeense, como em diversos outros, justamente, é a narrativa do dominante que se torna a “história oficial”, com retoques de romantismo e positivismo. Oficiais de outras épocas, como é o caso de Emídio Jaime de Figueiredo, se tornam heróis do presente, sem que haja uma real identificação local. O que há é a construção da imagem desses militares como heróis e não o seu reconhecimento pela população.

A figura acima mostrada alude a algo corrente em um Brasil no qual nomes de praças e ruas pertencem a generais, barões e latifundiários de outrora. Em consonância com essa crítica, esta pesquisa tem por princípio dois objetivos: o de denunciar esses usos e abusos da memória e, finalmente, dar voz aos e as “de Baixo”, no caso de São Sepé, orientando uma crítica que não encerra na peculiaridade desse local, mas aponta algo em direção ao que acontece no campo da historiografia, em nível nacional.

Dar voz àqueles que nunca estiveram em nenhum livro de “grandes intelectuais” locais, regionais ou nacionais, torna-se um objetivo a ser alcançado. Um filme brasileiro recente⁴⁴ lançou uma frase que vai ao encontro dessa perspectiva e serve para ilustrar o silenciamento e o não existir de uma História dos periféricos e oprimidos: “os meus heróis não viraram estátua, morreram lutando contra quem se tornou”. Nesse sentido, é preciso, sobretudo, repensar as narrativas, vê-las agora pelos “de Baixo”, para que algo mais plural e condizente com o real seja colocado. É preciso que mais trabalhadores/as, mulheres, escravos, estudantes,

⁴⁴ Cf. *Uma história de amor e fúria* (2013), direção de Luiz Bolognesi.

camponeses/as e tantos outros oprimidos contem a sua Memória e a sua História e ajudem a restituir outro conteúdo na narrativa histórica.

Nessa perspectiva, o historiador Jim Sharpe alerta sobre um campo relativamente novo e importante: “a história vista de baixo ajuda a convencer aqueles de nós, nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, que temos um passado, de que viemos de algum lugar” (2013, p. 61). Essa é uma visão também apontada por outros pesquisadores, principalmente os mais ligados a historiografia dos mundos do trabalho, tal como Edward Palmer Thompson (1987) em sua obra clássica “a formação da classe operária inglesa”, em que aponta vieses mais plurais de interpretação, mais centrados na classe trabalhadora.

Este tipo de abordagem pode até ser denunciada como militante ou engajada (como se tal afirmação fosse uma ofensa ou sinônimo de não preocupação científica), mas não podemos abrir mão de um entendimento e uma abordagem que afirmem uma posição frente aos processos, tanto no trato como, principalmente, na escolha das fontes. A opção nesta dissertação, por destacar a fonte oral é, justamente, uma escolha metodológica e que vê uma necessidade de reconstituir uma discussão e rememorar a “História dos de Baixo”, no caso sepeense.

Outro argumento que é utilizado como contraponto a essa abordagem é o de que a “Historia Vista de Baixo”, na verdade, não passa de uma visão excludente, que trataria os indivíduos da pesquisa, no caso os trabalhadores e trabalhadoras, à parte. Os trataria de uma forma excludente da “sociedade” de certo passado. Uma ideia de história dos oprimidos *versus* “história oficial”. O que coloco é que não se trata exatamente disso. Não se despreza as estruturas de dominação. Aqui elas não são vistas de forma isoladas. Tanto é que boa parte desse terceiro capítulo objetiva dar ênfase sobre como a classe dominante local tomou e potencializou o seu poder na comunidade. A “história Vista de Baixo” pode até ser contada por documentos da classe dominante, como tão bem mostra Jim Sharpe (1992), ao demonstrar que, mesmo em relatos oficiais, documentos, cartas ou outros resquícios das classes dominantes, pode-se, a partir das entrelinhas e referências, remontar o passado “dos de Baixo” com qualidade.

Entretanto, privilegiou-se em maior parte na pesquisa as fontes orais. Não por desprezo a outras fontes (que também estão presentes), mas por convicção da necessidade de reconstrução de uma voz direta da classe trabalhadora, juntando o fato de que, no passado recente, cerca de 45 anos atrás, é possível ainda (re)memorar experiências, pautando por um recorte de uma “História Vista de Baixo”. É preciso aproveitar ainda os últimos ecos dessa oralidade para que tal cultura não se perca definitivamente e esse passado fique quase

inacessível de um ponto de vista mais orgânico a esses sujeitos no sentido da oralidade e não de outras fontes.⁴⁵

O que está em jogo com esta abordagem metodológica é a questão de trabalhadores e trabalhadoras como protagonistas do processo histórico. Como sujeitos e não apenas como passíveis frente às transformações em curso. Não como bestializados frente à situação de migração, mas vendo-os de forma dialética a esse processo, percebendo suas respostas e significações do seu ponto de vista. Como já afirmado, a chamada história oficial (no caso a local) é permeada por aspectos de história tradicional e positivista. Mesmo hoje, ainda segue contando a visão de mundo e a Memória de um grupo como se fosse a história de todos/as. O contraponto pela “História Vista de Baixo” é no claro intuito de pensar outros vieses de interpretação. Evidente que, principalmente, passa pela Memória dos periféricos/as em destaque.

Outra interpretação que se passa é a de que esse entendimento vai além da História, como para outros temas e campos, mesmo na música, nas artes plásticas, nos festejos de uma cidade ou até mesmo nos costumes. É um padrão social da classe dominante sendo reproduzido a todos/as. A História é mais um desses elementos. Porém, é fundamental nessa consolidação, ao longo do tempo, que a História não é mera coadjuvante. Outro ponto desse domínio, na questão subjetiva, é a implementação da ideia do Estado como um representante de todos/as, ou da voz de todos/as. Um entendimento liberal da questão. Para realizar tal reflexão, do ponto de vista da significação do Estado, retomo as ideias do sociólogo Poulantzas:

Assim esse Estado, se apresenta constantemente como a unidade propriamente política de uma classe econômica que manifesta, em sua natureza, esse isolamento. Ele aparece como representativo do “interesse geral” de interesses econômicos concorrentes e divergentes que ocultam os agentes, tal como esses vivem, seu caráter de classe. (1984 , p. 52)

O que o autor aponta quanto ao Estado é uma medida de interpretação da realidade e criação de um discurso que trata o pensamento e as ações de um grupo como se fosse de toda a “sociedade” ou como representação de todos/as, bem na linha trazida aqui para a discussão. Nesse mesmo sentido, é notado no local de síntese da pesquisa, como a trajetória política e

⁴⁵ Não que durante a pesquisa não tenha encontrado dificuldades severas no trato com a memória oral. O plano inicial de entrevistar um grande número de pessoas foi fracassado, visto que, na realidade concreta, a maioria das pessoas que viveram o processo de migração do campo para a cidade e que compuseram o crescimento da mesma já faleceram ou não se encontram em condições plenas para narrar seus relatos devido a dificuldades de saúde ou de idade avançada. Até por isso, foi feita a opção por uma narrativa mais qualitativa e por uma busca mais ampla de fontes.

social da classe dominante sepeense é tratada como a História da Cidade. Aborda-se-á mais sobre isso no item que tratará do MDB e da ARENA durante o período ditatorial e de que forma, as classes dominantes instrumentalizaram o domínio do Estado para hegemonizarem-se completamente no Município, nas mais diversas esferas. O que fica evidente é a instrumentalização do Estado como ferramenta, não como ator da sociedade.

Já em relação aos “periféricos/as”, no que toca a narrativa oficial, restam poucas “linhas” ou trechos em obras e estudos. Há um vazio de representação e lacunas não preenchidas, já que a prioridade é apenas para os grupos que ocuparam o Estado ou a “grandes figuras do passado”. Já que os trabalhadores e trabalhadoras não estão no aparelho político-jurídico do Estado, salvo pouquíssimas exceções, e também não são considerados “grandes”, logo, de forma lógica, eles não estão representados nessa “história oficial”. Os poucos espaços aos periféricos/as são o do pitoresco e do folclórico, presente nas narrativas. Esses parecem ser ainda um dos poucos redutos e que retratam apenas de figuras mais ligadas ao caricato, como mendigos, bêbados, doentes mentais e outros, vistos pelo aspecto do humor e não por um pretense heroísmo como os demais.

Nessa síntese acerca do papel representado pelo Estado e pela instrumentalização da História, apresenta-se a visão de outro autor. Jay Winter corrobora essa discussão ao apontar sobre o poder e a constituição de um discurso oficial e de como as narrativas construídas pelo Estado estão ali para legitimar ações ou representar identitariamente e simbolicamente algumas pessoas:

Uma vez mais, temos que questionar os processos que advêm de muitas fontes, algumas ligadas ao poder, outras não. Agentes do governo tanto quanto aqueles dedicado à constituição de um Estado têm um interesse evidente em legitimar narrativas; frequentemente é o que eles querem dizer com “memória coletiva” – histórias que ajudam a polir as credenciais culturais de sua reivindicação do poder”. (2006, p. 69)

O Estado, nesta linha, é um legitimador de determinado discurso. Estaria, portanto, atuando não como um sujeito, não como protagonista, mas como um instrumento de determinadas classes sociais. Não se trata de querer superestimar a influência econômica dos grupos dominantes na “sociedade”, mas demonstrar como suas ideias se perpetuaram nos embates e na legitimação de determinado modelo social a ser seguido pelos demais. Trata-se também, de demonstrar como o Estado nada mais é que a composição dos grupos ou da classe que o domina, que o comanda.

Os casos que levaram a tais reflexões, nesta pesquisa, são tanto os que já se apontaram quanto ao sítio da Prefeitura e sua seção sobre História, como quanto os que aparecem no livro⁴⁶ que se propõe como contador da “gênese” da cidade e como fonte do passado (mas no qual só aparecem figuras como de fazendeiros e empresários de famílias “tradicionais” ou ainda de militares). Há uma materialidade, portanto, nessa exclusão de memórias, a qual deixou o terreno das fontes materiais escritas apenas sobre o poder das camadas dominantes da sociedade sepeense.

A partir disso, este trabalho pretende contribuir para um contraponto a tais narrativas. Longe de retomar um viés apenas personalista, não se pretende ir pelo mesmo caminho metodológico e historiográfico. O objetivo é de buscar uma narrativa que exclua a necessidade de grandes figuras, sendo que o mesmo vale par as pessoas periféricas. Se preza muito mais por uma narrativa do ponto de vista coletivo, em que os personagens de nossa História apareçam mais como representantes de um todo do que no personalismo.

A essência e a riqueza do relato da trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras, diferente do discurso da classe dominante sobre si, não está na heroicização/exacerbação de situações e de fatos. O desafio é justamente mostrar que a vivência e as múltiplas relações sociais que se estabelecem são a fonte e o texto mais rico que podem ser retratados. O que mais vale é demonstrar como pessoas vistas pela oficialidade como “comuns” ou não importantes, são sujeitos ativos do processo histórico e quem realmente sustentam a base daquela “sociedade”. Ainda, segundo o que afirma Sharpe:

Os propósitos da História são variados, mas um deles é prover aqueles que a escrevem ou a leem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem. Em um nível mais amplo, este pode tomar a forma do papel da história. Embora fazendo parte da cultura nacional, na formação de uma identidade nacional. A história vista de baixo pode desempenhar um papel importante neste processo, recordando-nos que nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais. (2013, p. 60)

A pesquisa visa com isso contribuir para a compreensão de que determinadas relações de trabalho, gênero e cultura são construções históricas, indissociáveis para a compreensão sintética do passado. Esses sujeitos que hoje agem, pensam e sonham de determinada maneira, muitas vezes o fazem por raízes sociais constituídas em outro momento do passado e possuem uma identidade que, às vezes, é esquecida ou simplesmente omitida por não ser considerada válida ou importante na “sociedade”. Nesse sentido, os sujeitos a serem considerados na

⁴⁶ *Personagens da História*, produzido pela Fundação Cultural Afif Jorge Simões Filho, onde hoje funciona a Secretaria de Cultura de São Sepé.

pesquisa são figuras completamente distintas daquelas apresentadas no livro da Fundação Cultural Afif Jorge Simões Filho.

Com esse entendimento, dar voz a periféricos/as através da narrativa oral é um esforço de introduzir outros paradigmas de interpretação que permitam a classe trabalhadora contar sua própria História, como tanto fez a classe dominante por outros caminhos. Na postura de historiador, não há medo da afirmação quanto às opções de estudo, não havendo uma necessidade de reconstruir mais o passado das classes dominantes encerrado em si mesmo, pois isso já foi feito; precisamos, até por uma ciência histórica mais dialética e complexa, de mais leituras e estudos por uma “História Vista e Pensada pelos de Baixo”.

Nesse sentido, como afirma Sharpe:

[...] oferecendo essa abordagem alternativa, a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história, da experiência, do cotidiano das pessoas, com a temática dos tipos mais tradicionais de história. (2013, p. 54)

É fundamental então situar na História os “de Baixo”, não em um sentido menosprezado ou de coadjuvante. O uso do termo “sujeito” nesta dissertação se dá justamente por entender que ao agir e constituir a “sociedade”, o indivíduo que vive o seu processo histórico está fazendo, mudando, transformando, mobilizando, migrando, em meio às conjunturas.

Lavadeiras, agricultores, carregadores de pedra, açougueiros, carreteiros, caminhoneiros, pedreiros, serventes, cuidadoras, empregadas domésticas, mecânicos, comerciários, etc.; todas e todos esses foram a força motriz e base da “sociedade” sepeense dos anos 1970. Seria mais do que justo que, em um estudo sobre aquele momento, estes trabalhadores e trabalhadoras ocupassem um papel de devido protagonismo, o qual, ao menos nesse trabalho, não será o da classe dominante. Protagonismo tem sido um termo usado também de forma política pelos movimentos sociais, assim como no entendimento teórico desta pesquisa, também apresenta esta conotação e este sentido, de centralidade destes grupos na interpretação do passado, mesmo que esses mesmos grupos tenham sido, naquele momento, alijados de um empoderamento político ou social.

Não se pensa em uma supervalorização desses sujeitos do ponto de vista histórico, nem mesmo uma noção de que a realidade gira apenas em torno deles ou seria encerrada apenas no estudo dos casos em específicos, mas compreender que o estudo desses trabalhadores e trabalhadoras rurais, os quais estão se transformando em urbanos é tão estudo da Ditadura (1964-1984) quanto o estudo de história política concentrado em grandes figuras. De certa forma, o estudo comparativo, sobre o porquê das camadas economicamente dominantes

projetaram-se politicamente e legitimarem a sua memória na História e nos locais de memória, demonstra algo a ser considerado nesta síntese.

Uma categoria utilizada, além de *sujeitos*, é a de *periféricos*. Seu uso é uma opção conceitual, visto que, no trato com as fontes, foram encontrados diversos indivíduos que serão contextualizados e problematizados. Isso se deu, por exemplo, com os menores em situação de rua (como já apontados em fontes anteriores), os quais não se encaixariam em pautas e problematizações de uma questão mais ampla de classe, mas estão devidamente situados no trabalho, assim como outros *periféricos*.

O termo é utilizado, também, pelo fato de que, no capítulo que tratou sobre família e gênero durante a Ditadura Civil-Militar, foi demonstrado que havia um modelo de indivíduo e de “sociedade” a ser seguido, sendo que todo aquele que não se encaixasse nos padrões seria devidamente rechaçado ou, no mínimo, questionado. Tal situação acontecia, por exemplo, com esses menores em situação de rua, ou com os trabalhadores que decidiam socializar experiências ou buscar espaço de entretenimento em bares ou locais públicos.

Por situações como essas, bem como outras que serão demonstradas adiante, o termo *periféricos* será assim utilizado, não como relativismo de situações ou de retirada de protagonismo, mas como elemento aglutinador e demonstrativo de que, naquela realidade, ao não encaixar-se no padrão de indivíduo, sofria-se algum tipo de violência, seja ela psicológica, verbal ou física. Um modelo operante que se reflete, como foi visto, na mídia e também em instâncias do próprio Estado, como se demonstrará na participação da polícia e sua arbitrariedade no depoimento dado por Osvaldo.

O propósito deste capítulo é justamente de situar a política de São Sepé no contexto da Ditadura Civil-Militar em seus diversos contornos. Para tanto, serão aqui apontadas as disputas por poder desde antes de 1964 e como, após o Golpe, existiram transformações e o fortalecimento, não só econômico, mas político de latifundiários ligados a ARENA. Será também objeto da parte final do texto uma reflexão a respeito da repressão e do cerceamento de liberdades individuais e coletivas em meio àquele processo histórico.

Assim, esse primeiro subitem que se encerra teve o caráter de discussão conceitual e de avaliar o impacto da história tradicional e do poder reservado às classes dominantes no Estado, na configuração da realidade passada e presente.

3.2. O Contexto Político do Golpe e São Sepé

O recorte temporal escolhido no campo político deste trabalho trata do momento histórico no qual, em meio aos governos dos generais/ditadores Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, a Ditadura (1964-1974) alcançou seu momento de maior radicalização e restrição das liberdades individuais e coletivas, com contornos sociais e políticos, quando o Estado passou a agir por uma estratégia de *terrorismo de Estado* contra seus cidadãos em qualquer lugar. Adicionamos mais dois anos, pois, como dito anteriormente, a ARENA saiu do poder apenas em 1976 no Município.

Nesse sentido, este capítulo ainda tem como um dos objetivos demonstrar em que medida essa postura do Estado chegou a uma cidade interiorana brasileira, em especial, como a política e a segurança foram repensadas a partir dos acontecimentos de 1964, mesmo em centros nos quais não houve repressão organizada em forma de polícia política. Apesar, claro, de termos a figura da Brigada Militar que cumpria seu papel repressor de forma sistemática.

O intuito é de mostrar como as classes dominantes estavam integradas econômica e socialmente a uma nova conjuntura histórica, demonstrando como aquele momento histórico não tinha apenas transformações e empoderamento de determinados militares em um nível nacional, mas tinha contornos regionais e locais em diversas regiões do País que não podiam de forma alguma ser esquecidas.

Assim, a citação dos nomes dos ditadores que estavam na cadeira de governantes do Brasil deu-se apenas para situar o leitor temporalmente. Outro dos princípios desse trabalho é demonstrar como a Ditadura não se estabeleceu apenas em nível federal, mas modificou relações em uma série de outras instâncias, como foi o caso de São Sepé, em que se tenta apresentar como grupos de latifundiários e empresários ganharam poder político e econômico após o Golpe. Isso se deu canalizando mudanças através de modificações macro, tanto no que diz respeito à política ditatorial quanto à ocupação do campo e o modelo de desenvolvimento, quanto no micro, com um amplo domínio da ARENA na década inicial da Ditadura, o que trouxe impactos na distribuição de cargos públicos do Estado e na gestão do Município.

Dessa forma, contrapõe-se à visão conceitual de “anos de chumbo”, como se fosse o único momento de acentuação de disputas políticas e da repressão. É evidente que a violência e as violações dos direitos humanos atingiram altos níveis, mas é preciso perceber que tentativas de opressão começaram bem antes do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), outorgado em 13 de dezembro de 1968. Desde os primeiros momentos do Golpe, e ao longo do período em que o general Castelo Branco esteve à frente da Ditadura, houve modificações importantes e decisivas nas esferas macro e micro brasileiras e em São Sepé e elas também se fazem sentir desde cedo por parte dos habitantes.

Percebe-se a articulação da “Operação Limpeza”, a qual, desde os primeiros momentos, caçou possíveis sujeitos que resistissem ao movimento golpista ou propusessem outra linha diferente daquela que se desenhava. Um pretenso crescimento de forças progressistas estava claramente a ser combatido pelas forças ditatoriais e se configurava desde as mínimas atitudes. Essas informações podem ser encontradas, por exemplo, no Dossiê de Mortos e Desaparecidos divulgado em 2015, o qual aborda as vítimas desde 1964.

Já na esfera local, por exemplo, Osvaldo apontará que, a partir de abril de 1964, começou a haver uma perseguição aos militantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e outros que compusessem um campo político mais à esquerda ou progressista. Segundo ele esse momento configurou-se da seguinte forma:

Depois do Golpe...os milicos deram o Golpe...⁴⁷e o Golpe que os milicos deram era contra o PTB, o presidente da república tinha sido eleito pelo PTB, o João Goulart. Aí, aqui em São Sepé ficou a maioria (dos políticos locais ao lado do Golpe) e eu posso te dizer os que não ficaram na ARENA. Maragato que não ficou na ARENA, o seu Vivico Costa lá do Tupanci, o seu Fruto Pedroso e os filhos, que era o pai do João Pedroso, pai do Pedrosinho, o seu Aldelino José Machado, o velho xará que tinha uma bodega defronte à Naiana, onde é a funerária hoje ali...a funerária não, a capela, onde velam as pessoas ali. E o seu Aldelino era bodegueiro ali e o pai do Zenir Machado, era o avô da Flávia Machado que trabalhou na rádio, era Maragato. [...] Os petebistas foi.....porque o Golpe, o Golpe foi dado pelos milicos que formaram a ARENA, a Aliança Renovadora Nacional, contra o PTB. Então o PTB ficou em massa no MDB. Aí nos juntamos nós, meia dúzia de libertadores aqui em São Sepé. (Entrevista com Osvaldo)

Osvaldo, inicialmente, identificou um atrelamento da classe dominante política local ao Golpe, restando para poucos o enfrentamento ou a manutenção ao menos de uma postura mais progressista. Ele alerta a respeito de como o Golpe teve também um sentido de tirar poder dos trabalhistas e pessoas mais opositoras a um conservadorismo, já que isso começava a afetar as camadas dominantes ligadas ao latifúndio. Infelizmente, ele destacou que é, dentre os nomes citados no trecho, o único ainda vivo, daqueles que passaram a realizar uma oposição a Arena e aos golpistas, o que complicou a possibilidade de acessar outros pontos de vista de dentro do movimento resistente.

Para entender esse ponto repressivo é preciso significar e delimitar o Ato Institucional Nº 2 (AI-2), muitas vezes esquecido em importância no estudo da Ditadura Civil-Militar e de determinadas análises que enfocam o AI-5 e os “anos de chumbo”. Esse ato restringiu a apenas dois partidos a disputa política dos cargos ainda elegíveis como prefeito e vereador e cassou a

⁴⁷ Houve uma parada, na qual o entrevistado parou para lembrar daquele momento.

liberdade de organização e disputa dos demais partidos existentes da época. Dessa forma, as organizações chamadas PSD, MTR, PAN, PBV, PC, PDC, PL, PPS, PR, PRT, PRB, PSD, PSB, PSP, PST, PDN UDN, PSLF, POT, PTB e PCB⁴⁸ deixaram de existir a partir dessa medida.

Nessa conjuntura, havia, antes do Golpe de 1964, alguns grupos políticos em São Sepé, havendo uma predominância significativa do PTB, o qual ganhava eleições seguidamente. Inclusive era essa a organização política que estava no comando da cidade, durante os eventos que compunham o Golpe, sendo depostos por políticos que comporiam a ARENA na sequência. A articulação dos que se opunham aos trabalhistas passava por essa “limpeza política” inicial que fazia a Ditadura tomar o poder em nível local. Destituir as forças do executivo principalmente. Osvaldo destacará, quando perguntado sobre a implementação do Golpe e de possíveis prisões na cidade, que:

No Golpe já prenderam. Doutor Afif, o que dá nome no Centro Cultural. Não matava uma mosca. Doutor Afif não tinha coragem pra matar uma mosca e era uma pessoa educada, um horror. O Doutor Luis Fernando que era prefeito na época. Prenderam o Afif, prenderam o Peixoto.[...]

Luis Fernando Palmeiro de Freitas era o então prefeito do PTB na época do Golpe, até 1964, sendo deposto juntamente com o governo do seu partido no Município. Inicialmente, Osvaldo aponta sua prisão, mas em um segundo momento da entrevista ele dá uma versão que elucida alguns pontos do que viria depois:

O Dr. Inocêncio⁴⁹ tomou posição e levou a conhecimento dos golpistas que o Dr. Inocêncio (Luis Fernando) estava sendo um prefeito bom, muito sério e muito honesto. E não tinha nada contra ele. Por que eles levavam muito a coisa do “comunista”. Pra eles, comunista era um horror. E o Dr. Luis Fernando teve o apoio do Dr Inocêncio. Agora que tô me acertando. Aí depois quando o Dr. Inocêncio foi candidato (em 1972) é que o Dr. Luis Fernando o apoiou

Apesar da situação nacional, note-se que, mesmo deposto, o ex-prefeito Luis Fernando Palmeiro de Freitas é “poupado” de maiores violências ou restrições após o Golpe. Há, claro, uma perda de poder dos grupos que eram PTB, mas dentro de determinados limites os quais não enfrentassem por completo frações da classe dominante identificadas com o trabalhismo. Isso quer dizer que na verdade, por mais que apresentassem vieses progressistas, os petebistas em questão também não eram hegemonicamente das camadas de trabalhadores.

Nesse sentido, percebe-se uma solidariedade de classe entre Inocêncio e Luis Fernando, já que, em 1964, o primeiro irá intervir pelo segundo e, mais tarde, em 1972, durante a eleição

⁴⁸Nesse contexto o Partido Comunista Brasileiro já estava na ilegalidade.

⁴⁹ Prefeito na cidade em 1972. Era médico e articulado com a classe dominante ligada ao campo.

para prefeito, a situação irá inverter-se. Coloca-se um verdadeiro jogo de apoios e troca de favores das camadas dominantes para que, mesmo em condições mais extremas, o poder seja transformado, mas mantido sem grandes revoluções com, no máximo, trocas entre as frações de classe em frente à prefeitura e Câmara de Vereadores.

É verificado no trabalho que o poder político na cidade, um pouco antes de 1964 e, principalmente, após esses eventos, é de domínio das classes dominantes locais, mas se alternando entre diferentes grupos. Alguns mais conservadores, outros um pouco mais progressistas (mesmo que nos limites de sua origem). Em alguns casos pré-1964 representava, parcialmente, os trabalhadores e trabalhadoras e principalmente após a o Golpe, já veremos uma postura diferente. Claro que existiram trabalhadores como Osvaldo que conseguiam integrar-se no apoio ao poder (mesmo que não fizessem parte dos cargos), mas são evidentes exceções. Casos assim não podem ser vistos enquanto regra na disputa política que estava colocada.

Dessa forma, podemos observar que existem limites evidentes e, mesmo quando eles são minimamente tocados, como antes da derrubada do PTB, eles provocam um desconforto e até mesmo agressividade política por parte dos dominantes, a ponto de acusações das mais variadas, ligando petebistas ao comunismo, ao anarquismo, a vadiagem, entre tantas outras expressões. O que é defendido aqui é que mesmo o mínimo avanço tocado nas vésperas do Golpe de 1964 em nível local, não era tolerado por parte das ricas famílias locais e que a reorganização política que acontece a partir de então, também é uma resposta a isso, com uma situação de maior repressão e cerceamento político.

3.2 A Atuação de MDB e da ARENA em São Sepé

Antes de inserir-se na discussão mais a fundo da atuação dos partidos, é necessário destacar outra conceitualização básica que guiou o trabalho. Compreende-se, na presente pesquisa, uma visão mais ampla de política, na qual partidos que se reconhecem enquanto tais deveriam ser assim considerados. Dessa forma, durante a Ditadura Civil-Militar houve organizações que foram além das regras impostas pelo sistema político vigente. Nesse sentido, Juan Abal Medina diz que:

Existe otro gran grupo de definiciones que parte de asumir una visión mucho más amplia de lo que es un partido político. Hodgkin (1991), por ejemplo, argumenta que debemos considerar como partidos a todas las organizaciones que se consideren a sí mismas como tales. Estas conceptualizaciones se basan

en las ideas de Weber (1922, p. 228), quien define a los partidos como “formas de socialización que, descansando en un reclutamiento formalmente libre, tienen por fin proporcionar a sus dirigentes dentro de su asociación y otorgar por este medio a sus miembros activos determinadas probabilidades ideales o materiales”. (2002, p. 3)

Coletividades que reúnem membros em tornos de ideias e constroem ações práticas em meio ao contexto não podem ser desconsideradas. A visão mais alargada do autor encontra espaço, visto que no Brasil organizações opositoras ilegais ocuparam papel importante na luta por novas vias políticas que não as estabelecidas em abril de 1964, vide mesmo a resistência direta através da luta armada na cidade e no campo nas quais alguns grupos e partidos foram protagonistas.

Mesmo que a única possibilidade de atuação aceita fosse nesse momento a ARENA e o MDB, surgiriam alternativas. Muitas organizações, principalmente os partidos considerados de esquerda, passaram a existir na clandestinidade e devem ser considerados. Essas organizações e as ações políticas que elas passaram a tomar na tentativa de depor o governo e buscar opções ao capitalismo são de suma importância, entendendo ainda que a Ditadura compunha um apoio e resposta a economia de mercado, principalmente aos interesses das empresas estadunidenses.

Podemos exemplificar esse fato com as atuações do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) durante o período, configurando-se claramente como partidos e realizando diversas ações políticas e envolvendo-se em episódios decisivos no questionamento da ordem ditatorial, como é o caso das guerrilhas urbanas, nas divisões internas do primeiro, ou a que foi estabelecida na guerrilha que ocorreu no Araguaia, no caso do segundo. Local onde, inclusive, o já citado sepeense Cilon da Cunha Brum, foi executado pelos militares.

No entanto, esta pesquisa ocupa, na síntese política, outro campo. Este segmento do trabalho está centrado na disputa e trajetória da ARENA e do MDB na conjuntura demarcada no recorte temporal e de espaço desta dissertação. Não se coloca a luta dos partidos clandestinos e de organizações de esquerda como secundária, mas evidenciam-se essas coletividades sepeenses, por serem, ao longo da pesquisa, as únicas organizações político-partidárias encontradas que disputavam o campo político de forma mais direta em São Sepé/RS.⁵⁰

Nesse sentido, busca-se estabelecer uma síntese a partir de diversas fontes nas quais há citação ou marcas deste passado. Atas da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, textos do jornal

⁵⁰ Não que os casos de resistência indireta ou que demonstram as contradições e ambiguidades sociais e políticas não sejam evidenciadas. O capítulo anterior, inclusive, tratou disso na perspectiva da família e de gênero.

local *A Palavra*, relatos de sujeitos do processo histórico através da fonte oral, bem como contrapontos bibliográficos nos quais busquei estabelecer uma pesquisa com base na dialética de confronto entre visões de mundo e posturas sócio-políticas dos grupos envolvidos e que se apresentam no cotidiano local.

Assim, pretende-se demonstrar as relações locais de ARENA e do MDB com as classes sociais da cidade, e mesmo em nível regional/nacional, uma vez que carregam consigo o discurso que cada organização representa. Assim, desses partidos, pode-se perceber uma dinâmica macro, muito pelas conexões com a política nacional, observando, assim, como a construção de discursos e a defesa de determinadas propostas e projetos políticos são articulados em posturas e realizações dentro do Município. É exemplo disso uma conexão na área da agricultura principalmente. Observe-se a figura abaixo:

Imagem 21:⁵¹

Arroz Terá Melhores Sementes

PÓRTO ALEGRE-Tendo por finalidade a execução, a nível estadual, do "Subprograma de apoio à Implantação de Plano Nacional de Sementes (AGIPLAN)", foi assinado um convênio entre a União, através do Ministério da Agricultura e o Estado do Rio Grande do Sul. O citado convênio visa acelerar a produção e a utilização de sementes melhoradas de arroz, segundo as diretrizes técnicas preconizadas no "Plano Nacional de Sementes (PLANASEM)".

O Estado do Rio Grande do Sul, através de sua autarquia Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA) participará dos seguintes projetos do ACIPLAN.

I - Pesquisa sobre Tecnologia e Análise de Sementes;
 II - Melhoramento e Experimentação;
 III - Produção, Multiplicação e Beneficiamento de Sementes Básicas;

IV - Organização da Produção de Sementes Melhoradas

Os projetos citados serão executados pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), segundo as normas estabelecidas pelo AGIPLAN.

Os recursos para execução deste convênio são da ordem de Cr\$ 1.529.900,00 (um milhão e quinhentos e vinte e nove mil e novecentos cruzeiros), distribuídos da seguinte forma:

a) RECURSOS DA UNIÃO: Cr\$ 1.385.500,00 (um milhão e trezentos e oitenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros)

b) RECURSOS DO ESTADO: Cr\$ 144.400,00 (cento e quarenta e quatro mil e quatrocentos cruzeiros)

O convênio assinado terá vigência de 3 anos a partir de sua publicação no Diário Oficial da União (AGRINFORME-MA).

Casa de Moradia

Vende-se uma casa de moradia, com terreno medindo 7 x 16,00 metros, localizada à Rua Independência, esquina Clemenciano Barnasque.

Preço de Ocasão

Maiores informações na Redação de PALAVRA.

EDITAL

CITAÇÃO DE DENUNCIADO

PRAZO 15 DIAS

O Exm.º Sr Dr. João Pedro Rodrigues Reis - Juiz Adjunto da comarca de São Sepé, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, tendo o Dr. João M. C. Núbias. Promotor Público

Quase que semanalmente notícias como essas apareciam nas edições, em claras defesas das posturas governamentais em nível nacional. O foco passava sempre pela questão do campo, aliando um discurso de progresso, através de novos maquinários e novas variedades de sementes, com uma visão positivada da Ditadura. Vê-se, a partir de então, como tais iniciativas influenciavam a população sepeense, principalmente quanto à questão do trabalho e da ocupação da terra, uma vez que essa discussão precisa ser bastante central, como se vem evidenciando, para entender a Ditadura nas cidades interioranas, já que, justamente, nesse momento, há uma inversão da maioria da população entre o campo e a cidade em uma dinâmica nacional.

⁵¹ *A Palavra*, 12/08/1972.

Há uma necessidade de demarcar e consagrar o governo ditatorial como de sucesso e positivo. Abaixo, outro exemplo dessas exaltações, agora em nível local:

Imagem 22:⁵²



A reportagem é centrada na Semana da Pátria de 1973, quando a ARENA, sob poder do Executivo, conduzirá festejos para exaltar o patriotismo e a Ditadura Civil-Militar. Esse processo pode ser visto em uma série de outras notícias, em uma clara hegemonização de notícias e informações positivas da política nacional do período. Não penso que isso acontece sob pressão, mas que é algo “natural”, uma vez que as classes dominantes ligadas a ARENA defendiam esse projeto político tocado pela Ditadura e eram importantes, tanto em nível local como em nível nacional, para consolidá-lo.⁵³

Retomando a discussão do AI-2, é preciso colocar que compreendo a perversa polarização proposta pela Ditadura com intuito de oferecer um limitado campo de participação na política para a população. As duas principais opções estão longe de fornecer um real espaço democrático e de representatividade popular. Obviamente, elas não são pensadas nesse sentido, sendo meios de limitar o horizonte de organização dos trabalhadores/as e de partidos de esquerda, em meio ao processo de empoderamento político da classe trabalhadora que se constituía na década de 1960. Já foi apontado isso quando apresentado o relato de Osvaldo acerca das trocas políticas no Golpe, e nas eleições de 1972 para o cargo de prefeito.

⁵² A Palavra, 9/09/1972.

⁵³ Há de se perceber também que a atividade que fecha os festejos da Semana da Pátria é, não por acaso, uma palestra sobre o solo sepeense e suas condições para agricultura e pecuária.

Considerando as opções políticas dentro da proposta “legal” na Ditadura no cenário sepeense, discordo da visão de que teríamos apenas, nesse caso, duas limitadas opções políticas e que não poderia nenhuma delas representar uma crítica a Ditadura. Compreendo que, por mais que em muitos locais o MDB fosse representante de uma classe dominante e de um projeto extremamente limitado, em outros, como São Sepé, poderíamos notar associação com grupos políticos mais abertos ou progressistas pelo viés emedebista.⁵⁴

Por outro lado, é preciso notar que a compreensão do que é e do que representa um partido político não pode se dar apenas em sua própria caracterização ou pela visão desse ou aquele dirigente, filiado ou militante. É preciso perceber, por outro lado, como as pessoas e camadas populares da “sociedade” percebem e significam as posturas e discursos políticos para além de uma definição fechada. O aspecto local é, nesse sentido, muito importante, para que se consiga compreender os significados diferentes que as duas siglas assumirão em um contexto com esse.

Nesse exemplo, notaremos que, por mais que o MDB não representasse uma saída, ideologia ou ação prática que chegasse de fato ao encontro daquilo que parte da população acreditava e se encaixava socialmente, ele poderia representar uma forma, mesmo que pequena, de resistir ou contrapor-se a Ditadura, algo importante dentre a falta de opções políticas. Uma forma de, até mesmo, encontrar em meio ao turbilhão repressivo e de cerceamento de direitos, uma organização com um discurso que não somente exaltará a Ditadura como tanto fazia a ARENA. Isto é dito, partindo, a princípio, que se estará considerando um município afastado da possibilidade de diálogo com organizações que tocam a resistência direta de um ponto de vista nacional.

Nesse campo, se há uma máxima, é a de que não existe vazio político. Se os trabalhadores e as trabalhadoras não encontravam formas de politização e coletividades que de fato as representassem completamente acabariam tendo que vivenciar a situação conforme as condições lhes possibilitassem. Ou seriam cooptados pelo discurso conservador e exaltante do momento através do consenso ou repressão, ou então construiriam suas próprias concepções acerca do processo. Essa segunda opção seria, sem dúvida, um desafio muito maior, com pouco acesso a informação e educação formal.

Considerando a resistência nesse caráter mais indireto, temos um ponto importante a ser discutido no caso de São Sepé, uma vez que a posição que boa parte dos trabalhadores/as ocupavam nesse contexto era de limitada politização e educação. Se abríamos mão desse caráter

⁵⁴ Entendendo esse conceito enquanto abertura para a democracia ou a situações que rompessem com a Ditadura e não como sinônimo de revolução.

de resistência mais indireta ou ao menos explorando as ambiguidades do processo, cairemos em perigos de construir estudos da História apenas a partir dos grandes homens e de vanguardas, sejam elas de direita ou esquerda, ou entre conservadores e progressistas.

Desse modo, quem estuda a história política não pode deixar de lado outros elos da “sociedade”, como classes sociais, economia e cultura. Para além disso, percebe-se esses aspectos também entre quem está longe do poder, ou então como esses enxergam esse poder, respondendo como e porque votavam entre ARENA e MDB. Do mesmo modo, dar vozes a quem não está em cargos, mas dá (aceitando ou não) suporte aos governos é um trabalho importante e significativo para a construção de uma História em que “os de Baixo” também sejam percebidos. Em outras palavras, não basta estudar apenas os dominados em uma análise fechada nos de baixo, mas também necessário estudar as estruturas de dominação.

É preciso dar espaço ao contraditório, para o ambíguo. Perceber como existem pessoas nesse “meio” que compõem um grupo significativo e que podem influenciar a construção política local. Ver como eles se encaixavam. Se observarmos o caso dos trabalhadores e trabalhadoras de São Sepé que não aderiram a partidos ou organizações, percebemos um discurso, a princípio, do passado como um período majoritariamente positivo, o que não é de estranhar-se, visto tamanho trabalho de hegemonização de um pensamento em defesa do governo ditatorial, através da mídia e da educação (ou mesmo da repressão).

Não foram de pequena monta as narrativas carregadas por uma visão saudosista e que exaltavam o período. Mas, à medida que o trabalho com a fonte oral avançou, começaram a aparecer vozes de crítica à Ditadura, de insatisfação e da retratação da vida naquele momento como algo difícil. Esses pontos foram decisivamente explorados, uma vez que alguns entrevistados e entrevistadas reagiam com vozes críticas, quando tensionados pelo entrevistador e outros entravam em completa retração quando falava-se de política ou repressão. Montar esse cenário não foi fácil, uma vez que as próprias memórias vinham com contradições, mas com muito sentido para quem as falava.

O que se pode perceber é que havia um significativo afastamento das pessoas periféricas da política. Elas, decididamente, não viam aquele terreno simbólico como seu. Era visto como algo para pessoas “importantes” tais como advogados, “lavoureiros”, empresários, médicos, etc., segundo o que os próprios entrevistados/as deixam transparecer. Nas entrevistas de Marlene, Ondina e Lídia isso destaca-se bastante, não só pelo desconhecimento quanto a política da época, mas justamente por esse viés de verem esse campo da política como de outros, como dessas profissões citadas. Há a clara percepção que a política não é algo para elas, as periféricas.

Em relação à ARENA e as classes dominantes locais, é preciso situar que existe, pelas transformações econômicas nacionais, uma modificação e uma maior centralização de capitais. Isso quer dizer que as situações evidenciadas acima são contornos de um ambiente de opressão de classe e encontraremos disputas de discurso ao longo do tempo. Na cidade, um predomínio político de latifundiários é perceptível até o início dos anos 1970. Observemos a caracterização feita por Osvaldo Pereira sobre esse processo e a ascensão do bipartidarismo em São Sepé:

Quando o governo acabou com os partidos, o governo da Ditadura, foram criados o MDB e a ARENA e o pessoal do MDB fazia uma oposição vinte e quatro horas por dia contra os políticos e os governos da ARENA. Elegemos o primeiro prefeito do MDB, o seu José Maria Picada, que fez um excelente trabalho, que não pudemos deixar de lembrar também que o doutor Inocêncio da ARENA fez um trabalho muito bom. O doutor Inocêncio entregou a Prefeitura pro seu José Maria Picada, mas também foi um muito bom prefeito. No governo dele saíram pontes para o interior, saiu o viaduto da entrada da cidade que dá acesso a BR. Depois passou a PMDB e aí foram várias...e surgiu o PDT depois né e esses outros partidos. O PDT governou muitos anos, o PMDB também governou, o partido que sucedeu a ARENA também, esse trocou de nome que eu nem lembro mais. Toda a semana trocava de nome. E hoje o atual prefeito é do partido⁵⁵ que a base era ARENA.⁵⁶

Uma percepção qualitativa faz aprofundar alguns pontos. Em um primeiro momento, é perceptível que Osvaldo colocava-se como um defensor e até mesmo sujeito ativo do MDB na cidade, até pela noção de identificação com o Partido. Assim, formula-se uma ideia na qual o MDB e a ARENA teriam caminhos diferentes de propor a política, compreendendo esse segundo como mais governista e o primeiro como oposição.

Dessa forma, nessa pesquisa pouco interessa delimitar uma linha temporal dos políticos que governaram a cidade e sua referida sigla (mesmo que isso seja feito em alguns pontos), mas procura-se, muito mais, fazer notar como o discurso de Osvaldo demonstra o olhar de um trabalhador que poderíamos considerar como “comum” sobre a política e suas delimitações na cidade, da mesma forma como o discurso de indiferença de Ondina, Marlene e Lídia é também situado. Aqui se percebe uma noção mais ampla das transformações políticas, estendendo o rol de atores sociais em questão e como eles encararam os processos.

Claro que, pelo que foi visto, os trabalhadores e trabalhadoras não se envolviam de forma geral com a política, como é o caso dessas três mulheres as quais seriam coadjuvantes no processo de eleições, considerando os relatos. Entretanto, nessa situação, é preciso notar os

⁵⁵ O partido a qual Osvaldo refere-se é o Partido Progressista (PP), partido que, inclusive, comanda a cidade na atualidade.

⁵⁶ Entrevista concedida em setembro de 2013 e anexada ao Trabalho de Conclusão de Graduação, intitulado “O processo de expulsão populacional do campo e o crescimento da cidade: um Olhar sobre São Sepé durante a Ditadura Civil-Militar”, no qual se tem acesso ao material na íntegra.

interesses imediatos dos indivíduos e não se pode, também, desconsiderar todo o potencial de alienação e desmobilização a qual as pessoas entrevistadas estão sujeitas.

Ainda no sentido dos partidos e para entender a pensar as múltiplas formas de relacionar-se com a política, as ideias propostas por Medina são importantes. Nessas, demonstra-se que é preciso caracterizar e mapear este viés mais amplo dos outros elementos que compõem o partido. O autor definirá o arcabouço de membros do partido e votantes da seguinte forma:

Una posición intermedia podría ser distinguir el límite de la organización por cuestiones analíticas más que ontológicas. Es decir, la elección de donde se traza el límite de la organización partidaria no debería depender de una definición fija acerca de lo que un partido es sino del tipo de estudio del que se trate. Así, si la pirámide organizativo-partidaria es pensada de la siguiente manera:

1. Dirigentes/líderes
2. Militantes/participantes/activistas
3. Afiliados/inscriptos
4. Simpatizantes/votantes fieles
5. Electores

(2002, p. 05)

É preciso, como defende o autor, perceber tais dinâmicas de diferenciação nas esferas partidárias. Nesse sentido, por mais que um ou outro quadro do MDB representasse uma posição mais conservadora ou de não radicalização, para muitos indivíduos, como foi percebido nas entrevistas orais, poderia significar uma posição de abertura política ou de avanço de direitos sociais e mínimas condições para trabalhadores/as. Isso ajudará, por exemplo, a entender como partidos mais conservadores conseguiram exercer poder em nível municipal.

Tentando, nessas transformações, traçar linhas gerais dos grupos de dirigentes, militantes e filiados nos partidos oficiais, foram introduzidas perguntas a Osvaldo, um dos entrevistados, que pudessem caracterizar socialmente aqueles indivíduos. Em uma delas foi obtida a seguinte resposta:

A ARENA sempre foi composta pelo pessoal do dinheiro. O fazendeiro, principalmente o fazendeiro conservador, aquele que produz pouco e o pouco que produz ele não divide com o peão dele. Ele tira do peão dele. Esse é o tipo do político da ARENA. Já da oposição, se pensava mais em progresso, em gente progressista, gente diferente. É aquele negócio do voto do cabresto, que isso existe até hoje, né. Tem que votar no seu fulano porque o patrão é desse lado e eu tenho que votar. Então isso ajudou muito a fazer com que tivesse em São Sepé muitos adeptos da ARENA, o voto do cabresto. (Entrevista concedida em outubro de 2013)

Pode-se notar que é corroborada uma visão de dicotomia entre os dois grupos. Pelo que destaca o sujeito da pesquisa, a ARENA caracteriza-se como um partido mais elitizado

socialmente. A voz manifestada por essa agremiação seria de latifundiários locais e de seus interesses econômicos e políticos. É de compreender-se, por exemplo, porque nesse período ditatorial, anterior a 1972, é que se aprofundou o processo de expulsão do campo. Não se pretende aqui ter uma visão determinista da política, mas entender como se deu um importante aspecto das transformações que estavam ocorrendo em São Sepé e no País.

Por outro lado, a postura do MDB é vista como uma oposição forte. A todo o momento, como caracteriza Osvaldo, seus quadros, como ele demonstrou ao longo de outros trechos da entrevista, seriam de advogados, vendedores, médicos, etc. Ou seja, por profissionais com uma tendência mais liberal e mais próximos das dificuldades e da realidade dos trabalhadores e camadas médias, mesmo que dentro dos seus limites. É notório que a postura do Partido, muito por isso, teve um caráter de maior abertura e de defesa de interesse de alguns direitos de pessoas que ocupavam os bairros periféricos surgidos pela migração de pessoas do campo para a cidade. É preciso, nesse sentido, compreender, inclusive, o posterior crescimento do MDB e o porquê dos votos no partido.

Já a visão construída pelo entrevistado do outro lado é de que a ARENA representaria o atraso, o conservadorismo e a corrupção através da compra de votos. A ideia da influência do patrão sobre o voto dos empregados é dita por ele como corrente e como meio da ARENA legitimar seus candidatos. O entrevistado aponta, inclusive, uma conexão entre o passado e o presente, no sentido de algumas permanências que ajudam a explicar a classe dominante local a qual ele se coloca como opositora. Se for observada os últimos doze anos de Prefeitura (2004-2016), realmente percebe-se que não só o mesmo partido conservador coloca-se no poder (Partido Progressista), como seus candidatos seguem sendo basicamente grandes latifundiários da cidade que mantém seu domínio político na maior parte do tempo desde os anos de 1970, apenas com pequenos períodos de alternância e de prefeituras do PDT.

Através da análise do jornal *A Palavra*, será percebido que, realmente, os candidatos obedeciam a certo padrão: enquanto o discurso arenista era voltado, principalmente, para a ideia de desenvolvimento e progresso, a partir da agricultura e das vias de acesso, as propostas do MDB, embora não representem um combate a Ditadura, eram minimamente mais próximas aos trabalhadores que estavam migrando para a cidade e encontravam nos bairros um ambiente hostil e despreparado. Muitas das ideias do MDB eram de melhorar essa infraestrutura, fornecendo condições mínimas como água potável, luz elétrica, telefonia, entre outros. Serviços que até então não estavam disponíveis para essas pessoas. Essa plataforma acompanhava a imagem que ilustra a candidatura emedebista naquele contexto, como podemos ver na fonte abaixo:

Imagem 22:⁵⁷

As palavras-chaves que mais apareciam no discurso eram urbanização, educação e assistência social, enquanto no programa da ARENA apareciam em maior quantidade as palavras-chaves agricultura, desenvolvimento e estradas. É preciso refletir sobre isso para construir um espectro de ambas agremiações.

Entretanto, não se pode compreender a ARENA como um partido no qual os trabalhadores não se reconheciam ou não votavam. A construção de uma política personalista, na qual o nome do candidato que encabeçava a chapa era mais importante que o partido, era uma prática corrente na comunidade. Isso se observa na fala de Osvaldo, por exemplo. Por mais que ele fosse um simpatizante e por hora militante do MDB, ele vê no prefeito de 1972 da ARENA, Inocêncio Pires, uma figura de progresso para a comunidade, independente da coletividade que se alça ao poder juntamente com ele. Segundo D'Alessandro:

Generalmente, los partidos designan a los candidatos, pero a veces es el candidato quien elige al partido, si el peso de su personalidad es más importante para los electores que su filiación política, dando como resultado no una designación unilateral (lo que implicaría claras relaciones de subordinación), sino un acuerdo bilateral. (2010, p. 13)

Para muitas pessoas, a figura do candidato poderia ser um fator definitivo para o voto. Isso funcionava inclusive como ferramenta de alienação e consenso entre os trabalhadores. Em

⁵⁷ *A Palavra*, 4/11/1972.

outra entrevista, se pôde perceber também que a dinâmica da troca de favores com aspectos de coronelismo estendia-se com o prefeito Inocêncio, auxiliando na chegada à cidade em troca de apoio político e voto, ou seja, uma garantia de permanência de poder.⁵⁸

Esse é um pensamento que vai ao encontro dos governos da ARENA na cidade, já que, em muitos casos, como no depoimento de Adroaldo, Ondina e de Eleonor, são apontados claros esquemas de trocas de favor e distribuição de cargos públicos. Inocêncio Pires, eleito prefeito entre 1972 e 1976, teve sua imagem construída com o atendimento gratuito como médico e auxílio a trabalhadores/as, sendo responsável direta e indiretamente, também, por conceder empregos a muitas pessoas utilizando-se da máquina pública e de empresas parceiras da ARENA para tal. A imagem de progressista e “homem do povo” é também constituída em torno de sua figura e nota-se esse forte apelo popular apesar das plataformas conservadoras e anti-populares que seu partido significava na cidade.

Observe-se a figura abaixo relacionada ao momento político de eleições municipais de 1972:

Imagem 23:⁵⁹



⁵⁸ Entrevista de Adroaldo, realizada em setembro de 2013, na qual se referiu que boa parte de suas conquistas de vida seriam fruto da relação de amizade e reciprocidade com o “Dr. Inocêncio”.

⁵⁹ *A Palavra*, 4/11/1972.

Percebe-se que, desde a campanha, as propostas políticas de Inocêncio e Tibiriça, representantes da ARENA, não iriam ao encontro dos periféricos, mas seriam pautadas principalmente pela questão do campo e de valores tradicionais. Observe-se, por exemplo, suas palavras de ordem, na maioria voltada para um viés bastante conservador e ligado ao latifúndio e à industrialização, além, claro, de um personalismo e da configuração da figura do prefeito como figura “importante da comunidade”. Por figura importante, leia-se figura da classe dominante.

Nesse sentido, se observarmos a estética da imagem, é importante notar as vestimentas de Inocêncio e Tibiriça. O primeiro porta um terno, algo utilizado apenas por pessoas de alto poder aquisitivo naquele momento; o segundo; uma toga, vestimenta de alguém, como a própria palavra-chave da imagem diz, instruído. Em ambos os casos, aponta-se que só pessoas com domínio de uma cultura ou educação formal e elitista são viáveis em um pleito. Não se poderiam imaginar ambos, por exemplo, trajando vestes de trabalhadores.

Desse modo, a questão simbólica e da imagem passada para comunidade era um aspecto importante, tanto entre MDB como ARENA, na efetivação dos seus projetos políticos e apoios. A repressão, por outro lado, é uma técnica evidente de imposição das ideias do grupo dominante que vigorou naquele momento, mas tentativas de encontrar consentimento e organizações que tentavam dar outra opção de amparo aos indivíduos devem, também, ser observadas e entendidas. Seria até mesmo superficial considerar que a Ditadura Civil-Militar tenha durado vinte e um anos apenas na base do “pau-de-arara”, sem outras formas de legitimação entre as camadas *periféricas* e trabalhadoras, as quais eram maioria em um país dominado pelo modo de produção capitalista

Perceber os militares e civis que compunham o governo da época apenas como “gorilas” não pensantes pode ser uma armadilha na síntese do processo. É evidente que a Ditadura encontrava outras formas de legitimar-se, tal como a mídia, a educação e a organização política. Não se poderia correr o risco de ter a “sociedade” inteira contrária ao governo ou possibilidades concretas de revolução. Mediar era um ponto fundamental e a possibilidade de ainda escolher entre dois partidos e um destes fornecer uma visão não tão conformista com a realidade, sendo um ponto a se considerar. Daí, uma disputa tão acirrada em alguns momentos. Principalmente, a partir dos anos 1970, quando as dificuldades de trabalhadores/as com episódios como a expulsão ficam mais evidentes.

Nesta relação, não deve ser considerado nem o governo como completamente dotado de reprimir contra toda divergência, nem a classe trabalhadora como bestializada e inerte em meio aos processos históricos que se desenhavam. Perceber o apoio civil é algo importante. Não

legitimá-lo, como apoio popular ou da “sociedade” ao Golpe a Ditadura também. Entender todos os elementos que estão aí envolvidos, desde os interesses pessoais, familiares e coletivos desses trabalhadores é fundamental como foi apontado no capítulo 2. O que não exclui que essas mudanças afetavam negativamente os periféricos/as e beneficiavam uma classe dominante em nível local e nacional.

Isso é crucial para compreender por que, na conjuntura de 1976, quando houve eleições para prefeituras, houve um crescimento expressivo de candidatos ligados ao MDB e não da ARENA, como era até o fim da década de 1960 no caso sepeense e em outra regiões do Brasil. As posturas do enrijecimento da repressão, bem como sinais de arrocho salarial e de expulsão do campo incentivaram grossos setores da “sociedade” a decidir um rumo diferente do partido que corroborava a postura do poder federal e dominava com conservadorismo a cidade.

A conjuntura foi de tanto conservadorismo e fraqueza de oposições que a ARENA chegou a incentivar o diretório local do MDB a quase desistir de uma eleição no início da década de 1970. O partido chegava a 1971 com a determinação de não entrar em disputa e concorrer. Abaixo, uma imagem do jornal da cidade em que se pode ver a desistência inicial da oposição no pleito de 1972 e a organização da ARENA para se colocar no poder com seu candidato, Inocêncio Pires, na eleição municipal a qual seria disputada no ano posterior na cidade:

Imagem 24:⁶⁰



⁶⁰ A Palavra, 13/11/1971.

No entanto, seja pela conjuntura de crescimento da insatisfação e fortalecimento em nível local, seja por uma mudança de leitura do pleito, em 1972, o MDB despontou com um candidato, Nelson Brum Ellwanger, um nome bastante popular naquele momento. A eleição acabaria por ser absolutamente disputada, com números de votos acirrados nas mais variadas sessões eleitorais da cidade.

Durante as semanas anteriores os candidatos se revezaram em propagandas no jornal *A Palavra*, além da mobilização e divulgação dos partidos em comícios na cidade. Vemos também a questão de representação, já que as palavras de ordem de Inocêncio já foram demonstradas, centradas na questão de infraestrutura e do crescimento econômico do campo. As de Nelson eram em número de 6. Apresentadas nas *A Palavra* de 4 de novembro de 1972, aquele que sairia derrotado do pleito daquele ano defendia: Educação, Comunicações, Urbanização, Indústrias, Estradas e Assistência Social.

Assim, pouco a pouco, o MDB retomou terreno e passou a ter uma possibilidade de vitória em novembro daquele ano. Assim, encerrou-se o processo eleitoral com um total de mais de 7000 eleitores entre votos para prefeito e vereadores. Observemos então o resultado do pleito de 1972:

Imagem 25:⁶¹

⁶¹ *A palavra*. 25/11/1972.

O Pleito, Seção Por Seção			
Seção	LOCAL	Inocência	Nelson
	Cidade		
1	Clube Bento Gonçalves	144	76
2	Clube Bento Gonçalves	149	80
3	Clube do Comércio	147	85
4	Clube do Comércio	145	77
5	Pólo de Saúde	152	76
6	Grupo Escolar "Mário Deluy"	135	86
7	Grupo Escolar "Mário Deluy"	136	76
8	Grupo Escolar "Mário Deluy"	137	93
33	Exatéria Estadual	137	79
35	Prefeitura Municipal	110	76
37	Clube do Comércio	108	92
40	Câmara Municipal	92	143
41	Associação Rural	128	97
42	Sociedade Beneficente Operária	121	76
43	Escrítório da C. E. E. E.	118	94
44	Ginásio "Madre Júlia"	112	98
46	Escrítório da COR-AN	119	85
50	Associação Atlética do Banco do Brasil	119	113
53	Biblioteca Pública (Centro Cultural)	131	115
	2.º Subdistrito		
9	Casa Comercial de Adauri G. da Silva — São Rafael	65	95
10	Escola Municipal da "Juliana"	62	81
11	Escola Rural do Cerrito do Ouro	79	93
12	Pavilhão da Capela — Barrondão	74	144
13	Bailanta de João Pedro Gomes da Trindade — Roqueirão	63	58
48	Casa Comercial de Francisco Ferreira — Dorasnal	82	25
49	Escola N. S. de Fátima — Passo dos Lente	34	49
	3.º Subdistrito		
14	Casa Comercial de Aderbal Spilimbergo — Jazidas	63	110
15	Casa Comercial de Aderbal Spilimbergo — Jazidas	45	103
16	Casa Comercial de Alfredo Mori — Santa Bárbara	29	75
45	Casa Comercial de Alfredo Fritz — Santa Bárbara	16	72
51	Escola Municipal Cel. Emiliano Brum Pereira — Ipê	9	46
	4.º Subdistrito		
20	Casa Comercial de Celso Brum — São João	42	59
22	Pavilhão da Capela — Tupanci	89	53
23	Casa Comercial de Lázaro G. Siqueira — Tupanci	60	67
52	Escola Municipal Belchior Neves — Rincão do Pinto	39	32
	2.º Distrito		
17	Clube Vila Nova — em Vila Nova	108	92
38	Clube Vila Nova — em Vila Nova	76	111
18	Sub-Prefeitura — em Vila Nova	71	93
19	Escola Municipal nº 89 — Cambaí	91	54
21	Bailanta de José Piazza Martini — Mata Grande	48	82
35	Escola Rural — Mata Grande	32	89
	3.º Distrito		
34	Clube Industrial — Vila Block	109	71
47	Clube Industrial — Vila Block	48	36
	TOTAIS	3.876	3.498

A disputa entre Inocência Pires, da ARENA, e Nelson Brum Ellwanger, do MDB, encerrou-se assim com 3876 votos para o primeiro e 3498 votos para o segundo. O que esse resultado denuncia é um emparelhamento da disputa política, já em 1972. Menos de 400 votos separaram os concorrentes em um pleito marcado pela disputa de ideias conservadoras, pelo lado de Inocência, e ideias com um pouco mais de apelo popular, de Nelson Brum, em pautas mais voltadas para áreas mais variadas da cidade. Em seções da Câmara de Vereadores e em localidades como Juliana, Barrondão, Cerrito (hoje espaços do Distrito do Cerrito do Ouro) e em espaços de Jazidas houve vitória do MDB. Já vemos a partir daí uma repulsa a ideias do grupo de Inocência.

Dessa forma, a eleição municipal posterior já carregará um resultado oposto. No pleito de 1976, com a conjuntura local bem diferente e o grupo opositor já bem constituído haverá uma inversão. Esse ano será lembrado, inclusive, como início de um novo período no Brasil, conhecido oficialmente como distensão, simbolizada, principalmente, pela subida ao governo, no plano nacional do General/Ditador Ernesto Geisel, seguido do último governante militar, João Baptista Figueiredo.

O período vai ser também, no plano nacional, de ressurgimento do movimento estudantil, de reorganização da classe trabalhadora e dos partidos de esquerda, principalmente após a possibilidade de extinguir o bipartidarismo. Outra parte da abertura foi o processo da Anistia, conquistada parcialmente em 1979, após pressões sociais. Nesse contexto, o crescimento no MDB e a retomada de partidos de esquerda e centro-esquerda ocuparam papel importante.

As conclusões que se tira com a síntese em torno da documentação realizada a partir das fontes que envolvem a disputa MDB e ARENA é que, em uma dinâmica local, reproduzia-se a disputa binária pelo poder construída nacionalmente. A supremacia arenista, por sua vez, só passou a ser derrotada a partir do endurecimento das relações da Ditadura e a partir da consolidação da expulsão do campo que auxiliou a eleição dos emedebistas, em 1976.

Analisar o discurso presente no jornal local, mas, principalmente, de sujeitos que viveram o processo histórico em questão, trouxe alguns elementos para compreender algumas das formas de sustentação e manutenção de uma base social que, mesmo não apoiando de forma direta a Ditadura, não se organizava nem construía lutas oposicionistas.

3.4 O Conceito Político de Ditadura

Não foi por menos que foi reservada quase ao final tal reflexão. Justamente espero que o texto até aqui tenha demonstrado como a Ditadura não pode ser vista apenas pelo viés do poder federal, dos ditadores que estavam comandando o País. É necessário perceber o apoio e a construção ditatorial nos seus mais diferentes níveis, desde o nacional até mesmo o local, em uma cidade como São Sepé. Também é importante observar não só questões políticas, como se fossem isoladas, mas também outros aspectos como questões sociais, de gênero e econômicas como venho tentando demonstrar.

Muito pelas reflexões trazidas até aqui, há que se discordar contundentemente que teria sido uma Ditadura da “sociedade”, como caracteriza esse período o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2004). Há uma diferença bem clara em se dizer que a “sociedade” estava com a Ditadura, do que dizer que camadas sociais dominantes apoiaram, beneficiaram-se e construíram a Ditadura. Há também uma diferença em dizer que em meio a esse processo foi construído um consentimento e uma aceitação da classe trabalhadora, como defendo. Apoio esse que não era espontâneo, mas levantado através da propaganda, da educação e mesmo da repressão, com o medo de opor-se as pessoas que comandavam à força o País.

Aliás, outra reflexão é importante. É preciso lembrar que os conceitos tem História. A linguagem tem História. Aliás, são influenciados pela ideologia e demonstram vieses de análise. Não foi por acaso que até aqui, na dissertação, o período foi tratado como Ditadura Civil-Militar. Atualmente, a conceitualização do período demonstra de que forma os historiadores lidam com esse conturbado período. Temos diferentes usos dos conceitos e cada qual orienta uma linha ou um grupo que diverge quanto à interpretação do período. São exemplo disso usos como “Regime Militar”, “Regime Autoritário”, “Ditadura Militar”, “Ditadura de Segurança Nacional” e “Ditadura Civil-Militar”, “Ditadura Empresarial-Militar” ou “Ditadura Midiático-Militar”; sendo que cada um deles possui uma diferente visão e traz um diferente concepção do processo histórico em questão.

Na maioria deles o que se percebe é um direto atrelamento a um viés político de explicação. Recentemente o historiador Carlos Fico lançou a obra “O Golpe de 64”, na qual defende um olhar específico sobre a questão. Segundo ele, o que existiu foi um golpe Civil-Militar, mas uma Ditadura Militar. O que Fico defende em seu trabalho é a ideia que o poder político é exercido pelos militares na Ditadura e, por isso, assim, esse período deve ser chamado. Por outro lado, no caso do Golpe existe, segundo ele, uma ampla articulação civil com marchas da classe média; governadores de estados, como São Paulo, Minas Gerais e a Guanabara; além do próprio legislativo federal, que apoiarão o golpe, sendo esse assim caracterizado como Civil-Militar. Segundo ele:

É verdade que houve o apoio de parte da sociedade também à ditadura posterior ao Golpe – como ocorreu durante o período de grande crescimento da economia conhecido como ‘milagre brasileiro’ – mas como disse antes não me parece que apenas o apoio político defina a natureza de um acontecimento, sendo possivelmente mais acertado considerar a atuação dos sujeitos históricos em sua efetivação. Por isso, admito correta a expressão Golpe Civil-Militar, mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente Militar. (FICO, 2014, p. 9)

A visão que o autor defende nessa obra, e que vem acompanhando sua produção acadêmica é a de que o poder é de quem o exerce diretamente, pelos cargos e posições dentro da estrutura política. Por essa visão são deixados de modo secundários os apoios e financiamentos, por não serem vistos como sujeitos do processo. Nesse sentido, não se trata de descaracterizar como importante a contribuição desse autor, mas propõe-se a um diálogo sobre essa postura teórica que diz respeito também a presente pesquisa. Pela visão construída pelo autor, um enfrentamento de classes não estaria envolvido em tal processo, e sim uma disputa política que culminou com os militares no poder.

A visão de Fico deixa de lado o fato de que no período da Ditadura Civil-Militar existe uma ampla concentração de capital por parte da burguesia brasileira, tanto no que diz respeito aos empresários, quanto a grandes latifundiários, que são parte da pesquisa sobre São Sepé. Essa consolidação, que faz parte da política econômica, e que foi tocada pelos governos ditatoriais está interligada com os interesses das classes dominantes, sendo impossível de distinguir uma separação entre o poder político, a economia e os mundos do trabalho. O apoio direto de um grupo ao Golpe ou mesmo à Ditadura faz de seus agentes tão sujeitos como qualquer outro no processo histórico. Assim, não há separação entre o social e o político. Este último não pode ser encarado como algo separado se serve de meio para os grupos dominantes alcançarem seus interesses.

Não é por acaso que serão encontrados na Ditadura (1964-1985) uma franca expansão da mecanização da produção do campo, da qual terá acesso específico apenas uma minoria capaz de controlar e comprar as novas máquinas de plantio, assim como as sementes com melhoramentos e os agrotóxicos. Por outro lado, era perceptível uma realidade de exclusão de direitos aos trabalhadores rurais, além da falta de acesso à saúde, à educação e ao transporte, fatores sempre citados pelos entrevistados como algumas das ausências que impulsionam a fuga para a cidade. Ora, essa não era uma realidade local, pois podemos ver que ela está presente pelo restante do País.

Torna-se evidente aqui a defesa do conceito de Ditadura Civil-Militar. Não apenas pelo fato de ter no governo ditatorial de ministros civis e indivíduos que manifestam localmente o poder, mas, principalmente, pela visão acima trabalhada de que a Ditadura efetivou uma série de interesses da classe dominante nacional, em suas diferentes frações. O apoio e financiamento desse grupo não são meros acasos. Não é, também, por acaso, o empréstimo de veículos que algumas empresas fizeram a militares torturadores, como no caso da Operação Bandeirantes. Há relatos até mesmo de empresários nas salas de tortura.

Esses são fatores que vão nos ajudar a entender todo caráter de classe da Ditadura, o qual defendi até aqui na dissertação, ao relacionar o momento político às transformações na vida dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes em São Sepé. Lembro ainda, que trabalhos que evidenciam essas características em um plano nacional, tal qual como o de José de Souza Martins, já apontavam para essa linha em uma perspectiva macro. Da mesma forma, a clássica obra de René Dreifuss (1981) já apontava, a construção do Golpe de 1964, por grupos empresarias e de interesses internacionais, a partir do complexo IPES-IBAD, como a Ditadura já iniciava como um governo das classes dominantes. O resultado posterior ficaria, então, muito claro, seja em escala macro ou mesmo localmente, no Município alvo da pesquisa.

Arroxo salarial, expulsão da população do campo para a cidade (foco deste trabalho), restrições de liberdades individuais e coletivas que dizem respeito, principalmente, a trabalhadores/as, demonstram que é muito simplista perceber o poder apenas atrelado a um cargo ou na nomenclatura de um período aos militares.

Outra visão problemática de Daniel Aarão Reis Filho, o qual defende também uma perspectiva do termo Civil-Militar, com um outro enfoque do trazido até aqui na dissertação, é sobre a compreensão do apoio da sociedade à Ditadura como sua sustentação durante 21 anos, devido a postura ou mesmo indiferença. Em sua obra, Reis Filho critica projetos do que chama de *esquerdas* como não representantes da luta pela democracia ou da voz da sociedade.

Essa visão defendida por ele não dá conta de explicar os meandros da Ditadura, nem considerar a luta de classes em meio a Ditadura. Sua manifestação, talvez, expresse a mais clara perspectiva de nossas classes dominantes, mesmo que essas não exerçam muitos dos cargos em um plano nacional de política.⁶² Nesse sentido, Mendonça (2011) aponta outra discussão pertinente que vem problematizar ainda mais Estado e poder. Segundo a autora, existe uma falsa dicotomia, proposta por uma matriz liberal de Estado, na qual se opõem a ideia de *Sociedade Política* e *Sociedade Civil*.

Essa separação serviria aos interesses de classes, apartando outros grupos que não os dominantes das esferas políticas. Por essa perspectiva, o Estado seria quase a encarnação de um sujeito. As explicações podem encaixar-se e demonstrar significado, mas o que está instituído, a partir daí, é a diluição dos indivíduos e até mesmo de coletividades como classe no meio do processo histórico real. Dessa mesma forma, alguns historiadores/as que pesquisam a Ditadura destacam o conceito de Estado Autoritário ou Sociedade Autoritária, os quais ajudariam a dar conta de explicar esse processo e as demonstrações de violências e restrições de direitos constitucionais. Mas resta a pergunta: Que Estado é esse? Que sociedade é essa? Por acaso seriam os trabalhadores que organizaram greves e resistiram ao governo parte desse Estado, como coloca no caminho oposto Carvalho (2014), ao dizer que houve até 1968 um contínuo crescimento da mobilização da classe trabalhadora?

É necessário retomar é a concepção trazida por Gramsci na qual o Estado não seria nem sujeito nem objeto, mas percebido como espaço de relação social em uma visão ampliada. Segundo Mendonça, ele existe:

⁶² O que não podemos dizer no plano local, nos qual, através do bipartidarismo, as classes dominantes conseguiam eleger seus representantes.

como condensação das relações sociais presentes numa dada formação histórica, o Estado é, atravessado pelo conjunto das relações sociais nela existentes, incorporando em si mesmo, em sua própria materialidade, os conflitos vigentes na sociedade. (2011, p. 19)

Os conflitos serão, portanto, percebidos ou mesmo manifestados em seu interior. Temos tanto casos em que as polícias representarão braços defensores dos interesses das classes dominantes, quanto exemplos locais nos quais o consentimento/convencimento foi buscado a fim de legitimar ideias ou culturas de classe como a escola ou a propaganda, ou mesmo a imprensa, se considerarmos esses mecanismos privados de mídia como outro braço das camadas dominantes. Além disso, temos, através do Estado, a questão repressiva que se encaixa como forma intimidatória e, também, de eliminação de resistências, como forma mais direta de ação da Ditadura.

3.5 Rastros da Repressão em São Sepé

O título acima aponta bem acerca desse recorte da pesquisa. Foram rastros, o máximo encontrado sobre o assunto repressão. Não se quer dizer com isso que ela não existiu na cidade, muito pelo contrário. O que ficou claro, através das fontes, foi a ausência do poder público no registro da posturas da polícia ou dos militares naquele contexto. No entanto, ao se debruçar sobre as fontes do jornal *A Palavra* e dos depoimentos orais, aos poucos foi aparecendo uma postura truculenta e intimidadora das forças de “segurança” do Estado, representadas no caso pela polícia militar, aqui a Brigada Militar.

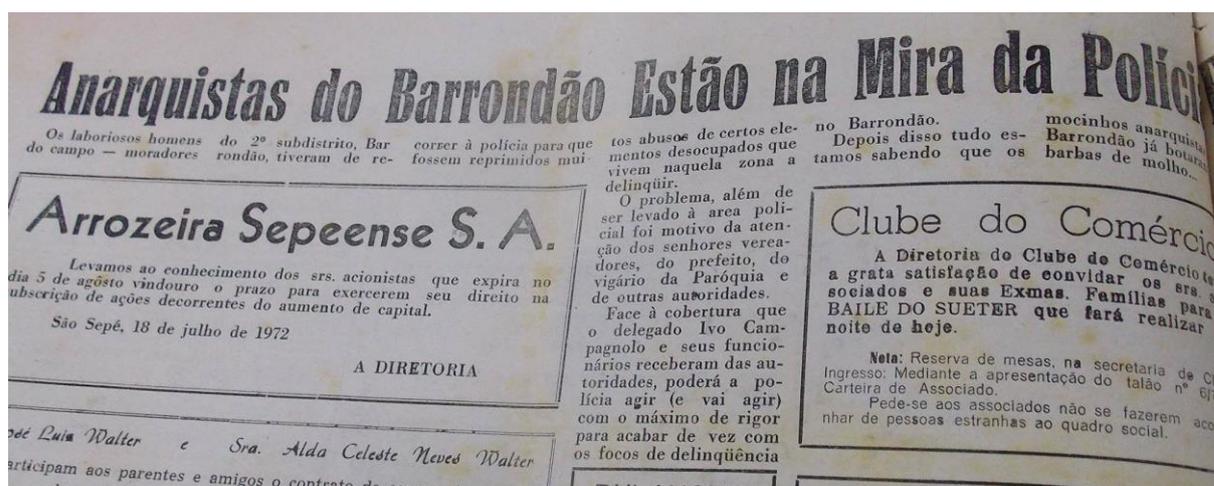
No entanto, vale demarcar, que esse item não relaciona em São Sepé à questão da repressão organizada em polícias políticas sob o objetivo de perseguir e atacar os partidos políticos e organizações de esquerda. Porém, não se exclui o caráter de repressão no caso sepeense, especialmente quando tratamos da figura de trabalhadores/as e de periféricos/as. Na imprensa, qualquer indivíduo ou grupo que fugisse ao modelo de cidadão seria devidamente encarado como escória e, nas ruas, nos bares e espaços públicos a truculência policial tomava forma com violência verbal e física.

Um exemplo em relação à imprensa são os trechos retirados do jornal *A Palavra* que devem ser problematizados. Existe nas fontes uma construção de um “outro”, alguém ou um grupo, que não fariam parte da comunidade, um grupo que pode ser objetivado e adjetivado naquele presente, e por consequência na memória, lembrados como indesejáveis que deveriam mudar de postura ou aceitar sua exclusão. São notados os menores abandonados, as mulheres

não submissas, os alcoólatras, as pessoas que não encaixam-se nas doutrinas cristãs, os desempregados, etc. São esses sujeitos a ser considerados como à margem de um modelo de sujeito legitimado pelo jornal, mas que é, também, parte do sujeito excluído pelo discurso da Ditadura.

A matéria abaixo, denominada “Anarquistas do Barrondão na mira da polícia”, serve como exemplo:

Imagem 23:⁶³



Realizando uma simples observação pelas entrevistas e pela organização política da cidade, nota-se, por exemplo, que não existiam anarquistas organizados em São Sepé, muito menos eles estariam na localidade rural denominada *Barrondão*. O porquê, então, dessa definição? Do mesmo modo outras características são dadas a essas pessoas, como “vagabundos”, “comunistas”, “desocupados” e “desordeiros”, palavras que aparecem seguidamente nas edições semanais, e que se tratam de uma exclusão com o discurso. Em dois sentidos, como indicamos abaixo.

Em primeiro lugar por reprovar e negatar qualquer pessoa que apresentasse o comportamento diferenciado do que se conceitualizava como “homem de bem” ou “cidadão de bem”. Aqui se atribui “de bem” como normalmente aquele indivíduo que tivesse um emprego, uma conduta baseada no moralismo cristão e uma perspectiva patriarcal de sociedade. Quem não se encaixa, mesmo na mais difícil realidade, está excluído do ponto de vista discursivo.

Outro exemplo desse sentido é uma reportagem que data de agosto de 1971 na qual o vigário da paróquia local, claramente identificado com o viés retratado acima, demonstra sua

⁶³ A Palavra, 8/09/1973.

opção de classe em uma entrevista que apresenta valor contundente nessa hipótese. Nesse material, a figura do líder religioso (que é até hoje nesse pequeno município uma referência social e política) pede de forma encarecida que as autoridades, em especial o prefeito, os vereadores e os chefes de polícia local para que tomem uma atitude quanto aos menores em situação de rua que aglomeram-se na Praça Central.

Entretanto, o que chama a atenção na análise não é o resultado final do episódio, mas como ele foi construído e como a solução demonstrada foi apontada abertamente no principal veículo de notícias da cidade. A higienização social é dita e defendida abertamente, sem espaço para o outro. Aliás, é preciso encarar que no pacote da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), está também um modelo de família, baseado no modelo estadunidense. É preciso perceber que a DSN penetra não apenas no campo político e militar, mas instrumentaliza-se culturalmente nas sociedades latino-americanas, como demonstra Enrique Padrós (2006).

Nessa mesma linha, apresenta-se uma segunda leitura que pode ser feita da reportagem exemplificada no corpo do texto, bem como os demais aparecimentos dos anos de 1971 a 1973 que foram pesquisados. Trata-se de um discurso no qual imperava o anticomunismo, retratando outra clara perspectiva da DSN, a de combater ideologicamente aproximações às *esquerdas* ou a qualquer grupo que adotasse um discurso de tom mais progressista associado ao trabalhismo ou a algum político que tinha poder antes de 1964.

Não é por menos que os adjetivos negativos citados são, em muitos casos, o de anarquista e comunista (atribuindo, juntamente, outros, como vagabundo ou desocupado). A construção ideológica de um ódio a esses grupos políticos infere-se na medida em que os *indesejados* e *periféricos* são assim adjetivados de forma negativa. Atrela-se a essas orientações políticas, através de mídias e da educação, um sentido perverso, antes mesmo que eles possam construir-se como organização na cidade.

Não é por acaso que o jornal representava a opinião de grandes agricultores, a camada dominante economicamente do período. Algo parecido foi notado quando perguntado aos entrevistados/as sobre a violência da Ditadura na cidade, já que, a princípio, não existiram esquerdas organizadas. As fontes oficiais não falam nessa perspectiva. O jornal deixa escapar momentos de violência e apoio à violência policial. Exceto Osvaldo, os demais entrevistados/as calaram quanto a esse assunto, com alguns dizendo que nunca presenciaram ou ouviram falar sobre. Entretanto, quando perguntado sobre, Osvaldo relatou com alguns detalhes a postura da polícia na época:

E o povo pobre apanhava da Brigada. A Brigada surrava muito aqui em São Sepé, fazia muita injustiça, prendendo pessoas que nada tinham feito e os que tinham um pouquinho mais de recursos esses foram perseguidos, quem tinham representação, representação política e não compactuavam com a ditadura esses eram presos pelo exército. Pra mim foi um horror isso aí. [...]Esse andava aí com viatura da Brigada acompanhado de alguns elementos da polícia civil e com 4,5, 6 brigadiano chegando nas lancherias, nos bar da época. Fechando as porta e dando chute na canela do povo, mandando embora, dando tapa, fazendo horrores e as vezes prendiam pessoas indefesas, levavam eles pro presídio davam um banho, uma surra. Diz que surrava com uma toalha molhada ou coisa parecida pra não ficar sinal no corpo. E eles tinham uma máquina de cortar cabelo assim e tosquiavam o cabelo das pessoas e largavam (2013)

A partir desse relato, é possível ver todo o caráter de classe da maioria dessas agressões policiais. Os sujeitos alvos dos ataques e da truculência policial não eram outros se não aquelas pessoas que habitavam os bairros periféricos da cidade. Os locais alvos não eram outros, se não os espaços de socialização dos trabalhadores. Tudo isso, no processo de construção de uma imagem intimidatória da polícia e da imposição da não-crítica ao Estado ou a realidade presente naquele contexto.

Por outro lado, a partir dos relatos de Osvaldo também se percebe que mesmo setores das camadas dominantes também foram perseguidos. Mas nesse caso, em relação à questão de posição política, de militantes mais ligados àqueles grupos de tom um tanto mais progressista, os quais eram poder antes de 1964 na cidade. Segundo outro trecho da entrevista, é possível ver o exemplo, inclusive de discursos gravados em meio à campanha política para a Prefeitura:

Tu sabe que nós fazíamos comício aqui em São Sepé e eles mandavam gravar o discurso das pessoas pra mandar pro DOPS. Denunciavam, sei lá eu, pro comando do 3º exército os discursos e se a gente atacasse eles.....E tu sabe que antes de falar eu olhava assim e enxergava os cara com os gravador desse tamanho e antes de começar a falar eu mandava ligar os gravador. Pedia que ligassem porque não tinha medo. (Entrevista de Osvaldo)

O que podemos perceber, a partir da entrevista, é a evidencia de uma tentativa de sufocar, a partir de algumas práticas de repressão, quaisquer movimentos de caráter mais progressista, mesmo que os emedebistas na cidade. A ida de pessoas com gravadores em comícios daqueles que desafiavam o poder arenista tinha a clara perspectiva de demonstrar que aquelas posturas não seriam aceitas, se não, assim como fizeram em 1964, aquelas pessoas seriam retiradas do jogo político.

Quanto ainda a prisões e repressão direta, podem-se notar algumas situações relatadas pelo entrevistado, em especial, de trechos que retomam a reflexão acerca de quem era

majoritariamente preso. Segundo ele, quando questionado acerca do porquê que as pessoas eram presas, obteve-se a seguinte resposta:

Por qualquer coisa. Na época da Ditadura não ficava quatro pessoa numa esquina conversando à noite porque o tenente Kitz, que era o comandante da Brigada aqui, passava ali, parava o jipe e corria as pessoa. E se alguém retrucasse ele, prendia e dava uma tunda. Surrava.

Então eles faziam assim, eles eram muito arbitrários, eles mandavam, eles chegavam e não queriam saber e na época da Ditadura a Brigada não deu folga pras pessoas, surravam as pessoas e ficava o dito pelo não dito. Cortavam o cabelo, pegavam as pessoas na rua e levavam pra perto do Engenho Medianeira, ali era a Brigada, eles levavam as pessoas pra lá onde tinha um quartinho, molhavam os sacos de estopa, porque dizem que não fica sinal com pano molhado, e pegavam uma máquina de cortar cabelo e cortavam. Eu vi muita gente com cabelo cortado assim. Metiam lá na nuca e saíam lá na testa e não tinham onde se queixar. Aí o cara vai dar parte com o delegado que é arbitrário também, que é sem vergonha, que é ladrão, como teve aqui em São Sepé e defende o sistema. Chegava lá e o delegado dava uma tunda também. (2015)

A partir daí, Osvaldo já demonstra em sua fala, todo o caráter de violência daquelas forças policiais, de como eram as pessoas tratadas e como a força de autoridade acima da lei era imposta pela Brigada Militar. As ações que eram feitas pela Brigada, encontravam respaldo justamente no modo de pensar das forças de “segurança” da Ditadura e não encontrariam viés de questionamento, nem forma de defesa por parte do cidadão. Isso tudo, claro, se tratando dos trabalhadores/as, uma vez que mesmo a Brigada, naquele ponto, não estava para defender interesses que não os das camadas dominantes sepeenses.

Em relação às práticas já demonstradas por Osvaldo, podemos ver dois pontos. Primeiro, é de que não fazem parte daquela repressão a qual atingia grupos organizados contra a Ditadura e que eram tão presentes nas DOPS. No entanto, práticas de violência existiam e estavam ligadas a uma postura sistemática, mesmo no caso sepeense, em que haviam determinadas técnicas usadas pela polícia para violentar e não deixar marcas da violência física, apenas cortes de cabelo como aviso e marca de que aqueles haviam desafiado, de algum modo, a ordem vigente, ou que eram, de alguma forma, encarados como indesejáveis na sociedade sepeense.

Ainda quanto às práticas, se pode ver outro trecho da entrevista:

A Brigada naquela época se sentia governo. Tem uma casinha ali perto do cemitério, primeiro chalezinho à esquerda, foi construído pra surrar as pessoas. Tá lá o chalezinho. As pessoas da minha época sabem. Prendiam uma pobre criatura ali e levavam lá pra surrar. Eu acho que quem deu o material pra fazer aquele chalé, e aquele pedacinho de terra ali, não tenho bem certeza, mas parece que foi o Dr. Túlio.

Lá naquele chalé eles levavam as pessoas pra surrar. Pena que não sei se tem algum vizinho lá, acho que morreram tudo os mais antigos, que sabia,

ouviam os gritos das pessoas apanhando lá dentro. Por isso que eu tenho horror à Ditadura. (2015)

O local ao qual se refere o entrevistado parece ser uma prisão e local de violência paralela da Brigada. Segundo ele, o local teria sido construído sem verbas públicas, mas com financiamento de uma pessoa física. Tal local serviu, então, de base para que a polícia militar levasse e praticasse punições violentas às pessoas de forma arbitrária e para que não ficassem sob os registros oficiais. Hoje, o local já não mais existe, assim como também não existem registros oficiais do que ali tivesse acontecido.

Esse último ponto demonstra toda a importância da memória na constituição desse período, uma vez que as arbitrariedades e posturas que contrariavam qualquer perspectiva de constitucionalidade, liberdade e democracia ficavam em segundo plano e foram sumariamente apagadas dos registros oficiais.

CONCLUSÃO

Estudar ao longo de anos a sociedade, a política e a economia sepeense foi um grande desafio. Rememorar lembranças daquele passado, encontrar fontes impressas e achar resquícios do poder naquele contexto, tornou-se difícil tarefa, ainda mais ao se considerar o período e as práticas políticas que lidam de forma traumática com questões morais e éticas, as quais trazem à tona as origens da cidade atual.

O que se pode concluir é que, através das reflexões estabelecidas, São Sepé viveu de forma tão dramática as transformações da Ditadura Civil-Militar quanto qualquer outro município brasileiro. Claro, com outros focos de opressão, é bem verdade. Porém, com situações tão cabíveis de síntese de pesquisa histórica quanto outras cidades, grandes, médias ou pequenas, haja vista que o cotidiano de grande parcela da população sepeense teve sua vida completamente transformada em diversos fatores em meio aos anos de 1960 e 1970 nas relações micro e macro.

Demonstrar esses contornos em áreas de agropecuária é de suma relevância para complexificar ainda mais o leque de situações sobre as quais a Ditadura e seus protagonistas se impuseram naquela conjuntura, levando a cabo o programa de crescimento econômico que as camadas dominantes, tanto empresariais, quanto de latifundiários, não conseguiram colocar com a força das urnas. O trabalho tentou demonstrar que antes de mero acaso ou transformação encerrada em uma espacialidade local, o processo conectou a economia e as classes de São Sepé a um estrutural processo nacional implementado pelas classes dominantes durante a Ditadura Civil-Militar.

Assim, parece ter ficado evidente que o processo que ocorreu de migração maciça de pessoas do campo para a cidade no período é fruto de uma política de centralização de terras, através de um plano nacional e de um ideal norteado para a exclusão de pessoas para a cidade, o que acabava por caracterizar uma verdadeira expulsão do campo. Muito disso foi simbolizado no Estatuto da Terra e com novas realidades, tal qual a mecanização do plantio e colheita, bem como a entrada de novos implementos agrícolas. Assim, havia ficado muito difícil para as famílias de pequena e média propriedade manter-se no campo e competir com o avanço do monocultivo de agroexportação.

O caso sepeense foi apresentado como um exemplo singular desse processo no interior brasileiro, demonstrado através das situações de trabalhadores e trabalhadoras e de como eles vivenciaram e significaram aquelas transformações. Compreendeu-se que aspectos pessoais e

coletivos moviam aquelas pessoas e como elas trazem memórias daquele tempo, além da economia, como ausências de serviço do Estado foram aspectos decisivos para saída, como por exemplo a Educação e a Saúde.

Aliás, acerca das trabalhadoras foi dedicado todo o segundo capítulo. Isso se deu a fim de demonstrar como a expulsão do campo, apesar de mirar especificamente na concentração de terras, acabou por afetar uma complexidade de outros fatores, tal qual a questão complexa de gênero e de como elas tiveram transformações tão decisivas em dinâmicas pessoais e familiares.

No que diz respeito a essas mulheres, a conclusão é de que, em uma cidade interiorana como São Sepé, a saída para o mercado de trabalho remunerado e a transformação das relações de gênero se deu com permanências de algumas situações, bem como ressignificações de algumas dinâmicas. Muitas delas, tal qual algumas entrevistadas, saíram para trabalhar fora de casa, conquistando autonomia no campo financeiro e de status. Ao mesmo tempo que algumas permanências aconteceram nessa saída, como foi demonstrado ao apresentar que essas mulheres ocupavam fora de casa o espaço de trabalho que envolvia o *cuidado*. Porém, vale lembrar que as transformações aconteceram e mesmo que a curto prazo não tenham revolucionado situações, abriram caminho para que as mulheres ocupassem uma nova posição social e de gênero.

Assim, a realidade da família trabalhadora também foi transformada como um todo, até porque elas abandonaram locais de trabalho campesino ou de assalariamento rural, para fazer crescer os bairros periféricos da cidade. Desta forma, uma grande ambiguidade de fatores é percebida aí. Ao mesmo tempo em que as famílias estão mais próximas do acesso à saúde e à educação, este mesmo acesso não é completamente garantido. Além disso, a cidade mostrou-se um ambiente bastante inóspito, com falta de ruas, de água tratada, de saneamento básico, etc. A imagem da cidade como espaço moderno e de conquista de mais direitos, não se provou concreta. Foi necessário muito esforço e trabalho pelos próprios migrantes para que algumas necessidades fossem atingidas

Para completar, foi demonstrado como o quadro político construído no pós-1964 apontou todo caráter de classe da Ditadura Civil-Militar e de como, mesmo em perspectiva micro, a realidade política foi transformada e levada para situações de aumento expressivo de poder daqueles grupos mais conservadores e detentores do capital, representados, no caso sepeense, pelos grandes latifundiários. A maioria destes, vale lembrar, era compromissada ou da própria a ARENA.

Outro aspecto é que essa transformação não é apenas no âmbito econômico, mas também acompanhada de mudanças no plano do poder, uma vez que as classes dominantes se

utilizam amplamente do Estado como sua ferramenta, como em casos representados do uso de cargos do Estado como meio de troca política. Do mesmo modo, foi possível demonstrar os mecanismos midiáticos e repressivos de como esse poder era exercido, seja de forma discursiva, seja pela prática política, no caso de São Sepé. Principalmente vale lembrar as fontes como o “Jornal A Palavra” e as entrevistas orais vistas por pessoas que vivenciaram esses processos, como o senhor Osvaldo, quando narrou a violência policial.

Concluindo, espera-se, de alguma forma, que esta pesquisa tenha contribuído para os estudos sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, em especial para a compreensão desse período tão conturbado e controverso de nosso processo histórico. Bem como, para que esse período seja visto por uma diversidade de olhares e para que a classe trabalhadora esteja cada vez mais representada, em todas as situações nas quais esteve envolvida, seja pelas opressões sofridas, bem como pelas suas resistências e pelo seu protagonismo.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Bibliografia Referenciada:

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, v. 29, p. 91-109, 2007.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRUM, Liniane Haag. **Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia**. Porto Alegre: Editora Arquipélago, 2012.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da memória: defensores e críticos da Ditadura**. (1964-1985). Cruz das Almas: Editora UFRB, 2012.

CARVALHO, Yuri Rosa de. **“Se dez vidas tivesse, dez vidas daria”**: o Movimento Revolucionário Tiradentes e a participação da classe trabalhadora na resistência (1964-1971). Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria: PPGH-UFSM, 2014.

COMISSÃO de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. **Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985**. 2 ed. São Paulo: Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos/Instituto de Estudos Sobre a Violência de Estado/Imprensa Oficial, 2009.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009. p. 202.

D’ALESSANDRO, Martín. **Los partidos políticos y la representación democrática**. La evolución de su desarrollo teórico. 2010. Disponível em: <http://www.ancmyp.org.ar/user/files/01DAlessandro.pdf>. Acesso em 18h de 16/05/2015

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Historia oral**, 6 (2003): 9-25. Disponível em:

https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO,%20Lucila%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf. Acesso 18h de 15/05/2015

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FUNDAÇÃO CULTURAL AFIF SIMÕES FILHO. **Personagens da História**. São Sepé: FUNDAÇÃO CULTURAL AFIF SIMÕES FILHO, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em primeira mão**, v. 75, p. 1-37, 2004.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura**. 2ª Ed. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1986.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Daniele. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. Nova York: Oxford University Press, 1986.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MARCONDES, Mariana Mazzini; YANNOULAS, Silvia Cristina. Práticas sociais de cuidado e a responsabilidade do Estado. **Revista Ártemis**, v. 13, n. 1, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1985.

MATOS, Maria Izilda S. de. Da invisibilidade ao gênero: percursos e possibilidades nas Ciências Sociais contemporâneas. **Margem**, São Paulo, n. 15, p. 237-252, 2002.

MEDINA, Juan Abal. Elementos teóricos para el análisis contemporáneo de los partidos políticos: un reordenamiento del campo semántico. In: Cavarozzi, Marcelo; Abal Medina, Juan (eds.) **El asedio a la política**. Los partidos latinoamericanos tras la década del neoliberalismo. Rosario: Homo Sapiens, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A pesquisa sobre Estado e poder: balanço historiográfico. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grasse; KOLING, Paulo José (Orgs.). **Estado e poder: questões teóricas e estudos históricos**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, PUC, n.10, p.7-29, dez. 1993.

NORONHA, Olinda Maria. **De camponesa a "Madame"**: trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

OROZCO, Amalia. **Cadenas globales de cuidado**. Santo Domingo: INSTRAW, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra (org.). **As ditaduras de segurança nacional**: Brasil e Cone Sul; para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça. Porto Alegre: Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura/CORAG, 2006.

PEREIRA, Carolina . Sobre mulheres e mães: uma aproximação à teoria do cuidado. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8**. Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, 2008.

PEREIRA, Felipe Rios. **O processo de expulsão populacional do campo e o crescimento da cidade**: um olhar sobre são sepé durante a ditadura civil-militar. Monografia (Trabalho de Conclusão de Graduação). Santa Maria: Curso de História/UFSM, 2014.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Buaru: EDUSC, 2005.

PORTELLI, Alessandro et al. História oral como gênero. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 22, 2001.

POULANTZAS, Nicos Ar; SILVEIRA, Paulo. **Poulantzas: sociologia**. São Paulo: Ática, 1984.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a Ditadura Militar**. 40 anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004.

RICOEUR, Paul. Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico. In: **Tempo e narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010, v. 3, p. 176-213.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Vol. 6. São Paulo: Edusp, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1991.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. São Paulo: Ed. Unesp. 1992.

SILVA, Claiton Marcio da. "**Saber, sentir, servir e saúde: a construção do novo jovem rural nos clubes 4-S, SC (1970-1985).**" Dissertação (mestrado em História). PPGH-UFSC. 2002.

SILVA, T. S. **História, Gênero e Educação: As mobilizações de gênero pela ditadura civil-militar brasileira sob uma perspectiva da educação (1964 - 1985).** In: III Seminário nacional de Gênero e Práticas Culturais, 2011, João Pessoa. III Seminário nacional de Gênero e Práticas Culturais - Olhares diversos sobre a diferença, 2011.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe trabalhadora inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, M. G. **Lutar para manter, lutar para romper: mulheres e a ditadura militar brasileira.** Em Debate (UFSC. Online), v. 04, p. 93-105, 2010; Meio de divulgação: Digital. Homepage:<http://periodicos.incubadora.ufsc.br/index.php/emdebate/index>; ISSN/ISBN: 19803532.

VIEIRA, Lucas Schuab. "**A Imprensa como fonte para a pesquisa em História: Teoria e método.**" *Revista de recensões de comunicação e cultura* (2013). Disponível In: <http://bocc.ufp.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o "boom da memória" nos estudos contemporâneos de história. In: SELLIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). **Palavra e imagem: memória e escritura.** Chapecó, SC: Argos, 2006.

Bibliografia Consultada

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório Final. Violações de direitos no campo 1946-1988**. Brasília, 2014. Disponível em <http://www.contag.org.br/arquivos/portal/file/site/Relatorio%20Final%20Comissao%20Camponesa%20da%20Verdade%2009dez2014.pdf> Acesso em: 20/09/2015.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro F.S; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREITAS, Revalino Antonio de; NUNES, Jordão Horta. **Trabalho e gênero**: entre a solidariedade e Desigualdade. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. Editora Claridade, São Paulo, 2011.

LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa; KONRAD, Diorge Alceno. **Em nome da democracia**: o Golpe de 1964 e a consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul (1963-1968). Santa Maria – Porto Alegre: Relatório final do projeto de iniciação científica Bic/Fapergs; 2010. Nº 023420.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

SILVA, Julia do Carmo da. A construção do indivíduo: a família no discurso da revista *Rainha* durante a Ditadura Civil-Militar. In: **XIII Congresso de Ciências da Comunicação na região Sul**. Chapecó, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-1477-1.pdf>. Acesso em 01/12/2013.

Fontes

ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO SEPÉ: Janeiro de 1971 a dezembro de 1973.

JORNAL *A Palavra*: Janeiro de 1970 a dezembro de 1973.

Entrevistas

Adroaldo Bastos de Lima. 1ª Realizada em 21 de outubro de 2013 .

Marlene Rodrigues. Realizada em 16 de abril de 2015.

Ondina Santos Rios. 1ª Realizada em 19 de outubro de 2013. 2ª Realizada em 15 de abril de 2015.

Oswaldo Aires Pereira. 1ª Realizada em 20 de Outubro de 2013. 2ª Realizada em 22 de Abril de 2015.

Eleonor Fontoura Machado. Realizada em 21 de Abril de 2015.

Analídia Gomes Lopes. Realizada em 21 de Abril de 2015.

Sítios Visitados

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_brasil_zip.shtm. Acesso em: 15 de nov. 2013.

Filmes

Uma história de amor e fúria (2013), direção de Luiz Bolognesi.

ANEXOS

Anexo A – Autorização Adroaldo Bastos de Lima

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Termo de consentimento livre e esclarecido

Através desse documento, você está sendo convidado a participar da pesquisa: "TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR", que visa remontar alguns aspectos do processo migratório ocorrido durante os anos 1960 e 1970 na cidade de São Sepé/RS.

Sua colaboração neste trabalho é muito importante, mas sua participação depende de seu consentimento. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se sua decisão for a de participar, basta que preencha seus dados e assine a declaração a seguir, concordando com o uso das informações coletadas na entrevista oral na pesquisa. Se tiver qualquer dúvida, pode esclarecê-la com os responsáveis pela pesquisa, a qualquer momento.

A assinatura desse termo de consentimento autoriza a publicação do conteúdo parcial ou integral do material coletado. Não há despesas pessoais para a você, entrevistado(a), e a sua participação não será remunerada. O pesquisador se compromete a utilizar os dados coletados apenas para fins de pesquisa, sendo apenas utilizado na dissertação ou em artigos acadêmicos.

Serão realizadas entrevistas agendadas previamente e os relatos serão gravados e/ou filmados. A gravação será posteriormente transcrita e analisada pelo entrevistador para a realização do trabalho de pesquisa.

Se você não desejar mais fazer parte da pesquisa tem o direito de retirar o seu consentimento, livre de sofrer qualquer penalização ou danos quaisquer que sejam.

Declaração

Eu, Adroaldo Bastos de Lima, acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito da pesquisa: "TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR". Ficaram claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes, também fica claro que minha participação voluntária é isenta de despesas e, da mesma forma, não será remunerada.

Concordo em participar voluntariamente deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento sem penalidades ou prejuízos a mim e ao pesquisador.

São Sepé, 17 de Junho de 2016

x [Assinatura]
Assinatura do(a) entrevistado(a)

[Assinatura]
Assinatura do(a) entrevistador(a)

Anexo B – Analídia Gomes Lopes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA MESTRADO EM HISTÓRIA

Termo de consentimento livre e esclarecido

Através desse documento, você está sendo convidado a participar da pesquisa: "TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR", que visa remontar alguns aspectos do processo migratório ocorrido durante os anos 1960 e 1970 na cidade de São Sepé/RS.

Sua colaboração neste trabalho é muito importante, mas sua participação depende de seu consentimento. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se sua decisão for a de participar, basta que preencha seus dados e assine a declaração a seguir, concordando com o uso das informações coletadas na entrevista oral na pesquisa. Se tiver qualquer dúvida, pode esclarecê-la com os responsáveis pela pesquisa, a qualquer momento.

A assinatura desse termo de consentimento autoriza a publicação do conteúdo parcial ou integral do material coletado. Não há despesas pessoais para a você, entrevistado(a), e a sua participação não será remunerada. O pesquisador se compromete a utilizar os dados coletados apenas para fins de pesquisa, sendo apenas utilizado na dissertação ou em artigos acadêmicos.

Serão realizadas entrevistas agendadas previamente e os relatos serão gravados e/ou filmados. A gravação será posteriormente transcrita e analisada pelo entrevistador para a realização do trabalho de pesquisa.

Se você não desejar mais fazer parte da pesquisa tem o direito de retirar o seu consentimento, livre de sofrer qualquer penalização ou danos quaisquer que sejam.

Declaração

Eu, Analiidia Gomes Lopes acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito da pesquisa: "TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR". Ficaram claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes, também fica claro que minha participação voluntária é isenta de despesas e, da mesma forma, não será remunerada.

Concordo em participar voluntariamente deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento sem penalidades ou prejuízos a mim e ao pesquisador.

São Sepé, 19 de Maio de 2016.

X Analidia Gomes Lopes
Assinatura do(a) entrevistado(a)

Elijo R. P. P.
Assinatura do(a) entrevistador(a)

Anexo C⁶⁴ – Eleonor Fontoura Machado

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA MESTRADO EM HISTÓRIA

Termo de consentimento livre e esclarecido

Através desse documento, você está sendo convidado a participar da pesquisa: "TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR", que visa remontar alguns aspectos do processo migratório ocorrido durante os anos 1960 e 1970 na cidade de São Sepé/RS.

Sua colaboração neste trabalho é muito importante, mas sua participação depende de seu consentimento. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se sua decisão for a de participar, basta que preencha seus dados e assine a declaração a seguir, concordando com o uso das informações coletadas na entrevista oral na pesquisa. Se tiver qualquer dúvida, pode esclarecê-la com os responsáveis pela pesquisa, a qualquer momento.

A assinatura desse termo de consentimento autoriza a publicação do conteúdo parcial ou integral do material coletado. Não há despesas pessoais para a você, entrevistado(a), e a sua participação não será remunerada. O pesquisador se compromete a utilizar os dados coletados apenas para fins de pesquisa, sendo apenas utilizado na dissertação ou em artigos acadêmicos.

Serão realizadas entrevistas agendadas previamente e os relatos serão gravados e/ou filmados. A gravação será posteriormente transcrita e analisada pelo entrevistador para a realização do trabalho de pesquisa.

Se você não desejar mais fazer parte da pesquisa tem o direito de retirar o seu consentimento, livre de sofrer qualquer penalização ou danos quaisquer que sejam.

Declaração

Eu, Eleonor Fontoura Machado acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito da pesquisa: "TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR". Ficaram claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes, também fica claro que minha participação voluntária é isenta de despesas e, da mesma forma, não será remunerada.

Concordo em participar voluntariamente deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento sem penalidades ou prejuízos a mim e ao pesquisador.

São Sepé, 19 de de Maio de 2016

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Elisete Rosa Pereira

Assinatura do(a) entrevistador(a)

⁶⁴ A autorização de Eleonor foi feita por impressão digital por ela não ser alfabetizada.

Anexo D – Autorização Marlene Rodrigues

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA MESTRADO EM HISTÓRIA

Termo de consentimento livre e esclarecido

Através desse documento, você está sendo convidado a participar da pesquisa: "TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR", que visa remontar alguns aspectos do processo migratório ocorrido durante os anos 1960 e 1970 na cidade de São Sepé/RS.

Sua colaboração neste trabalho é muito importante, mas sua participação depende de seu consentimento. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se sua decisão for a de participar, basta que preencha seus dados e assine a declaração a seguir, concordando com o uso das informações coletadas na entrevista oral na pesquisa. Se tiver qualquer dúvida, pode esclarecê-la com os responsáveis pela pesquisa, a qualquer momento.

A assinatura desse termo de consentimento autoriza a publicação do conteúdo parcial ou integral do material coletado. Não há despesas pessoais para a você, entrevistado(a), e a sua participação não será remunerada. O pesquisador se compromete a utilizar os dados coletados apenas para fins de pesquisa, sendo apenas utilizado na dissertação ou em artigos acadêmicos.

Serão realizadas entrevistas agendadas previamente e os relatos serão gravados e/ou filmados. A gravação será posteriormente transcrita e analisada pelo entrevistador para a realização do trabalho de pesquisa.

Se você não desejar mais fazer parte da pesquisa tem o direito de retirar o seu consentimento, livre de sofrer qualquer penalização ou danos quaisquer que sejam.

Declaração

Eu, Marlene P Rodrigues, acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito da pesquisa: "TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR". Ficaram claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes, também fica claro que minha participação voluntária é isenta de despesas e, da mesma forma, não será remunerada.

Concordo em participar voluntariamente deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento sem penalidades ou prejuízos a mim e ao pesquisador.

São Sepé, 03 de maio de 2014.

Marlene P R
Assinatura do(a) entrevistado(a)

Elizete Rosa Pinheiro
Assinatura do(a) entrevistador(a)

Anexo E – Autorização Ondina Santos Rios

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA MESTRADO EM HISTÓRIA

Termo de consentimento livre e esclarecido

Através desse documento, você está sendo convidado a participar da pesquisa: "TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR", que visa remontar alguns aspectos do processo migratório ocorrido durante os anos 1960 e 1970 na cidade de São Sepé/RS.

Sua colaboração neste trabalho é muito importante, mas sua participação depende de seu consentimento. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se sua decisão for a de participar, basta que preencha seus dados e assine a declaração a seguir, concordando com o uso das informações coletadas na entrevista oral na pesquisa. Se tiver qualquer dúvida, pode esclarecê-la com os responsáveis pela pesquisa, a qualquer momento.

A assinatura desse termo de consentimento autoriza a publicação do conteúdo parcial ou integral do material coletado. Não há despesas pessoais para a você, entrevistado(a), e a sua participação não será remunerada. O pesquisador se compromete a utilizar os dados coletados apenas para fins de pesquisa, sendo apenas utilizado na dissertação ou em artigos acadêmicos.

Serão realizadas entrevistas agendadas previamente e os relatos serão gravados e/ou filmados. A gravação será posteriormente transcrita e analisada pelo entrevistador para a realização do trabalho de pesquisa.

Se você não desejar mais fazer parte da pesquisa tem o direito de retirar o seu consentimento, livre de sofrer qualquer penalização ou danos quaisquer que sejam.

Declaração

Eu, ONDINA SANTOS RIOS, acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito da pesquisa: "TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR". Ficaram claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes, também fica claro que minha participação voluntária é isenta de despesas e, da mesma forma, não será remunerada.

Concordo em participar voluntariamente deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento sem penalidades ou prejuízos a mim e ao pesquisador.

São Sepé, 15 de junho de 2016.

Ondina Santos Rios
Assinatura do(a) entrevistado(a)

[Assinatura]
Assinatura do(a) entrevistador(a)

Anexo F – Autorização Osvaldo Aires Pereira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA MESTRADO EM HISTÓRIA

Termo de consentimento livre e esclarecido

Através desse documento, você está sendo convidado a participar da pesquisa: "TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR", que visa remontar alguns aspectos do processo migratório ocorrido durante os anos 1960 e 1970 na cidade de São Sepé/RS.

Sua colaboração neste trabalho é muito importante, mas sua participação depende de seu consentimento. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se sua decisão for a de participar, basta que preencha seus dados e assine a declaração a seguir, concordando com o uso das informações coletadas na entrevista oral na pesquisa. Se tiver qualquer dúvida, pode esclarecê-la com os responsáveis pela pesquisa, a qualquer momento.

A assinatura desse termo de consentimento autoriza a publicação do conteúdo parcial ou integral do material coletado. Não há despesas pessoais para a você, entrevistado(a), e a sua participação não será remunerada. O pesquisador se compromete a utilizar os dados coletados apenas para fins de pesquisa, sendo apenas utilizado na dissertação ou em artigos acadêmicos.

Serão realizadas entrevistas agendadas previamente e os relatos serão gravados e/ou filmados. A gravação será posteriormente transcrita e analisada pelo entrevistador para a realização do trabalho de pesquisa.

Se você não desejar mais fazer parte da pesquisa tem o direito de retirar o seu consentimento, livre de sofrer qualquer penalização ou danos quaisquer que sejam.

Declaração

Eu, OSVALDO AIRES PEREIRA acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito da pesquisa: "TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA: A PERSPECTIVA DE SÃO SEPÉ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR". Ficaram claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes, também fica claro que minha participação voluntária é isenta de despesas e, da mesma forma, não será remunerada.

Concordo em participar voluntariamente deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento sem penalidades ou prejuízos a mim e ao pesquisador.

São Sepé, 03 de MAIO de 2016


Assinatura do(a) entrevistado(a)


Assinatura do(a) entrevistador(a)